

Manaus, Santarém, Rio Branco, Altamira,  
Boa Vista, Macapá, Porto Velho — Cr\$ 390,00

cadernos do

# terceiro mundo

Janeiro 1983 — Cr\$ 300,00 — Ano V — nº 51

ÁFRICA AUSTRAL:  
a ofensiva de Pretória



BRASIL:  
**Eleições  
e crise  
econômica**

# ANGOLA

A woman wearing a white headwrap and a white shawl is harvesting coffee in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows coffee plants with ripe cherries.

**Café de Angola**  
**um**  
**gosto**  
**a**  
**liberdade**

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "INICAFE" • IMP. S.

aos leitores aos leitores aos leitores aos leitores

## As lições das urnas e o desafio econômico

O ano de 1982 foi assinalado, na América do Sul, pelo retorno à democracia em vários países: na Bolívia, em consequência de uma longa luta popular que deteriorou os alicerces do regime militar, assumiu o governo o presidente Hernán Siles Zuazo, eleito em 1980. Na Argentina, a derrota militar na guerra das Malvinas abriu caminho a profundas mudanças, que têm se refletido na volta ao cenário de dirigentes políticos cassados, reabertura das sedes de partidos e uma eleição presidencial marcada para fins de 1983, além de uma reorientação da política externa e uma retirada das forças armadas, abaladas e divididas pelo resultado adverso do enfrentamento com a Grã-Bretanha e pelo fracasso do seu modelo autoritário. No Uruguai, com um "cronograma" de retorno gradual à democracia fixado pelos militares, se realizou uma eleição nacional de autoridades partidárias, que serviu para testar a correlação de forças dos tradicionais partidos, o *Colorado* e o *Blanco*, (agora autorizados a funcionar), tendo em ambos os casos saído vitoriosos os dirigentes mais consequentemente opositores ao regime. No Chile, está na ordem do dia a discussão sobre o retorno dos exilados, tema que ainda cria temores em setores militares mais duros, mas que já ganhou as ruas e os meios de comunicação. Mas foi, sem dúvida, no Brasil que este processo foi mais significativo. Após anos de autoritarismo e eleições regidas pelas leis arbitrárias do regime militar, condicionadas pelas restrições à liberdade de expressão e reunião e pelas cassações, o povo foi convocado às urnas e falou. Apesar dos resultados não expressarem totalmente a vontade da sociedade civil — os "casuísmos" deturpam em certa medida a escolha do eleitor — é evidente que as eleições de 15 de novembro constituirão um divisor de águas no Brasil de hoje, assinalando um momento de consolidação democrática. As lições das urnas estão aí para serem analisadas e assimiladas. E a crise econômica será o pano de fundo durante todo o ano de 1983. Ambos os temas, o político e o econômico, são analisados nesta edição, que dedica a matéria de capa ao Brasil. Completa o nosso número uma análise da situação na África Austral, onde se intensificam as novas agressões de Pretória.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

**Editor Geral**  
Neiva Moreira

**Editores Associados**  
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

**Conselho Editorial Internacional**  
Darcy Ribeiro — Juan Somavia  
Henry Pease Garcia  
Aquino de Bragança  
Wilfred Burchett

Revista Mensal  
nº 51  
Dezembro — 1983  
Preço de capa: Cr\$ 300,00  
Números atrasados: Cr\$ 300,00

• **Edições em português**

**BRASIL**

**Diretor e Editor**  
Neiva Moreira

**Diretor Administrativo**  
Altair L. Campos

**Secretário de Redação**  
José C. Góndim

**Arte**  
Samaral (editor de arte)  
Sonia Freitas

**Revisão**  
Cláudia Guimarães

**Documentação e Arquivo**  
Lídia Freitas  
Eunice H. Senna

**Composição**  
Ronaldo Fonseca

**Distribuição e Assinaturas**  
Homero Souza  
Iara Chagas

**Divulgação**  
Henrique Menezes

**Representantes**  
Clóvis Sena (Brasília)  
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)  
Caixa Postal 60086 — CEP 05033  
Beatriz Schiller (Estados Unidos)  
18 East, 18th. Street ap. 3E  
Nova York — NY 10003  
Tels.: (212) — 691-9142/929-5783

**Fotolito e Impressão**  
Ebano Gráfica e Editora Ltda.  
Rua do Senado, 349  
Tels.: 250-2505/232-0123

**Circulação em 70 países**  
editora terceiro mundo ltda.  
Rua da Glória, 122 — grupo 105/106  
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR  
CEP 20.241 — Rio de Janeiro — RJ  
Registrado na Junta Comercial do Estado  
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291  
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32  
Inscrição Estadual nº 81.341.400  
Registro INPI nº 013.539  
Registro no SCDP/SR/DPF  
nº 2.195 — P. 209/73

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Itália) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

**Crédito de fotos:**

Capa: Equipe de cadernos; Nações Unidas, p. 7; Beatriz Bissio, p. 9; Ricardo Malta, p. 27; Arquivo, pp. 30 e 31; Neville Makins, p. 34; Newsweek, p. 39; Arquivo, p. 41; Arquivo (1 e 2), p. 42; Sinal de Liberdade (publicação interna da Rádio "Venceremos"), p. 43; Soberania (1) e Patria Libre (2), pp. 44; Arquivo, p. 45, 46 e 47; Beatriz Bissio, p. 48; Arquivo (1, 2 e 3), p. 49; Arquivo, pp. 53, 54, 55 e 57; Nações Unidas, p. 58; National Geog., p. 65; Arquivo, p. 69; Sophie Baker, p. 73; Arquivo, pp. 77, 83 e 85; África-Asie, p. 86; Arquivo, p. 89; Omkzer (1) e Stephen Aone (2), p. 93; Nações Unidas, p. 95.

**ANGOLA — CABO VERDE  
GUINÉ-BISSAU — MOÇAMBIQUE  
PORTUGAL E SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE**

**Editor**  
Altair L. Campos

**Redação**  
Baptista da Silva  
Carlos Pinto Santos

tricontinental editora Ltda.  
Calçada do Combro, 10/19  
telefone: 32 06 50 — Lisboa — 1200

**Birô Africano**  
Angola

Eduardo Segui — Luis Henrique  
Caixa Postal 3.593 — Luanda  
Moçambique

Etevaldo Hipólito — João Escadinha  
Rua do Kongwa, 153 — Maputo

• **Edições em espanhol**  
**MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL  
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE**

**Editor**  
Roberto Remo

**Gerente Geral**  
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.  
calle California, 98A — Coyoacán  
México, 21 DF — telefone: 689-1740  
Correspondência: Apartado Postal, 20 572  
México, 20, DF

**BOLÍVIA — CHILE — COLÓMBIA  
EQUADOR — PERU — VENEZUELA**

(Edição Andina)  
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y  
Promoción del Desarrollo  
Avenida Salaverry, 1945  
Lima, 14 Peru — Teléfono: 724-712

• **Edições em inglês**  
**ESTADOS UNIDOS — CANADÁ  
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA  
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO**

**Editor**  
Fernando Molina

**Editor Consultivo**  
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

**DISTRIBUIDORES**

**ANGOLA:** EDIL — Empresa Distribuidora Livraria UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. **BE-LIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chingaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. **COLOMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306 Santiago. **EQUADOR:** Edicionesociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijota, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd. Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Booksellers, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÁ BRETAGNA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Cassas No. 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. **PANAMÁ:** Librería Cultural Paramañá, S.A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** Djornal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. **REPUBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramfrez 41, Santo Domingo — DESVIGNE S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. **S. TOMÉ e PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

#### 4 Cartas

#### 6 Panorama Tricontinental

#### 10 Editorial: A crise econômica a ponto de falência

#### 15 Matéria de capa: Brasil, eleições e crise econômica

16 Forças populares: o desafio da organização, *Neiva Moreira*

19 A fraude cibernética

20 Dívida externa: cinco mitos e uma verdade, *Theotônio dos Santos*

23 Oposição vence eleições e governa metade do país, *Francisco Viana*

27 José Gregori: "A sociedade deve ser protagonista do processo histórico", *Laura Avellaneda*

32 José Eudes: "A oposição deve buscar um campo comum de atuação", *Claudia Neiva*

34 O pensamento de Brizola

#### América Latina

38 Reagan na América Latina: nova maquiagem para velhas carrancas, *Paulo Cannabrava F.*

42 Duas opções para América Central, *Martin Morazán*

45 Uruguai: a reconquista das ruas, *Julio Santa Cruz*

#### Ásia

52 Índia: Reunião de Cúpula de Nova Déli, problemas e perspectivas *Abdul Nafey*

56 Turquia: O ditador agora é presidente, *Mohamed Salem*

57 Sri Lanka: A democracia não passa pelas eleições, *Narinder Koshla*

59 Timor Leste: A batalha da informação

Aikatiri: "Continuamos resistindo"

#### Norte - Sul

63 A luta contra as transnacionais farmacêuticas, *Agustín Castaño*

#### Comunicação

66 Documento: Igreja e Nova Ordem da Comunicação

#### Cultura

75 "Os negócios da CIA", *Roberto Bardini*

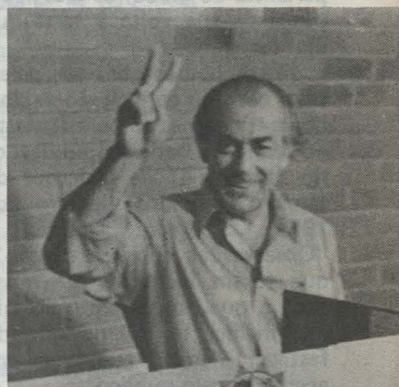
77 Notas

#### Especial: África Austral

79 Moçambique-Lesoto: A África do Sul intensifica a guerra não declarada, *Etevaldo Hipólito*

85 Namíbia: O impasse continua, *Carlos Castilho*

89 África do Sul: "Este é o momento de atacar", *Germán Wettstein*



*Leonel Brizola: vitorioso*



*Enfrentando o apartheid*



### Homenagem à Palestina

No 2º Festival Municipal de Teatro de Passo Fundo (novembro do ano passado), nosso grupo teatral de nome "Fundo de Quintal" decidiu prestar uma pequena homenagem ao povo palestino em sua heróica e desigual luta contra os judeus (apoiados pela maior nação imperialista do globo, os EUA), na busca de sua volta à terra que lhes foi roubada.

Nossa homenagem aos palestinos constou da inclusão de dois dos três poemas do poeta palestino Mahmud Darwish, publicados no número 41 de cadernos do terceiro mundo (janeiro de 1982). Eles são: "Desafio" e "Observações sobre a canção", que foram incluídos em nossa peça e que nos deram o prêmio de "melhor texto" do referido festival, além de uma enorme aceitação pelo público.

Acreditamos que nossa pequena colaboração foi importante para a divulgação da luta do povo palestino. O nosso grupo "Fundo de Quintal", está integrado por Algemar França, Lucimar Pereira, Beatriz Adelzides e Adão Castoldi, leitores de cadernos desde a sua chegada ao Brasil em 1980, e todos estudantes do 2º ano, do 2º grau da escola "Cecy Leite Costa".

### Conceituação e Conscientização

(...) Somos estudantes universitários de ciências sociais e a revista

serviu-nos de apoio conceitual e de veículo de conscientização sobre nossas condições reais de subdesenvolvimento e suas alternativas de solução. José Luis Gaona, México, DF.

### Esportes

(...) Quase todos os temas têm sido do meu inteiro agrado, mas quanto ao tema desporto, o material não têm sido suficiente, ou melhor, nada tem existido. Para tal, gostaria que engrossassem mais o capítulo desportivo, debruçando-se nas várias modalidades existentes. Francisco O. de Sacramento Spínola, Negage, República Popular de Angola.

### Informação verídica

Sirva a presente para saudáveis e felicita-los pelo grande trabalho realizado, que merece todo nosso elogio e consideração. É incalculável o valor da revista, já que ajuda a mostrar a informação verídica e não aquela que as transnacionais informativas nos querem fazer crer. René G. Atencio, Panamá.

### Linha lúcida

(...) Queremos ressaltar a linha editorial lúcida e pragmática da revista, que não está eivada do radicalismo infantil dos esquerdismos desvairados e inúteis. A revista defende uma política lúcida e objetiva que serve aos ideais do socialismo que toda a Humanidade busca para a realização de uma sociedade justa e

digna. João Manoel de Carvalho, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Paraíba, João Pessoa, Brasil.

### Chico Viana

(...) Agradeço também ao Francisco Viana pela publicação do artigo "O modelo num beco-sem-saída" e que continue a crescer da mesma forma, pois somente assim ficaremos conscientes da nossa realidade. Com cada novo artigo publicado, mais acredito no dinamismo dessa revista de verdade, fundamental para as pessoas que acreditam na Justiça e na Paz. Vanderlan P. Lima, Linhares-ES, Brasil.

### Darcy Ribeiro

(...) Acho muito importante para o Brasil ter uma revista como cadernos circulando de Norte a Sul. Sou admirador de Darcy Ribeiro, pois acho que é uma das poucas pessoas que tão bem assumem sua posição ideológica. José Carlos Zambolli, Jundiá-SP, Brasil.

### A CIA e o Terceiro Mundo

(...) Acredito que cadernos do terceiro mundo seja o melhor material produzido seriamente, e que revela muitos fatos interessantes desprezados e sem análise pela "grande imprensa". Nesta última edição esteve simplesmente ótima a reportagem sobre a CIA. Ernesto T. Machado, MG, Brasil.

## CARTAS



### Intercâmbio

**Francisco O. Isaac de Sacramento Spínola**  
Caixa postal 140  
Escola Nacional de Aviação  
Militar - Negage, Rep. Pop. de Angola.

**José Luis Gaona Martínez**  
Magnolia 13-3, Col. Guerrero,  
Del. Cuauhtemoc, México, DF.

**Marcelo Barros**  
Rua dos Violinos, 178/304  
Conj. Califórnia, 30000 -  
Belo Horizonte-MG, Brasil

**Luiz Rebouças Torres**  
Caixa postal 2178,  
01000 - São Paulo-SP, Brasil

**Sidney Lima**  
Caixa postal 118  
11600 - Caraguatatuba-SP,  
Brasil

**José Luiz Teixeira**  
Caixa postal 54197  
01000 - São Paulo-SP, Brasil

**André Luiz Buchele d'Ávila**  
Rua Alm. Lamego, 57,  
88000 - Florianópolis-SC, Brasil

**Simão Gonçalves Augusto**  
Caixa postal 458  
Huambo, Rep. Pop. de Angola

**Denilson**  
Caixa postal 80216  
25500 - São João do Meriti-RJ,  
Brasil

**Domingos Ginga Matulanda**  
Caixa postal 60, Soyo  
Rep. Pop. de Angola

**José Carlos de Almeida**  
Caixa postal 31, Chibia, Huíla  
Rep. Pop. de Angola

**André Tanga Sinatra**  
Caixa postal 1507, Luanda,  
Rep. Pop. de Angola

**Faustino Raimundo**  
A/C de Antonio Quengueleji,  
Hospital Dundo-Central, Lunda  
Norte, Diamang, Rep. Pop. de  
Angola

**Rui de Carvalho M. da Cunha**  
Escola Nacional de Aviação  
Militar, Caixa postal 140,  
Negage, Uíge, Rep. Pop. de  
Angola

**Domingos Chacuisa**  
A/C de Alberto Chirieno, C. P. 15  
Sorra-Dundo-Diamang, Lunda  
Norte, Rep. Pop. de Angola

**Vera A. Sartini Rodrigues**  
Av. Lacerda Franco, 570/32  
01536 - São Paulo-SP, Brasi

**Moisés A. Lucas**  
Escola Nacional de Aviação  
Militar, Negage-Uíge,  
Rep. Pop. de Angola

**Thomas KahrbeK**  
Rua Heitor Luz, 225/1107  
88000 - Florianópolis-SC,  
Brasil

**Antonio Chirima André**  
A/C de Antonio F. Muassanza,  
Caixa postal 5, Chitato, Lunda  
Norte, Rep. Pop. de Angola

**Joaquim da Conceição**  
Caixa postal 712/449-M,  
Cahama, Lubango, Rep. Pop. de  
Angola

**José M. M. da Cunha**  
Conj. Planalto, Quadra 7, Casa 5-  
São Luís-MA, Brasil

**Tomé S. Alberto**  
Rua 19 Congresso do MPLA, 24  
Luanda, Rep. Pop. de Angola

**Joaquim Alfredo**  
Clube Desportivo 19 de Agosto,  
Dep. de Atletismo,  
Caixa Postal 10365  
Luanda, Rep. Pop. de Angola

**José Antônio C. Coimbra**  
Caixa postal 5775  
Luanda, Rep. Pop. de Angola

### CLUBE DE AMIGOS

Graças aos companheiros que sempre nos apoiaram, nosso trabalho prossegue. A cadernos, obrigado pela sua atenção e solidariedade: vimos sua notinha a respeito de nosso trabalho no último número da revista e ficamos emocionados. É uma força para prosseguirmos, apesar das dificuldades.

Um abraço forte  
dos companheiros sempre  
Grupo Galo de Briga

CAMPANHA INTERNACIONAL  
EM FAVOR DE MILITANTES DO ANC

O *African National Congress* (ANC) lançou um veemente apelo à comunidade internacional para que se pressione o governo sul-africano no sentido de anular as penas de morte impostas contra três dos seus membros. Estes militantes, condenados no dia 6 de agosto de 1982, combatem nas fileiras do *Umkhonto we Sizwe*, o braço armado do ANC.

O ANC elaborou o seguinte programa de ação visando im-

pedir as execuções de Marcus Thabo Motaung, Jerry Semana Mosololi e Thello Simon Mogoerane:

- 1) campanha de comutação das penas capitais impostas aos três militantes condenados;
- 2) coleta de assinaturas exigindo a libertação de todos os prisioneiros políticos existentes no país;
- 3) diligências para que os combatentes da liberdade sejam tratados como prisioneiros de guerra, de acordo com a

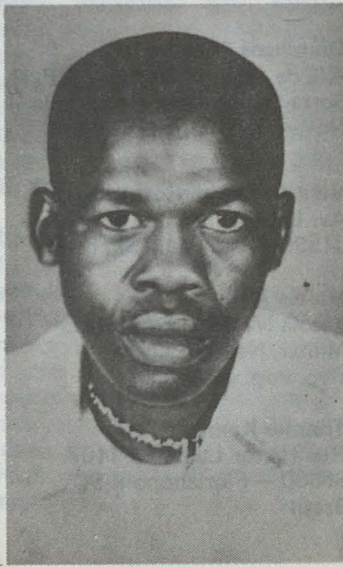
Convenção Internacional de Genebra.

As mensagens de protesto — cartas, postais, telegramas ou telex — deverão ser dirigidas ao primeiro-ministro sul-africano Piether W. Botha, no seguinte endereço: *Parliament Building, Cape Town, South Africa*. Ou ainda a *Pretoria Central Prison, c/o Prison Department, Pretoria, South Africa*.

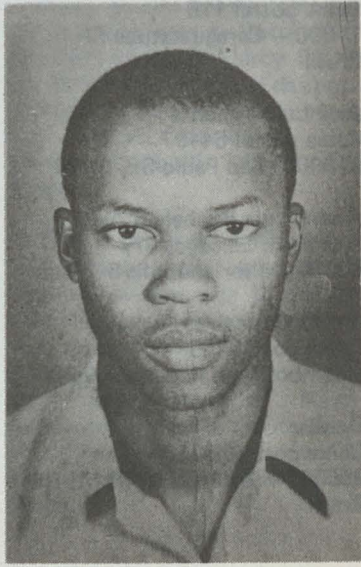
O ANC solicita que uma cópia dos originais, que os leitores poderão redigir em inglês, português ou espanhol, seja enviada à sua representação na Zâmbia e endereçadas da seguinte forma: *The Secretary-General of the African National Congress, P. O. Box 31791, Lusaka, Zâmbia*.



Marcus Thabo Motaung



Jerry Semana Mosololi



Thello Simon Mogoerane



## CHILE: DIRIGENTE DEPORTADO DENUNCIA ORTODOXIA ECONÔMICA E REPRESSÃO

□ Quase 50% da População Economicamente Ativa do Chile ficou sem trabalho como consequência da política econômica imposta ao país pelo governo militar do general Pinochet, instaurado com o golpe fascista que derrubou o governo de Salvador Allende em 1973.

A taxa de desemprego registrada em setembro/outubro de 1982 foi de 30% (o governo admite oficialmente que é de 24,6%), o que significa mais de um milhão de pessoas. Acrescentando-se a essa cifra outro milhão de chilenos que emigrou nesses últimos dez anos por absoluta falta de trabalho no país, temos um total de mais de dois milhões de pessoas, correspondente à metade da força produtiva do país.

Esses dados, entretanto, não contabilizam mais de 200 mil trabalhadores recrutados no Plano de Emergência, desencadeado pelo governo com grande agitação propagandística, com o fim de diminuir as tensões sociais que se agravam a cada dia.

Encaminhados para serviços de limpeza urbana e de conservação de praças e parques públicos, esses trabalhadores recebem do governo um salário equivalente a 50 dólares, o que é ridículo num país em que os preços estão internacionalizados e onde um quilo de pão custa o equivalente a 80 centavos de dólar.

Esses são os dados mais atuais sobre o desemprego no Chile e foram revelados pelo dirigente sindical têxtil Manuel Bustos, presidente da Coordenadora Nacional Sindical do

Chile, a mais expressiva força sindical surgida no país depois que a ditadura de Pinochet decretou a ilegalização da Central Única de Trabalhadores (CUT) em 1973.

Bustos foi preso no Chile em julho passado quando a Coordenadora Nacional apresentou ao governo as reivindicações econômicas consideradas mais urgentes pela classe trabalhadora. Depois de passar seis meses encarcerado, Bustos foi deportado para o Brasil, onde chegou no dia 3 de dezembro, unicamente com a roupa do corpo e sem um tostão no bolso, juntamente com outros dois dirigentes sindicais e o presidente da Associação dos Triticultores chilenos.

A Coordenadora Sindical reivindica um reajuste de 25% nos salários e um salário mínimo equivalente a aproximadamente 160 dólares (12.500 pesos). Segundo Bustos, os sindicalistas chilenos estão pedindo muito pouco se se considerar que a inflação durante o ano de 1982 foi de cerca de três por cento ao mês. Bustos foi preso e deportado por li-

derar esse movimento reivindicativo.

Ele atribui a "dramática" crise chilena a dois fatores fundamentais: a rígida aplicação do ortodoxismo monetário do FMI na política econômica e a violência repressiva do regime. Para o dirigente sindical, que milita na democracia cristã, o governo militar serviu nesses anos todos exclusivamente aos interesses estrangeiros e levou o país a uma crise que hoje é social, econômica, institucional e moral.

No campo econômico, mencionou que o monetarismo fez com que todos os recursos se dirigissem para o campo especulativo e como consequência o índice de produção foi descendo até atingir em 1982 a impressionante taxa de 13% negativos.

Todos os dias há um novo grupo de indústrias que fecham suas portas e, atualmente, apenas 60% das indústrias existentes em 1973 estão ainda operando, assim mesmo, muito abaixo de sua capacidade real de produção. Ilustrando com o exemplo do setor em que trabalha, Bustos revelou que a indústria têxtil, que em 1973 contava com 120 mil trabalhadores, tem hoje pouco mais de 30 mil, ou seja, um total de 90 mil desempregados somente nesse setor que não é o mais importante do país.

A taxa de desemprego atingiu 30%



## PERU: LÍDER GUERRILHEIRO DESIGNADO "HOMEM DO ANO"

Abimael Guzmán, líder da organização guerrilheira peruana "Sendero Luminoso" ("Caminho Luminoso") foi designado "Homem do ano" por um semanário político oficialista e por uma revista de oposição.

O grupo denominado "Sendero luminoso" desencadeou a "guerra popular prolongada do campo à cidade" — de acordo com as pautas ortodoxas chinesas — em julho de 1980, quando, depois de 12 anos de regime militar, assumiu o poder o presidente Belaúnde Terry, deposto por um golpe em outubro de 1968.

Guzmán, professor universitário, de 51 anos, graduado com uma tese sobre "A teoria kantiana do espaço", ex-aluno de um colégio religioso, ingressou em 1961 no Partido Comunista. Em 1964 afastou-se do PC com um grupo pró-chinês, que formou o partido "Bandeira Vermelha". Em 1970, houve uma cisão nesse agrupamento e Guzmán fundou a organização armada clan-

destina "Sendero luminoso".

Durante dez anos, o "sendero luminoso" efetuou um trabalho discreto de organização e recrutamento no campo, especialmente em regiões do departamento de Ayacucho.

Mas a anunciada guerra popular foi proclamada quando os militares entregaram o poder ao governo civil oriundo de eleições gerais. Guzmán acusou os partidos da esquerda marxista de serem "eleitores e oportunistas" e estes, por sua vez, acusaram-no de "provocador e aventureiro".

O semanário oficialista *Oiga* assim justificou a sua seleção: "Nem sempre o 'Homem do ano' é a personagem mais representativa pela sua atuação em benefício da comunidade... Ao fazer a seleção deste ano, deparamo-nos com que o mérito — triste mérito — corresponde desta vez a Abimael Guzmán". Acrescenta depois: "Abimael Guzmán lançou um desafio e o governo está impotente para eliminar o perigo que ele e o 'Sendero luminoso'

representam para todo o sistema político da nação".

Por sua vez, o semanário *Equis*, que se define social-democrata e se declara contra a linha violenta e o terrorismo, assinala que Abimael Guzmán "adquiriu um destaque inculcável na atualidade nacional".

A referida publicação elogia a "audácia, a perícia e a sincronização" das ações de "Sendero luminoso", mas repudia "o assassinato de inocentes e a destruição do patrimônio nacional realizados pelos seus seguidores". *Equis* também expressa certa inquietação diante de sua "vitória hipotética", que significaria "a implantação em nosso país da barbárie polpotiana" (de Pol Pot), em uma referência às ações no Camboja.

Finalmente, mencionando os atos de sabotagem que o "Sendero luminoso" realizou contra torres de alta tensão, *Equis* diz que isso "não atinge os camponeses indígenas, porque eles jamais conheceram os benefícios da energia elétrica", mas que, em compensação, "sabem que Abimael é contra os brancos, que sempre abusaram dos campos

## A OLP EM LA PAZ

Uma delegação da OLP (Organização para a Libertação da Palestina) encabeçada por Monzer Dajani, Farid Sawwan, George Salameh e Mahamud Hallah, visitou recentemente a Bolívia a convite do governo desse país.

A delegação encontrou-se com representantes de todos os partidos políticos democráticos bolivianos e com o assessor do ministro das Relações Exteriores. O presidente da República, Hernán Siles Zuazo, recebeu a delegação num encontro que

durou cerca de uma hora e que também contou com a presença do ministro do Planejamento boliviano. O encontro foi "sincero, caloroso e positivo e serviu aos interesses dos dois povos, boliviano e palestino", declararam os representantes da OLP.

A delegação transmitiu os cumprimentos do líder palestino Yasser Arafat ao presidente boliviano pela sua posição perante a questão palestina no seu discurso pronunciado nas Nações Unidas. Nesse discurso, Siles Zuazo reconheceu a OLP como única e legítima representante do povo palestino e

defendeu o direito dos palestinos estabelecerem um Estado independente em seu território nacional.

Um mapa em alto relevo da cidade de Jerusalém foi oferecido como presente de Arafat ao presidente boliviano.

Siles Zuazo manifestou seu interesse na indicação de um representante da OLP na Bolívia e na abertura de uma representação diplomática no país.

A delegação se entrevistou também com o vice-presidente da República, Paz Zamora, com o presidente do Senado e com o presidente do Congresso boliviano.

## SEYCHELLES: REDUZIR A FUGA DE CAPITAIS

□ O governo de Seychelles anunciou novas medidas visando à redução da fuga de capitais desse país, embora não tenha sido decretado nenhum controle de divisas.

Dirigindo-se à nação a princípios de dezembro e se referindo à situação econômica do país, o presidente Albert René anunciou que as divisas obtidas através de investimentos no exterior estarão sujeitas ao pagamento de impostos. Entretanto, não será taxado o dinheiro depositado nos bancos de Seychelles.

A remessa de dinheiro decorrente de negócios realizados no país a pessoas residentes no exterior — e que não contribuem para o desenvolvimento interno — estará sujeita a um imposto de 70%. Não haverá impostos adicionais, a não ser aqueles provenientes de capi-

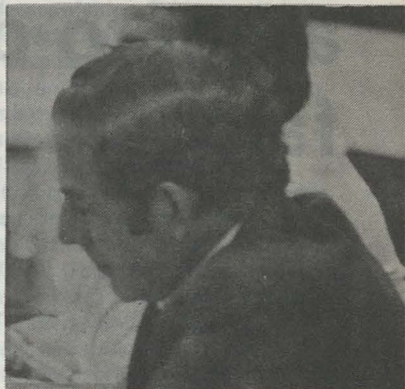
tais investidos em projetos de uma importância real para o desenvolvimento de Seychelles.

O presidente René, que é também o encarregado das finanças, afirmou que a fuga de capitais para os bancos estrangeiros em Jersey ou na Suíça está criando grandes dificuldades à nação.

Outra medida tendente a reduzir as importações por um valor de 500 milhões de rúpias (90 milhões de dólares) inclui o controle dos bancos que emprestam dinheiro aos importadores. Além dessas, outras medidas foram tomadas pelo governo visando reduzir as despesas. Os artigos importados que não são considerados essenciais e os que podem ser fabricados dentro do país, estarão sujeitos a tarifas alfandegárias mais elevadas.

O presidente assinalou que

embora a situação econômica não seja tão grave como alguns pretendem demonstrar, o país está atravessando um período difícil. O número de turistas que chegaram a Seychelles em 1982 foi 25% menor que o do ano anterior. O governo afirma que isso se deve à recessão dos países industrializados e aos esforços dos opositoristas, que visam afugentar os turistas para abalar a estrutura econômica do arquipélago.



Albert René

## NÃO SE NEGOCIA COM A JUSTIÇA

□ Sob os lemas de *Não se negocia com a justiça*, *Não há dor inútil* e *Até encontrá-los*, foi realizado na cidade de Lima, Peru, em fins do ano passado, o 39 Congresso da Federação Latino-Americana de Familiares de Detidos-Desaparecidos (Fedefam), organismo integrado por 13 agrupações do continente. O fato mais destacado foi a aprovação de um projeto de *Convenção internacional sobre desaparecimentos forçados* que será entregue à Organização das Nações Unidas para sua aprovação e aplicação.

A presidente da Fedefam, Pamela Pereira, afirmou no ato de inauguração que "surge nas mães, esposas e filhos (dos de-

tidos-desaparecidos) uma vontade de ação que nasce das próprias entranhas, se transforma em um imperativo de consciência e não permite nenhuma justificação" e assinalou que "resgatar com vida, esclarecer cada caso e exigir justiça são as aspirações do grupo".

Nesse sentido, o projeto de *Convenção internacional sobre desaparecimentos forçados* sustenta que estes têm características semelhantes ao genocídio. "Em ambos os casos — assinala — trata-se de métodos sistemáticos e maciços de repressão, especialmente cruéis, perpetrados por membros do poder público que agem contra vítimas indefesas e que contam com a cobertura do Estado, que lhes

assegura uma total impunidade".

O documento inclui "a responsabilidade penal dos governantes que, embora sem terem tido uma participação direta nos fatos, se recusaram a prestar informações sobre qualquer desaparecido que se encontrasse em seu poder". O projeto também pede castigo pela instigação, a tentativa e o encobrimento do delito de desaparecimento forçado.

Por outro lado, a proposta de convenção internacional explica que os desaparecimentos forçados violam a letra e o espírito da Carta das Nações Unidas, cinco artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e quatro do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, juntamente com nove resoluções das Nações Unidas aprovadas entre 1978 e 1981.

# A crise econômica a ponto da falência

Para o Terceiro Mundo, 1982 foi, em termos econômicos, o pior ano dos últimos tempos, ao menos desde o pós-guerra. Como se isso não bastasse, os prognósticos indicam que a grave crise terá prosseguimento. Segundo alguns, durante os primeiros meses de 1983 e para outros, no decorrer do próximo ano.

Para traçar um quadro exato da situação no final de 1982 faltam ainda dados que irão aparecendo nos próximos meses.

Estatísticas hoje disponíveis são suficientes para confirmar aquela previsão sombria e para identificar as causas desses dramáticos acontecimentos, que fogem à responsabilidade do Terceiro Mundo. A indicação mais visível de que chegamos, em 1982, a uma situação sem precedentes foi o alarma no sistema bancário, quando vários países do Terceiro Mundo se viram inteiramente impossibilitados de continuar saldando suas dívidas internacionais.

O caso do México teve grande repercussão devido ao enorme volume da dívida, estimada em cerca de 80 bilhões de dólares.

Mas, por volta do fim do ano, sete países da América Latina tiveram suspensa, por parte dos países credores, a concessão de novos créditos, em resposta à interrupção do pagamento de suas dívidas.

O número de países atingidos — somente na América Latina, onde se registra, por outro lado, a maior parte do endividamento — prova que se trata de um problema extenso e suscetível de provocar uma crise de enormes proporções.

O temor dos bancos e das potências capitalistas se deveu a que a interrupção generalizada dos pagamentos levaria os credores à falência e, em particular, as grandes instituições de crédito dos Estados Unidos, que foram os principais emprestadores.

A cadeia de falências poderia, por sua vez, completar o quadro que tanto atormentou os dirigentes econômicos do Ocidente. Isto é, que no meio da mais prolongada e profunda recessão do pós-guerra, o estouro de uma "quebra" bancária levasse o mundo a uma situação semelhante à da grande depressão do sistema capitalista de 1929. Numa tentativa de conter o desabamento, as autoridades monetárias informaram, no fim de

novembro, que estavam de acordo com um aumento substancial (de 40 a 50%) das cotas do Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como com a criação de um fundo especial ou de emergência para enfrentar os casos mais urgentes de insolvência.

Três meses antes, na assembléia anual do FMI, realizada em Toronto, os próprios representantes dos Estados Unidos haviam rejeitado aumentos de tal grandeza, propondo apenas um incremento de 10 a 15%, que consideravam suficiente para enfrentar os problemas.

Com os novos recursos, o FMI disporá dos meios necessários para correr em socorro dos países economicamente mais estrangulados e poderá assegurar que os banqueiros privados continuem recebendo seus juros.

Mas a medida só servirá para atenuar os efeitos e agravar os fatores que provocaram o problema, acentuando, além disso, a dependência dos países receptores. Pode-se dizer, portanto, que se trata de uma fórmula destinada a ganhar tempo.

Enquanto não forem adotadas reformas profundas na ordem econômica internacional, a espada de Dâmocles penderá sobre as cabeças.

Dado que na reunião de Toronto os representantes norte-americanos, para estranheza de seus interlocutores, haviam proclamado a iminência do fim da recessão, a mudança de atitude de Washington com relação ao FMI demonstra que a situação chegou a tal extremo que convenceu todas as potências capitalistas não só de sua extrema gravidade mas também da necessidade de injetar imensas somas de dinheiro. (As cotas do FMI passariam de 67 a 95 bilhões de dólares no decorrer de 1984 e o fundo de emergência disporá de uns 15 bilhões de dólares.)

Até aqui, a descrição do caso, cuja origem é o aspecto mais importante a destacar.

Os países do Terceiro Mundo estão sofrendo as consequências de um intercâmbio econômico desigual, que lhes impõe uma realidade que se torna cada dia mais sombria.

A chamada deterioração dos termos do intercâmbio consiste na queda dos preços das matérias-primas que os países subdesenvolvidos exportam, em relação aos preços dos manufaturados e equipamentos que importam das nações industrializadas.

Por exemplo, em 1965, podia-se comprar um trator por cinco toneladas de algodão e 17 toneladas de sisal. Em 1975, o trator equivalia a oito toneladas de algodão e a 42 toneladas de sisal.

Essa deterioração registrou-se ao longo da história contemporânea com um grave prejuízo para os países subdesenvolvidos. Privou-os dos recursos necessários para financiar seu desenvolvimento e para satisfazer as necessidades de suas populações e, em muitos casos, condenou populações inteiras à mais absoluta miséria.

A deterioração dos preços das matérias-primas traduziu-se, além disso, num desequilíbrio das balanças comerciais. A queda do poder de compra dos produtos básicos em relação aos bens industriais provocou déficits comerciais. Por outro lado, desde 1973, o encarecimento do preço do petróleo somou-se a esses fatores deficitários para os países do Terceiro Mundo não produtores de óleo cru. Contudo, as causas da crise não se encontram na alta dos preços do petróleo, como costumam afirmar unilateralmente os dirigentes ocidentais, mas no tipo de desenvolvimento capitalista anterior a 1973, que determinou, entre outras coisas, o encarecimento do combustível. Foi esse o processo que levou os países subdesenvolvidos a contraírem enormes empréstimos como meio de compensar seus déficits. No início, o volume das dívidas parecia estar sob controle e, por outro lado, os créditos provinham de governos ou instituições internacionais, sendo, portanto, de longo prazo e juros baixos.

Mas, no decorrer da década passada, verificou-se uma mudança que, para simplificar, costuma ser descrita como a "reciclagem dos petrodólares". (Na realidade, só os enormes excedentes obtidos pela Arábia Saudita e pelos principados do Golfo foram depositados a juros nos bancos do sistema transnacional, e não todos os dólares obtidos com o aumento das cotações de petróleo.)

Os bancos privados dispuseram, assim, de enormes somas monetárias que foram destinadas, em parte, a créditos para os países do Terceiro Mundo. Antes desse processo, a participação privada na dívida do Sul era mínima, mas na atualidade, em virtude dessa nova tendência, cerca de dois terços dessa dívida provêm do setor bancário privado.

Parecia natural que os países subdesenvolvidos; quisessem aproveitar as novas possibilidades que não só lhes permitiriam cobrir o déficit como financiar obras de infra-estrutura, que são indispensáveis.

Corria-se, porém, um risco, porque esse tipo de empréstimo implicava prazos mais curtos e juros mais elevados, que são os de praxe para operações comerciais.

Perdeu-se o controle do processo no início da recessão, e simultaneamente verificaram-se os seus efeitos negativos para o Terceiro Mundo. Ao longo da recessão, os preços dos produtos básicos caíram constantemente. No conjunto, somente em 1981, declinaram 13%.

O déficit comercial — que era e é uma constante em virtude da deterioração dos termos de intercâmbio — se elevou verticalmente. Os países do Terceiro Mundo não-exportadores de petróleo, que haviam sofrido um déficit nos balanços de pagamento de 43 bilhões de dólares em 1979 — e isso já constituía uma terrível perda — viram-no duplicado em 1981, quando chegou a 88 bilhões de dólares.

A gota d'água foi a política de cunho ultraliberal adotada pelo presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, para combater a recessão. Reagan aplicou uma receita antiinflacionária, cujo eixo foi o encarecimento do dinheiro com o propósito de reduzir a massa monetária.

O aumento das taxas de juros atingiu níveis inéditos. O recorde absoluto foi registrado em dezembro de 1980, com uma taxa nominal de 21,5% e, apesar de que no decorrer de 1982 diminuiram vários pontos, as taxas de juros ainda são altas.

Os países devedores subitamente constataram que os pagamentos dos empréstimos triplicaram, ao mesmo tempo que suas receitas diminuiram. Se para todo mundo se tratava de uma calamidade, para os mais expostos era o anúncio da bancarrota. Em outubro de 82, uma publicação do Banco Morgan (o *Morgan Guaranty Trust Company*, com sede em Nova Iorque, é uma das maiores financeiras transnacionais) elaborou uma análise sobre o problema, incluindo estimativas para 1982. O método utilizado com mais frequência pelos especialistas, a fim de analisarem o peso das dívidas sobre as economias nacionais, consiste em

compará-las com o volume das exportações totais dos países.

Numa lista do Banco Morgan, onde figuram os países relativamente mais endividados, aparecem a Argentina e o México em primeiro lugar. A dívida atual da Argentina equivale a 179% de suas exportações de 1982, quer dizer, o país teria de canalizar quase o dobro de suas receitas externas para pagá-la. No caso do México, a porcentagem é de 129, seguido pelo Equador e Brasil, com 122, e pelo Chile, com 116.

A cifra considera os juros em separado, que somam 45% no caso brasileiro, 44% no argentino e 37% no mexicano. Vê-se, dessa forma, como o aumento dos juros obriga a comprometerem uma parte substancial das receitas nacionais.

Até quando se manterá esse mecanismo de espoliação, essa descarga das crises das potências capitalistas sobre os ombros do Terceiro Mundo, arruinado por uma ordem econômica imoral? É impossível dizer, mas o que aconteceu nesse período nos mostra que a corda foi esticada até quase o ponto de ruptura.

Outra lição diz que, se essa ruptura acontecer, machucará ricos e pobres. Será um desastre geral. O centro capitalista não poderá permiti-la, mas também não quer modificar a ordem econômica mundial que ele domina. Assim, ajuda com medidas de emergência que só fazem aprofundar as raízes do mal e dar impulso ao caráter cíclico da crise.

A interdependência, que a possibilidade de um *cracking* financeiro causado pelo cessamento de pagamentos do Terceiro Mundo supõe, poderia ser empregada, paradoxalmente, para uma renegociação conjunta que conseguiria melhores condições.

Foi o que propuseram algumas das figuras mais lúcidas do Sul, como o presidente boliviano Hernán Siles Zuazo. Ele afirma que os países da América Latina devem sentar-se juntos na mesma mesa para discutir com seus credores algumas condições que sejam aceitáveis, em vez de prazos e dos terríveis juros que suportam hoje. É de se esperar que iniciativas como essas prosperem, mesmo que seja forçoso reconhecer que o Terceiro Mundo ainda se acha distante da unidade, apesar de que esta seria a única resposta para a sua urgente e dramática realidade. ●

**Seja lembrado  
o ano inteiro!**

**PROMOÇÃO ESPECIAL**

cadernos do  
**terceiro  
mundo**

uma alternativa na informação

**LEITOR!**

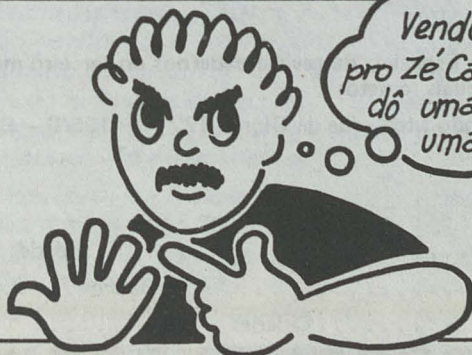
*Você é indispensável no processo de divulgação  
da nossa revista.*

*Mostre os CADERNOS a seus amigos!  
Assine! Divulgue! Participe!*

**Dê uma assinatura de presente**

*Envie-nos preenchidos os 4 cupons do verso  
Junte a eles cheque nominal ou vale postal  
no valor correspondente a 3 assinaturas  
A quarta assinatura é nosso presente para você*

**V. presenteia seus amigos  
Nós presenteamos você**



*Vendo uma assinatura  
pro Zé Carlos, uma pro Ronaldo,  
dô uma prá Lara e ganho  
uma de presente!*

51

**Desejo receber:**

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 3.200,00

Remeto  **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 – gr 105/6 – Rio de Janeiro – 20241 ou  **vale postal**, no valor acima referido

Nome: .....

Profissão: ..... Idade: .....

Endereço: ..... Bairro: .....

CEP: ..... Estado: ..... Cidade: .....

51

**Desejo receber:**

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 3.200,00

Remeto  **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 – gr 105/6 – Rio de Janeiro – 20241 ou  **vale postal**, no valor acima referido

Nome: .....

Profissão: ..... Idade: .....

Endereço: ..... Bairro: .....

CEP: ..... Estado: ..... Cidade: .....

51

**Desejo receber:**

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo**, no valor de Cr\$ 3.200,00

Remeto  **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 – gr 105/6 – Rio de Janeiro – 20241 ou  **vale postal**, no valor acima referido

Nome: .....

Profissão: ..... Idade: .....

Endereço: ..... Bairro: .....

CEP: ..... Estado: ..... Cidade: .....

51

**Tenho direito a receber:**

- Uma assinatura anual, como **Promoção Especial**, da revista **cadernos do terceiro mundo**, por ter conseguido mais três assinaturas, pelas quais remeto:

**cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 – gr 105/6 – Rio de Janeiro – 20241 ou

**vale postal**, no valor de Cr\$ 9.600,00

Nome: .....

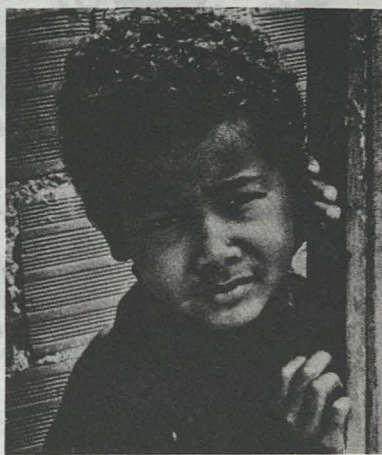
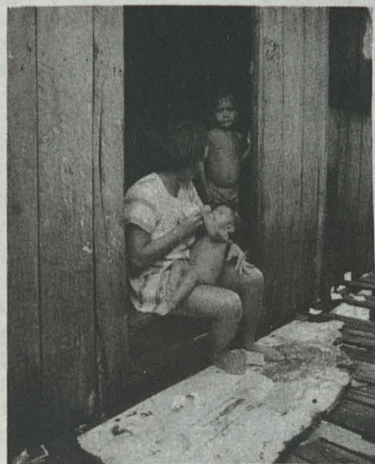
Profissão: ..... Idade: .....

Endereço: ..... Bairro: .....

CEP: ..... Estado: ..... Cidade: .....



# Eleições e crise econômica



*De 1979 para cá, tem se processado no Brasil uma mudança gradativa mas constante na sua estrutura política, com a reorganização partidária, o retorno dos exilados, a anistia aos presos políticos e a promulgação de novas leis eleitorais, embora algumas sejam contestadas pelo seu caráter discriminatório e "casuístico".*

*Nesse novo contexto, se realizaram as primeiras eleições em duas décadas, com ampla participação dos cidadãos, partidos políticos novos e uma relativa flexibilização dos meios de comunicação.*

*Uma eleição nessas condições não é mais do que um elo no longo caminho do retorno à democracia. Mas exprime um estágio da consciência política do povo e uma avaliação da situação geral, além de representar um teste para as direções partidárias e para o próprio regime.*

*cadernos do terceiro mundo reuniu nesta edição várias interpretações e pontos de vista sobre esse pronunciamento popular e sobre as previsões da economia para 1983.*

# Forças populares: o desafio da organização



*A tarefa maior, hoje, é constituir uma terceira força partidária no país, na via do socialismo, capaz de romper a falsa polarização entre liberais e conservadores que dominou a eleição de novembro*

*Neiva Moreira*

**A** meta fundamental dos estrategistas do regime era, mais do que dividir as oposições como um todo, derrotar, seletivamente, as forças populares. A partir da legislação que instituiu o pluripartidarismo, dirigentes e analistas quase que erigiram um mito: "a unidade da oposição". Partiam do princípio que, para enfrentar uma ditadura que se retirava, mas ainda detinha os centros nevrálgicos do Poder, o mais eficaz seria uma frente de partidos e tendências, em torno de um programa comum.

Na prática, essa tese levaria à adesão ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que, no tempo do bipartidarismo, e ainda como MDB, era a única oposição legalmente permitida e que,

por isso mesmo, agrupava a maior parte dos setores que se opunham ao regime.

O que muitos opositores e críticos do regime não viram, ou não quiseram ver, é que ao governo pouco interessava "dividir" a oposição se essa respondesse à linha ideológica e política dos detentores do Poder. Em outras palavras: se no PMDB o setor hegemônico era o liberal-conservador, então, para que dividir? O esforço do governo teria que se concentrar — como aconteceu — em dificultar a estruturação de qualquer linha alternativa na oposição.

## O poder das exceções

Apenas dois partidos — e grupos isolados dentro do PMDB —, o Democrático Trabalhista (PDT) e o dos Trabalhadores (PT) se insurgiram com independência a esse bipartidarismo disfarçado. Mesmo o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pelas condições internas e pela ausência de uma linha popular coerente, não conseguiu delimitar o seu espaço político na oposição. Também não conseguiram marcar uma posição autônoma dentro do PMDB alguns núcleos internos de independência, afogados na maré do adesismo e da conciliação.

Os srs. Leonel Brizola e Luis Inácio da Silva (Lula) mantiveram as suas posições e foram ao pleito na legenda de seus respectivos partidos, mas tiveram que suportar uma campanha dura e por vezes desleal, acusados de dividir a oposição para servir ao governo. Em vários estados, o PMDB fez uma campanha endinheirada e adotou uma ação de "caça ao voto", sem qualquer preocupação senão a eleitoreira, que até parecia um PDS na oposição.

Brizola foi eleito governador do estado do Rio de Janeiro e o PDT teve bom desempenho nas eleições no Rio Grande do Sul. O PT, com Lula candidato a governador, obteve mais de um milhão de votos em São Paulo, embora tivesse ficado atrás do PTB, com o sr. Jânio Quadros também disputando o governo do estado.

Nos outros estados, tanto o PDT, quanto o PT e PTB foram espremidos entre o Partido Democrático Social (PDS), do governo, e o PMDB, que conseguiu convencer milhões de eleitores de que era a única alternativa de oposição. A não ser nos três estados citados, a eleição foi absolutamente polarizada entre os dois partidos, sem nenhuma diferença dos tempos do bipartidarismo da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB); o primeiro, oficialista, o segundo, a oposição consentida.

## A inteligente manobra do PP

A incorporação do Partido Popular (PP) ao PMDB resultou no fortalecimento do espectro liberal-conservador e no isolamento das correntes



O povo brasileiro participou ativamente das eleições.  
O desafio hoje é construir uma sociedade realmente democrática, de inspiração socialista

populares. Aparentemente, era uma resposta do PP à obrigatoriedade de vinculação de votos e à proibição de coligações partidárias, ditadas pelo governo. Mas o resultado real foi a descaracterização do PMDB como uma frente de oposição progressista, para transformá-lo num partido de centro-direita, tão parecido ideologicamente com o PDS que hoje custa diferenciar quem é quem no governo e na oposição.

Os resultados eleitorais da incorporação estão à vista. Em quase todos os estados onde houve a incorporação, o antigo MDB perdeu substância. Em alguns estados, como no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, e mesmo São Paulo, os setores progressistas foram virtualmente varridos. No Rio de Janeiro, de um numeroso grupo de deputados federais, estaduais e vereadores na capital, de reconhecida linha progressista, sobrou um vereador, o jornalista Sérgio Cabral. Todos, incluindo os prefeitos e os vereadores do interior, foram substituídos por elementos conservadores, reacionários ou fisiológicos, quase todos produtos da corrupta máquina política da administração que finda.

Mas não é só isso. Nos outros estados, se os novos parlamentares não saíram das fileiras do PP (um partido que era mais conhecido como "o partido dos banqueiros") são ligados a máquinas políticas ou oligárquicas locais, sem maiores compromissos com a causa popular.

Assim, o sistema ganhou pelos dois lados. Viu

crescer, no maior partido de oposição, o número de governadores, parlamentares e prefeitos que oscilavam entre o centro-liberal e a direita. Como resultado da asfixia política interna e do poder econômico lançado às eleições, verificou-se uma redução vertical daqueles antigos setores do PMDB que resistiam à avalanche conservadora e eram vozes de combate num partido cuja cúpula sempre foi marcada pela conciliação e por vacilações.

### Um resultado animador

O quadro que temos hoje no Parlamento é desalentador. O número de deputados que fazem protestos inócuos contra medidas governamentais é grande, mas o núcleo de oposição real ficou consideravelmente reduzido. Isso vamos ver nas próximas discussões sobre a política econômica do sr. Delfim Neto e as inaceitáveis imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI), já admitidas por dirigentes do PMDB, como o governador eleito de Minas Gerais, Tancredo Neves.

Nesse quadro desfavorável, o que ficou de alentador foi a vitória popular no Rio de Janeiro. A partir dela e em torno dos mandatários que o povo fluminense elegeu a 15 de novembro — Leonel Brizola, Darci Ribeiro, Saturnino Braga, parlamentares e prefeitos progressistas — deve ser reconstituída a verdadeira oposição.

Uma oposição que não se limite a discursos agressivos, frases de efeito ou denúncias vazias, mas que procure construir um pólo de transformações numa sociedade brasileira que quer avançar e renovar-se.

O problema dessa recomposição política está em como fazê-la. Não há fórmulas mágicas nem caminhos fáceis. As leis de estilo ditatorial estão aí, para proibir coligações e impedir que parlamentares de um partido transitem livremente a outros, na busca de uma coerente estrutura política. Tampouco é fácil aproveitar a brecha da lei, que permite incorporações (tipo PP-PMDB).

Mais do que isso, não é fácil superar dificuldades internas, nas forças populares, nem tampouco conseguir um consenso em torno de determinados pontos programáticos, nem sempre implantados nas aspirações das camadas sociais a que os partidos entendem servir. Os repetidos apelos do sr. Leonel Brizola a esse esforço de união na área popular não têm encontrado respostas concretas.

#### Os próximos quatro anos

Mas o fato do panorama ser assim, cheio de complicadores, não exclui a responsabilidade das lideranças populares de buscarem campos de entendimento e denominadores comuns, na procura da meta fundamental que é a constituição de um poderoso terceiro partido, de base popular e socialista.

Esperar que o PMDB, com os seus governadores e suas bancadas majoritariamente conservadoras, assumam esse papel é cair de novo no engano e continuar lavrando na utopia. Isso não significa que não seja importante para o processo político brasileiro que haja um grande e forte partido liberal, mas, para milhões de brasileiros, empenhados na luta pela transformação social no rumo do socialismo, esse não poderia ser um fim em si mesmo.

Não há dúvida de que, a 15 de novembro, a pigmentação progressista do PMDB esmaeceu. Isso já foi proclamado inclusive pelo ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos, quando disse que a esquerda havia sido esmagada nas eleições.

Esse fato tem sido publicamente admitido por figuras destacadas do liberalismo brasileiro, como o ex-ministro Severo Gomes, eleito senador por São Paulo, vencendo um candidato progressista como Almino Afonso, e o líder do incorporado Partido Popular, o banqueiro Olavo Setúbal. Ambos reconheceram o caráter centrista do novo PMDB. Setúbal foi mais adiante: admitiu que já não levará adiante o seu projeto de fundar o Partido Liberal, pois o PMDB, com o resultado das eleições, passou a ocupar este espaço político que lhe estava reservado.

No momento se inicia no campo das forças populares, uma discussão que se deve ampliar muito nos próximos meses, sobre o destino de sua organização partidária. Para muitos líderes não é possível que o voto popular continue elegendo candidatos conservadores, cujas diferenças com o atual regime não são fundamentais e que, eleitos, não se consideram comprometidos com qualquer programa renovador.

Essa discussão abrange o Partido Democrático Trabalhista (PDT), e setores tanto do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como do PT (Partido dos Trabalhadores) e do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). No PDT a discussão se situa em torno de sua transformação em Partido Socialista. No Recife e outras capitais do Nordeste, é grande o número de jovens usando camisas vermelhas com uma inscrição, "O PS vem aí". Mas o problema transcende muito à simples mudança de siglas. Há partidos socialistas que não têm esse nome e há outros que assim se chamam mas sua designação não passa de um rótulo ou de uma utopia sem base na realidade social.

O problema está no programa e também em uma práxis socialista, que deve ser elaborada na militância consequente. De qualquer modo, o debate é importante e traduz um revelador sinal de vitalidade ideológica e política.

Nas próximas eleições, os novos partidos terão que conseguir cinco por cento do conjunto da votação e três por cento em pelo menos nove estados. Se não alcançarem esse quociente, os seus candidatos eleitos perderão o direito ao mandato. Essa medida de fundo autoritário, devia ter sido aplicada já nestas eleições, mas foi adiada para as próximas. Haverá partidos entre os novos que dificilmente alcançarão esses percentuais. Mas mesmo que o alcance não será com três nem com cinco por cento do eleitorado do país que desempenharão o papel que corresponde ao apoio que o trabalhismo e o socialismo já contam hoje na sociedade brasileira.

O problema está na decisão, capacidade e desprendimento dos militantes para a grande tarefa de articular essa nova força que, bem estruturada, terá as melhores chances de chegar ao poder. A vitoriosa campanha do PDT no Rio de Janeiro, conduzida pelo governador Leonel Brizola, foi um teste significativo. Do ponto de vista da praxe eleitoral no Brasil, e dos obstáculos levantados à sua luta, Brizola não poderia ganhar: seu partido apenas obtivera registro e iniciava sua estruturação, não dispunha de recursos financeiros nem de meios de comunicação e ele retornava de um exílio de 15 anos. Enfrentou tremendas máquinas políticas, administrativas e econômicas, com base no governo federal e no governo do estado. E venceu. O exemplo está aí e o desafio também. ●

## A FRAUDE CIBERNÉTICA

Três dias depois das eleições só se conheciam no Rio de Janeiro, através de dados oficiais, menos de 10% do total do resultado das urnas e, como os votos eram procedentes em sua maioria do interior do estado, o candidato oficialista Wellington Moreira Franco estava na frente por ampla margem de sufrágios. A Rede Globo (TV, Rádio e o jornal O Globo) anunciava resultados de seu próprio sistema de computação que projetavam uma vitória desse candidato por uma pequena diferença, enquanto que a Rádio e o Jornal do Brasil e a Rede Bandeirantes de Televisão, com equipes técnicas limitadas a umas poucas calculadoras, previam a vitória do PDT por quase cinco pontos acima de Moreira Franco. Aliás, era esse o resultado das últimas pesquisas anteriores às eleições.

Nesse clima de confusão, Leonel Brizola convocou a imprensa estrangeira para anunciar que "só a fraude me tirará a vitória". O motivo para denunciar a hipótese de uma fraude sem afirmar que esta existia realmente era muito simples. Não havia provas. Havia sido constatadas algumas irregularidades menores pelos fiscais do PDT e pelos demais partidos de oposição em quase todas as mesas apuradoras, mas que não eram suficientemente graves para alterar o resultado final.

De hora em hora a tensão aumentava. Brizola foi chamado de "incendiário" por alguns porta-vozes militares. A opinião pública se sentiu ludibriada pelas versões contraditórias dos meios de comunicação e nas mesas de apuração a contagem de votos se demorou mais ainda devido à vigilância redobrada dos fiscais de partidos, que estavam dispostos a não se deixar roubar em um único voto. Os especialistas em estatística eram consultados como se fossem pitonisas do oráculo.

A atenção voltou-se, pois, para um protagonista acima de qualquer suspeita, o mesmo que ocupava a matéria de capa da revista Time como "a máquina do ano": o computador.

Era impossível checar os dados parciais do sistema de computação contratado pela justiça eleitoral com aqueles obtidos pelo fiscais de partidos e pela imprensa nas mesas de apuração, porque os primeiros registravam subtotais por região para um certo número de urnas, mas sem esclarecer quais eram estas. Os partidos podiam controlar que os dados introduzidos na máquina pelos operadores que copiavam as listas fossem corretos. Contudo, a análise matemática não deixava dúvida sobre os resultados. Projetados em sua totalidade e devidamente ponderados, dariam a vitória ao partido do governo.

Afinal, um analista da equipe de Brizola descobriu o fio da meada: os votos nulos e em branco, em vez de manterem uma porcentagem uniforme, cresciam nos distritos em que o PDT tinha uma votação maior. Jogando com os números, descobriu-se que este comportamento não era por acaso: supondo que o computador estivesse programado para diminuir quatro votos de Brizola por cada cem emitidos e contá-los como nulos, e percorrendo o caminho contrário, a projeção dos resultados oficiais coincidiria exatamente com as projeções realizadas pelos analistas independentes.

A demonstração matemática não constituía uma prova jurídica. Entretanto, os juízes do Tribunal Eleitoral resolveram que o raciocínio era, ao menos, convincente e resolveram investigar. Três horas mais tarde, Moreira Franco reuniu a imprensa e reconheceu publicamente sua derrota. No dia seguinte, um dos diretores da empresa de computação, por coincidência um coronel com ampla experiência em assuntos de inteligência, responsabilizou-se pelos "erros" no programa de contagem e prometeu corrigi-lo.

Ao analisar a hipótese de fraude eletrônica quando esta foi posta em questão pela primeira vez, um cientista político comentava que nenhuma tentativa de fraude seria viável nas atuais condições do Brasil, com os grandes meios de comunicação divulgando uma versão diferente da oficial. No dia seguinte, o Jornal do Brasil informava em primeira página as pressões recebidas para ajustar-se aos dados do computador. Desconhecendo certamente os "erros" do coronel, um dos programadores da empresa se dirigiu ao centro de computação do jornal para explicar a existência de um certo "diferencial Delta", que faria aumentar os votos nulos e invalidaria as projeções que não o levassem em conta...

A expressão "diferencial Delta" já está incorporada à linguagem popular do Rio de Janeiro como eufemismo de roubo, e a opinião pública (ou os meios de imprensa que lhe fornecem a informação) parece inclinada a esquecer o episódio. Em todo caso, se realmente existiu a primeira fraude eletrônica no Brasil (e talvez no mundo) dela só veio à tona a ponta do iceberg.

A polícia investigará (investigará?) se houve delito. A Rede Globo, através de uma severa autocrítica, estudará (estudará?) por que foi que seu próprio sistema de computação forneceu dados coincidentes com aqueles que incluíam o "diferencial Delta", perdendo credibilidade perante a opinião pública. E os conspiradores aprenderão (aprenderão?) que para enganar o povo se precisa algo mais do que um estratagema astucioso.

# Dívida externa: cinco mitos e uma verdade



*Os argumentos falaciosos dos tecnocratas escondem as causas reais da recessão brasileira*

*Theotonio dos Santos*

**1º mito:** *A dívida externa brasileira é consequência do aumento do preço do petróleo.*

Falso. A origem do déficit do nosso balanço de pagamentos que obriga a pedir empréstimos todos os anos não está no setor comercial, onde o país tem em geral uma situação superavitária. Em 1981 e 1982, por exemplo, o Brasil exportou, respectivamente mais 1,2 e 1 bilhão de dólares do que importou. Ademais, países exportadores de petróleo como o México e a Venezuela têm também balanços de pagamento negativos. De fato, a origem de nosso déficit encontra-se no setor Serviços, onde o Brasil é sempre deficitário. O pagamento de fretes e seguros, de *royalties*, marcas e patentes, as remessas de lucro para o exterior e os gastos em turismo representam um déficit anual de 3,7 bilhões de dólares em 1979; 3,8 em 1980, 4,0 em 1981, 3,8 em 1982.



*As negociações com o FMI em Brasília*

Muitos economistas descontam desse déficit os chamados investimentos estrangeiros que “entram” no país, esquecendo-se que eles são em geral, “reinvestimentos” de lucros obtidos no Brasil. Mesmo assim, esses investimentos não chegam a compensar os déficits dos serviços (eles foram de 1,7 bilhões em 1979, 1,5 em 1980, 1,8 em 1981 e 1,2 em 1982). É para cobrir esses déficits que o país vem contraindo dívidas no exterior e não para investimentos produtivos que representam, como vimos, uma parte mínima do balanço de pagamentos.

Dessa maneira, é completamente impossível resolver o problema da dívida externa aumentando as exportações que nunca poderão exceder tanto as importações a ponto de cobrir o déficit do setor Serviços, sobretudo porque muitos produtos exportados têm grande parte dos seus componentes importados a preço de ouro pelas transnacionais que praticam com frequência o mecanismo da sobrefaturação de suas importações. Dessa maneira, toda vez que se elevam as exportações de manufaturas produzidas pelas multinacionais, elevam-se também as importações de partes, maquinárias e outros itens necessários à expansão das indústrias exportadoras.

**2º mito:** *O Brasil é um país muito rico e poderá pagar a sua dívida sem problemas.*

Falso. A riqueza natural do Brasil (já que no mais é um país pobre, subdesenvolvido e atrasado tecnologicamente) nunca será suficiente para pagar as enormes dívidas contraídas no exterior. A dívida externa representava, no começo de 1982, 74 bilhões de dólares. Descontando dessa dívida as reservas financeiras que o país possui, no valor de 7 bilhões de dólares, chegávamos a uma dívida líquida de 67 bilhões de dólares, o que representava três vezes mais que o total de nossas exportações. Nesse mesmo momento, devíamos 18,5 bilhões de

dólares em serviços da dívida que teriam de ser pagos durante o ano de 1982, o que representava 82,2% de nossas exportações.

Quanto teríamos que investir na produção e exportação de minérios para superar essa situação? No caso de Carajás, considerada uma das maiores reservas minerais do mundo, pensa-se gastar aproximadamente 60 bilhões de dólares emprestados do exterior para exportar cerca de 6 a 10 bilhões de dólares por ano. Se somarmos os juros que tais empréstimos implicariam, demoraríamos 10 a 15 anos para amortizar os empréstimos recebidos para viabilizar Carajás. E isso com o agravante de termos entregue nossas riquezas aos capitalistas internacionais, que aumentariam suas remessas de lucro para o exterior e de que, no final de tudo, ficariam nada mais que buracos deixados pelos exploradores de nossas riquezas.

**3º mito:** *O Brasil soube administrar a sua dívida; por isso não teve nem terá que recorrer a uma declaração unilateral de renegociação da dívida tal como fez o México.*

Falso. O Brasil recusou-se a tomar medidas drásticas no momento correto tal como o fizeram o México, a Polônia e Cuba. Em consequência, a sua dívida se torna cada vez mais onerosa e as suas dificuldades de caixa cada vez mais dramáticas. O custo médio da dívida brasileira (juros líquidos/dívida bruta média) subiu de 4,8% em 1970 para 14,8% em 1981 e o Brasil paga hoje os juros mais altos do mundo. Por outro lado, o Brasil enfrenta graves problemas de caixa. Em 82 faltaram quatro bilhões de dólares para cobrir o pagamento dos juros e amortizações da dívida, conseguidos com a ajuda do governo norte-americano. Washington emprestou 1,2 bilhão para salvar o país de graves problemas de caixa, enquanto conseguia o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) com um empréstimo a longo prazo de 4,5 bilhões, obtidos à custa de imposições já conhecidas.

Mas, duro mesmo, vai ser este ano. Segundo os cálculos do governo brasileiro, este poderá obter somente 12 a 13 bilhões de dólares no mercado internacional para cobrir um déficit de 18 a 20 bilhões de dólares. Faltarão portanto 6 a 7 bilhões de dólares no final do ano para fechar o nosso balanço de pagamentos.

Como cobrir esse déficit? O governo brasileiro afirma que conseguirá um superávit comercial de 6 bilhões de cruzeiros. Esta é uma meta mirabolante. O país pode preparar-se portanto para declarar-se incapaz de pagar as suas dívidas de 83. Isto, mesmo com o apoio do Fundo Monetário Internacional. Se já foi tão dramático resolver problemas de caixa para o ano de 82, como será a si-

uação neste ano?

A dívida brasileira tem sido pessimamente administrada e demoramos demais a reconhecer a gravidade da nossa situação. Por outro lado, para obter os empréstimos previstos, o país vem alienando suas riquezas com a entrega de concessões de reservas minerais de Carajás e outras possíveis concessões tais como a ocupação do nosso serrado e outras facilidades ao capital internacional. Para sobreviver um ou mais anos sem declarar a moratória, o governo vem entregando o nosso patrimônio com a maior falta de cerimônia e de respeito pelo nosso povo e a nossa soberania.

**4º mito:** *Os acordos com o Fundo Monetário Internacional não vão implicar uma perda de soberania nem compromissos desvantajosos para o país. Afinal, todos os países recorrem aos empréstimos do Fundo e à sua autoridade internacional para garantir créditos necessários nos meios financeiros internacionais.*

Falso. O momento e a maneira como o Brasil está recorrendo ao FMI o coloca numa posição extremamente frágil, pois o faz numa situação de escassez definitiva de divisas, quando já havia chegado ao fundo do poço. Em segundo lugar, o Brasil recorre ao FMI para evitar a inevitável renegociação da dívida à qual será levado em circunstâncias desesperadoras. O FMI atuará sempre no sentido de obrigar o país a sacrificar-se internamente em vez de sacrificar a comunidade financeira internacional. Esta teme que uma declaração unilateral de renegociação (uma espécie de moratória não assumida) de mais um país tão grande como o Brasil leve à quebra de bancos que ocupam um lugar crucial no sistema financeiro internacional.

O FMI atuará portanto como fator de pressão e contenção de qualquer medida prejudicial a esse sistema, limitando a capacidade de ação autônoma do país. Se o Brasil declarasse a renegociação primeiro, como fez o México, e somente depois do fato consumado chamasse o FMI, teria maior poder de negociação, pois poria em xeque os credores, obrigando-os a pressionar o FMI a favor do atendimento das condições do país. Isso responde também a outro mito muito em moda: o de que uma declaração unilateral de renegociação da dívida pelo Brasil provocaria uma resposta violenta da comunidade financeira internacional.

O exemplo do México demonstra que os banqueiros fazem tudo para reaver seu dinheiro e evitam criar problemas para os seus clientes que se mostram duros e decididos a não pagar com sacrifícios exagerados. A única solução seria derrubar os governos que tomam tais iniciativas, mas não há dinheiro suficiente na CIA para derrubar todos os governos que caminham para uma moratória internacional.



Teoricamente, Carajás, uma das maiores reservas minerais do mundo, poderia exportar de seis a dez bilhões de dólares por ano e ajudar a cobrir o déficit no balanço de pagamentos. O sr. Delfim Neto (foto) sabe que na prática, não será assim. O atraso nas obras e a retração do mercado internacional não permitem essa visão otimista



**5º mito: O Brasil sairá dessa conjuntura sem reajustes básicos.**

Falso. Apesar de um setor da oposição brasileira defender irresponsavelmente uma política inflacionária que, segundo eles e contra a realidade, impediria uma recessão no país, o fato é que estamos numa recessão econômica que tende a aprofundar-se cada vez mais e que exige medidas de austeridade e cortes de planos mirabolantes e faraônicos. O povo brasileiro tem que se conscientizar a respeito da gravidade da atual conjuntura.

A questão fundamental não está na possibilidade de evitar a recessão e as medidas de austeridade e sim na definição de quais os setores que deverão pagar o inevitável custo da crise. Quem se enriqueceu com o endividamento externo foram uma burguesia oligárquica e consumista e uma classe média alta, irresponsável e aventureira. Cabe a eles e não aos trabalhadores assalariados e às imensas massas marginalizadas assumir o peso da crise nos seus ombros aceitando a diminuição do seu alto poder aquisitivo.

As políticas recomendadas pelo FMI fogem sistematicamente das questões cruciais para a solução estrutural do endividamento externo. Em vez de recomendar o estancamento das remessas de lucros e do pagamento de serviços que extorquem o país, propõem uma baixa das importações para gerar ou aumentar um superávit comercial que não resolve a questão do déficit do balanço de pagamentos. Em vez de exigir uma nacionalização do sistema bancário com a consequente redução dos juros, exige

uma contenção do crédito aos setores produtivos e leva à queda da taxa de juros pela via do sacrifício dos bancos estatais que diminuem suas taxas de redesconto. Em vez de favorecer as pequenas e médias empresas, que utilizam matérias-primas nacionais, apóiam a concentração do capital financeiro e as fórmulas de ajuda externa. Estas favorecem os investimentos milionários baseados na importação de matérias-primas industrializadas do exterior e de tecnologia, pagando inúteis *royalties* e serviços técnicos.

Enfim, em vez de exigir o corte do consumo ostensivo da burguesia e o fim da corrupção governamental, exige o corte dos subsídios estatais ao consumo popular e ao trabalhador, deixando intacto o sistema de subsídios à empresa estrangeira que sangra nossa economia. As políticas propostas e impostas pelo FMI a devedores irresponsáveis como o Brasil conduzem pois à maior concentração da renda no país, à maior abertura à penetração do capital estrangeiro e ao fortalecimento da grande empresa e dos grupos financeiros nacionais e internacionais.

**Uma verdade:** A solução desses problemas fundamentais só virá com a formação de um governo popular, nacionalista e democrático que defenda os interesses da maioria do nosso povo, realize as reformas de base necessárias, nacionalize o sistema financeiro que especula com a nossa dívida e seus efeitos, imponha a soberania nacional e renegocie a dívida de acordo com as nossas condições reais de pagamento aos credores internacionais. ●



# Oposição vence eleições e governa metade do país



*As eleições de 15 de novembro decretaram o fim de uma era e iniciam um novo ciclo, onde as oposições têm papel preponderante*

*Francisco Viana*

Os últimos mas ainda sólidos fios que atrelam a nação ao autoritarismo começaram, afinal, a romper-se no dia 15 de novembro. Bastou que as urnas fossem abertas para que 58 milhões de eleitores submetidos há quase duas décadas a rigoroso jejum eleitoral, emergissem com a força de um furacão para demolir as ambições governamentais de obter consagrada vitória popular. Em menos de duas semanas, o Brasil saltou de um regime fechado, sob tutela de um seleto grupo de militares e tecnocratas, para uma realidade política nova onde os candidatos oficiais foram varridos da metade do mapa nacional por uma insurreição pelo voto. Mesmo dividida pelo arsenal

de casuísmos do governo, que vinculou os votos<sup>1</sup> e vetou o acesso dos candidatos à televisão na última fase da campanha, as oposições conquistaram os governos de um espaço geográfico — que corresponde duas vezes à superfície da Espanha — onde estão concentrados 63 milhões de pessoas e 70% do Produto Interno Bruto (PIB).

Uma vitória que desenha horizontes bastante otimistas para as forças populares e democráticas do país. Principalmente, se levado em conta que o governo perdeu nos dois epicentros da vida política e econômica do país: em São Paulo, onde fica o maior parque industrial do continente, venceu o senador Franco Montoro; e no Rio, contrariando todas as previsões dos estrategistas do governo, as urnas deram a vitória ao líder socialista Leonel Brizola. O governador eleito do Rio de Janeiro afirmou estar no seu projeto futuro a organização de um poderoso partido socialista, aglutinando particularmente forças políticas dispersas no Partido dos Trabalhadores (PT) — que sofreu um duro revés no pleito — e na frente denominada Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

## A força da legitimidade

As eleições governamentais no Brasil foram as primeiras realizadas desde 1965. Naquele ano, o país ainda vivia sob o impacto do golpe militar que derrubou o governo constitucional de João Goulart e a vitória das oposições em dois estados chaves — Minas Gerais e Rio de Janeiro — provocou grande agitação no seio da “linha dura”. Não houve respaldo militar suficiente para impedir a posse dos eleitos, mas três anos mais tarde, já melhor articulada, a “linha dura” pôde banir as eleições diretas da Constituição e impor ao país o Ato Institucional nº 5, que permitiu ao governo enfeixar poderes infinitamente maiores do que dispunham os dirigentes do tempo do Império.

Desta vez, as eleições realizaram-se num cenário completamente diferente. O fracasso do modelo econômico — que concentrou excessivamente a renda e favoreceu abertamente a penetração das transnacionais no país — retirou do governo todos os seus pilares de sustentação. As classes médias votaram maciçamente com a oposição, a Igreja, majoritariamente, abraçou a causa dos oprimidos e o empresariado, em várias ocasiões, se manifestou

1) Além de extinguir artificialmente o bipartidarismo instituído após o golpe militar, o governo obrigou a vinculação de votos, isto é, o eleitor só poderia votar num mesmo partido, como tática para incentivar a divisão das oposições e garantir uma margem substancial de votos para seu partido, que detém amplo controle sobre o eleitorado do interior e da periferia das cidades das regiões mais atrasadas do país.

$\frac{\text{ARENÃO}}{\text{PTB+PT}} = \frac{2}{3}$ ; LULA X MODERADOS + ULYSSES = PT/EMDEPI  
 LEMBO; MDB = PDB > ARENÃO ou ARENA+PI > MDB?

CHAGAS!

BRIZA > CHAGAS  
ou...



A cibernética eleitoral do general Golbery

claramente favorável à democracia. Em São Paulo, no Rio e em Minas, principais pólos econômicos do país, a vitória da Oposição foi vista como um acontecimento normal, só tendo despertado reação ostensiva por parte da rede monopolista de comunicações "Globo", que durante as apurações manipulou o noticiário para dar a impressão de que o governo disputava duramente o pleito. O fenômeno registrou-se mais especificamente no Rio, onde, ao contrário dos demais veículos, o noticiário da "Globo" sempre mostrou o candidato da situação, Moreira Franco, na frente de Leonel Brizola. As urnas demonstraram justamente o contrário.

Foi a grande exceção. No mais, o governo esforçou-se para absorver a vitória da oposição e tentar tingi-la com cores de uma vitória do seu partido que, de certa forma, ele conseguiu assegurar graças a alguns artifícios. Essa "vitória" se materializa particularmente na maioria que ainda possui no Congresso Nacional (355 cadeiras, contra 314 das oposições), uma garantia, pelo menos no atual momento, para a sucessão indireta do presidente da República. Aliás, o governo antes do pleito cercou-se de todos os cuidados para manter tal trunfo nas mãos: aproveitando-se da maioria de que dispunha, fez aprovar uma lei que exige dois terços de votos para qualquer mudança na Constituição. Isto lhe dá tranquilidade para manter inalteradas as regras do jogo, já que uma lei, da fidelidade partidária, impede que mesmo os descontentes do partido oficial, o PDS, entrem em composição com as oposições.

No entanto, há indícios de que, dificilmente, o quadro se manterá prisioneiro de tal rigidez. As eleições trouxeram à tona inúmeros postulantes, do próprio sistema, à sucessão do presidente Figueiredo, que ocorrerá em 85, muitos deles sem

nenhuma chance de vitória fora do quadro das eleições diretas. É o caso, por exemplo, do ex-governador paulista, Paulo Maluf, eleito deputado federal pelo PDS em São Paulo com mais de 600 mil votos que não teria qualquer chance numa eleição indireta por força das arestas que cultivou dentro do próprio sistema. Com intensidade menor, seria também o caso do atual governador baiano, Antonio Carlos Magalhães, um dos condestáveis do sistema, que contabilizou maior vitória eleitoral.

Por outro lado, as pressões tendem a aumentar por força da legitimidade dos novos governos — de oposição ou não — que emergem no cenário nacional revitalizados pelo teste das urnas, enquanto o poder central jamais passou por teste semelhante. E mesmo nas eleições parlamentares e, agora, nas eleições para governador, só fez amargar derrotas. Uma perspectiva favorável é a reorganização partidária, que deve metamorfosear as faces dos atuais partidos, deixando cicatrizes profundas nas hostes oficiais, de onde tendem a sair boa parte dos seus quadros mais liberais. Ocorra o que ocorrer, um fato é certo: as eleições decretaram o fim de uma era de decisões num círculo fechado de mandarins da República e devolveram aos partidos políticos parte da antiga força perdida com a derrubada de Goulart e a ascensão dos militares.

#### Novo ciclo

O alcance profundo das eleições de novembro ainda não é bem visível a olho nu. De concreto, existe um dado tranquilizador: os militares, que tutelam a nação há 18 anos, têm mantido posição discreta, limitando-se a assegurar, em sucessivos pronunciamentos, que os eleitos tomarão posse. O próprio presidente Figueiredo, irritou-se quando,



Pouquíssimos trabalhadores chegaram ao Parlamento. A esperança é que essa situação se modifique no futuro

às vésperas do pleito, um repórter perguntou a ele se Leonel Brizola — o adversário mais temido pelo sistema —, eleito, tomaria posse. Figueiredo correu o país inteiro fazendo campanha para seu partido e, por diversas vezes, empenhou sua palavra na garantia do respeito às urnas. Tudo isso, mais a crescente mobilização dos grandes centros urbanos e os rigores de uma violenta crise econômica, levam a crer que a abertura política é irreversível. Fora dela, o país mergulharia num processo de confronto de dimensões imprevisíveis.

“Terminou o tempo em que meia dúzia de pessoas pintavam murais monumentais, mas sem ajuda de escadas, de nada”, profetizou o ex-ministro chefe da Casa Civil da Presidência, Golbery do Couto e Silva, ao avaliar o resultado das eleições. Em outras palavras, queria dizer que o autoritarismo envelheceu e, em seu lugar, renasce a discussão e a negociação política.

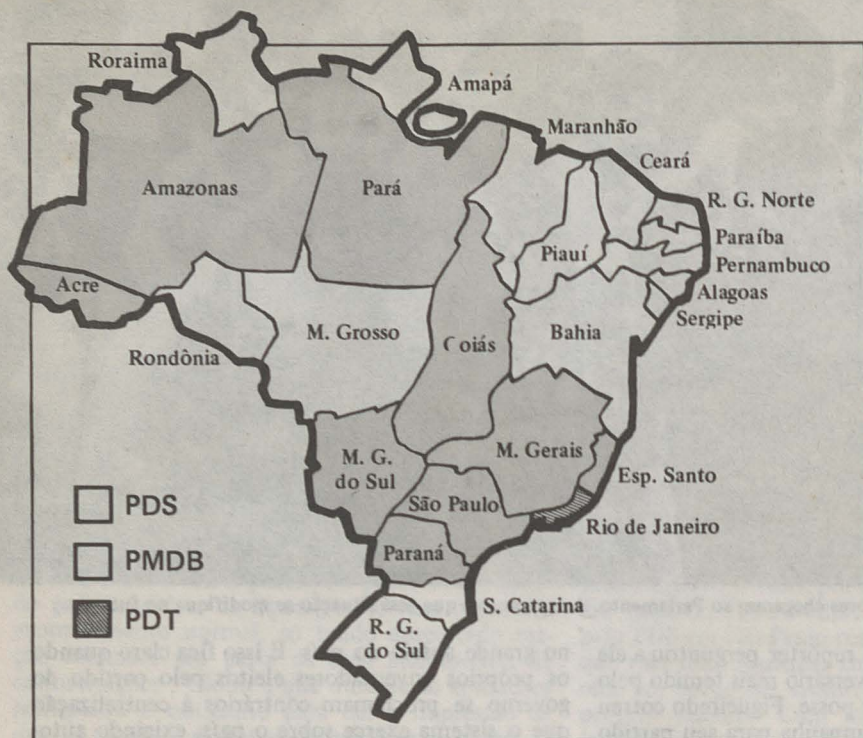
Na ótica do líder socialista Leonel Brizola, o país efetivamente caminha para um renascimento, que se materializará numa Terceira República. Não seria, como as anteriores, a República dos donos de grandes latifúndios, nem dos empresários das transnacionais. Nela, o personagem central seria a classe trabalhadora.

Com efeito, o Brasil que floresce das urnas é um país em intensa mobilização. Do campo às fábricas, das favelas às associações de bairro, dos elegantes bairros de São Paulo e da Zona Sul carioca, essa palavra-de-ordem parece estar em todos os espíritos. Há uma consciência nacional de que o regime militar fracassou e que seus tecnocratas há duas décadas vêm a nação através de espessas lentes escuras. Assim, a democracia transformou-se

no grande anseio do país. E isso fica claro quando os próprios governadores eleitos pelo partido do governo se proclamam contrários à centralização que o sistema exerce sobre o país, exigindo autonomia econômica para seus estados e se propondo a defender reformas sociais. Detalhe: de cada dez cruzeiros arrecadados nos estados, sete ficam em poder do governo central.

A “linha dura” está isolada socialmente. Tanto que a tentativa de manipulação dos resultados eleitorais no Rio por parte das emissoras (rádio e televisão) e do jornal do poderosíssimo sistema “Globo”, foi imediatamente repelida por forte reação da sociedade. Diariamente, a emissora recebia cerca de três mil reclamações (o normal são 200 por dia), os jornalistas apressaram-se em formular veementemente protesto e quase toda a grande imprensa apressou-se em condenar, ostensivamente ou não, a atitude das empresas “Globo”, consideradas, no mínimo, aéticas. Mas, o episódio da “Globo” parece apenas uma empoeirada lembrança do passado, se projetado às novas frentes de luta que se abrem para a oposição.

O ano de 83 inicia-se para o país sob o signo de uma crise econômica ainda mais violenta que a do ano passado e para os novos governadores, se coloca o desafio de tentar atenuá-la ao extremo. De imediato, há dois problemas candentes: a renegociação da pesada dívida externa brasileira (que já ronda os 90 bilhões de dólares) e o recurso do país ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o que equivale dizer ao aprofundamento do processo de recessão. Ora, os novos governos, de oposição ou não, têm fortes compromissos sociais. É o agravamento de problemas como desemprego, o elevado



A oposição ganhou nos estados mais ricos e populosos: terão governadores de oposição os estados que representam 75% do Produto Interno Bruto (PIB) do país

custo de vida, a inflação e os já excessivamente onerosos impostos, só contribuiram para aumentar tensões sociais e desacreditar os novos governantes. Assim, parece claro que o novo Congresso se empenhará na conquista de reformas que impeçam que o ônus maior da crise continue pesando sobre os ombros dos trabalhadores.

O que não está claro ainda é a profundidade das reformas. Por exemplo, o controle dos lucros das transnacionais ainda é uma questão em suspenso, mas que tende a ser colocada na esteira da própria discussão dos novos rumos que, inevitavelmente, o modelo econômico terá de tomar.

#### Encruzilhada histórica

Passados 18 anos de governo autoritário, o Brasil encontra-se como alguém que após uma longa caminhada numa floresta completamente escura vislumbra uma clareira, com vários caminhos à frente. Na verdade, a diversidade de rotas é uma ilusão porque há apenas dois destinos. No caso brasileiro, o primeiro caminho — o proposto pelo atual modelo econômico — levaria ao esmagamento de toda a acumulação industrial feita a duras penas e à custa do sacrifício de mais de duas gerações de trabalhadores. Por essa rota, o Brasil voltaria aos primórdios da década de 30. A outra rota conduz ao fim da sua posição de economia periférica e dependente, com a consequente ruptura dos laços

com o imperialismo e a incorporação de grandes massas marginalizadas à produção e ao consumo.

É esse o dilema da adolescente democracia brasileira. O país que chegou à revolução industrial com meio século de atraso, não pode deixar passar a oportunidade histórica de dar saltos e equiparar-se, pelo menos parcialmente, às nações industrializadas na revolução eletrônica. O desfecho de situação tão delicada tem importância vital para os países do Terceiro Mundo e, particularmente, do continente latino-americano, ainda subjugado por algumas ditaduras fechadas, como são os casos do Chile, da Argentina e do Uruguai.

O crepúsculo do autoritarismo brasileiro pode ser decisivo para as mudanças que começam a abalar os alicerces das ditaduras do Cone Sul. E terá, também, importância vital para atenuar as tentativas norte-americanas de exportar a crise que abala sua economia para o Terceiro Mundo. Nesse particular, a vitória de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, se reveste de singular importância. Mesmo a burguesia nacional entende que a África e a América Latina são os dois grandes aliados brasileiros para romper os laços de dependência. Daí, estarem avançando, se bem que ainda timidamente, nessas duas direções. Um partido socialista vigoroso poderá apressar o processo. Resta agora, esperar a posse dos eleitos e aguardar os ventos da mudança, de cuja intensidade dependem os rumos da abertura política. ●

José Gregori:

## “A sociedade deve ser o protagonista do processo histórico”



*A proposta do PMDB, a sua análise dos resultados eleitorais e uma avaliação do panorama econômico brasileiro*

Laura Avellaneda

**A**dvogado, professor universitário da Faculdade de Direito da PUC, ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, José Gregori foi eleito a 15 de novembro deputado estadual pelo PMDB de São Paulo. Nesta entrevista exclusiva a cadernos do terceiro mundo, ele avalia o novo panorama político surgido do resultado da eleição e traça algumas perspectivas do papel que o seu partido poderá desempenhar no futuro do processo de abertura democrática.



O elenco paulista: Jânio Quadros (PTB), Luís Inácio da Silva, Lula (PT), Rogé Ferreira (PDT), Franco Montoro (PMDB) e Reinaldo de Barros (PDS)

*Qual seria, segundo sua visão, o significado do papel do PMDB nestas eleições?*

— Eu acho que o PMDB cumpre um papel nacional. Não foram umas eleições que significaram apenas uma mudança de quadros, de dirigentes, mas a meu ver elas se constituíram numa etapa a mais de um processo que tem pelo menos uns sete anos no Brasil. Aqui em São Paulo a evolução desse processo nas suas várias etapas foi nítida. Até por que, o chamado processo geograficamente se localizou muito neste estado por uma série de razões. Foi aqui que em 75 houve praticamente um “basta” à reação mais desumana do ponto de vista do sistema, como nos casos do jornalista Herzog e o do operário Manuel Fiel Filho; foi aqui em São Paulo que houve também em 1975 uma movimentação estudantil feita contra as ordens do sistema e os estudantes estiveram na rua o ano todo; foi aqui que se deu uma espécie de basta dos intelectuais, no congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) contra as ordens do sistema. Foi aqui em São Paulo que a consciência liberal, jurídico-liberal, através da “Carta aos Brasileiros”, pediu o imediato retorno ao estado de direito. Foi aqui que se começou a luta pela anistia de uma forma mais consequente e que a Igreja teve um papel muito ativo na defesa dos direitos humanos. E, finalmente, foi aqui que os operários, que a classe trabalhadora como coroamento desse processo criou seu canal de participação.

Nesta eleição a luta passou para o plano da disputa política a nível eleitoral. E quando esse processo chega a nível de eleições, de disputa partidária, o maior partido da oposição obtém aqui uma vitória extraordinária em relação ao partido oficial: uma diferença numérica de mais do dobro. Por isso

e sem desmerecer as outras vitórias das oposições e mesmo do PMDB em outros estados, eu acho que a vitória aqui em São Paulo tem mais consistência e uma explicação mais lógica. A gente percebe claramente que as eleições estão ligadas a um processo que vinha se desenvolvendo pelo menos há sete anos.

### Sentido de humildade

*Como interpreta os resultados eleitorais?*

— A vitória de um sentimento oposicionista em todo o Brasil e especialmente em São Paulo é nítida. Não deixa margem a nenhum tipo de dúvida. Agora, esse sentimento se manifestou dentro de um contexto ideológico, sempre. E sempre com uma pequena inflexão à esquerda.

*Isso seria no plano nacional? Você não acha que as correntes de esquerda sofreram uma derrota?*

— A esquerda a meu ver — não a esquerda realista, mas a esquerda mais utópica — efetivamente conseguiu poucos resultados em todo o Brasil, mas especialmente aqui em São Paulo.

A representatividade desse resultado eleitoral é muito grande. As várias classes manifestaram alguns desejos e algumas esperanças no mesmo sentido. A proposta mais ideologizada foi a que teve menos êxito eleitoral. Isso vem comprovar que a vitória do PMDB é representativa; ela é, neste momento, nesta etapa, o que a maioria da sociedade brasileira está querendo.

*Portanto, você acha que a sociedade brasileira não quer mudanças radicais...*

— Exatamente. Para se construir uma democracia, que é em última análise o nosso plano a médio prazo, a gente precisa ter um grande sentido de humildade, saber o que efetivamente a maioria deseja. No momento, pelo que ficou nítido nesta eleição, deseja em primeiro lugar uma transformação no governo central. Não prosseguir tão autoritariamente como vinha sendo até agora. Há um desejo de maior participação da sociedade nas decisões do Estado. Em segundo lugar, que essa mudança se faça dentro das propostas que o PMDB apresentou sem apelos a radicalismos. Nos últimos sete anos não há dúvida de que a sociedade democrática avançou e que o autoritarismo recuou. Mas essa sociedade, embora a maioria reconheça isso, não está querendo pôr em risco esse espaço conquistado em nome de alguns temas que teoricamente podem ser defensáveis, mas que dentro da correção de forças não são exequíveis no momento.

*A crise econômica que se delinea para o próximo ano e que já está implantada, trará enormes problemas sociais dentro da classe trabalhadora e*

*nos meios empresariais. Como é que o PMDB pretende conviver com a crise?*

— A reação das próprias classes produtoras mostra que a sociedade não está mais aceitando um tipo de política fechada, que vem pronta de cima para baixo. Ela quer participar, ela quer opinar. E as classes produtoras chegam por último no sentido de cobrar do governo uma abertura. A abertura política já se deu em termos que ainda que não sejam satisfatórios, são pelo menos razoáveis. Mas a abertura econômica ainda não se deu. Então, o governo federal para a sua gestão econômica ainda tem o modelo do tempo do fechamento. Mas não é isso que a sociedade quer. Então é visível o choque entre o governo querendo manter o velho modelo e a sociedade (quase que unanimemente, porque não são só os trabalhadores e os intelectuais, mas também agora os próprios empresários) cobrando um outro tipo de política.

### As negociações com o FMI

*Mas a manutenção do velho modelo sofreu um reforço com a decisão política de ir ao FMI.*

— A questão é essa. A sociedade cobra mais abertura, inclusive a nível econômico, exatamente no momento em que o governo não está disposto a abrir, mas pelo contrário ainda recebe uma pressão externa de fazer uma política que conviveria melhor com o fechamento.

Vai ser impossível que o combate à inflação e a melhoria da situação financeira brasileira (do ponto de vista interno e especialmente externo) se dêem sem que a abertura política chegue ao campo da abertura econômica. E vai ser impossível às autoridades monetárias conseguirem alguma coisa se elas prosseguirem no velho modelo.

Agora mesmo, estamos assistindo a esse choque: a opinião pública especializada não está de forma nenhuma satisfeita com a maneira pela qual foram levadas as negociações com o FMI, com os credores em Nova Iorque. Tanto assim que a grande imprensa (que com poucas exceções durante anos e anos endossou silenciosa toda a política econômica) abriu baterias contra as autoridades monetárias. Nas reuniões de fim de ano que os industriais paulistas oferecem e quase sempre eram uma espécie de aleluia para as autoridades monetárias, neste ano só se ouviram críticas. O ministro do planejamento Delfim Neto, que tinha o hábito no fim do ano de receber — uma espécie de beija-mão — toda a classe empresarial paulista, este ano deu uma desculpa e não recebeu ninguém. Embora a classe empresarial não tenha impugnado o acordo com o FMI e com os credores em Nova Iorque, não está satisfeita com a forma como isso foi feito.

*Quais são os elementos de pressão que essa classe tem?*

— Enquanto a dívida estava sendo negociada o assunto era tratado como segredo de Estado. Eles não tiveram coragem de noticiar que estavam negociando com o FMI a não ser depois que as urnas já tinham sido abertas. O próprio Ministro do Planejamento confessa que estava negociando, pelo menos desde setembro. Eles não noticiaram exatamente para não sofrer o desgaste eleitoral que seria muito maior se de repente nós tivéssemos levado para os comícios o problema do FMI. É claro hoje que das classes empresariais aos intelectuais, dos estudantes ao clero mais progressista, e aos próprios órgãos de imprensa, ninguém que eu saiba endossou ou aplaudiu a forma como essas negociações foram conduzidas.

A gente nota que as pessoas querem ser informadas e querem discutir. Depende agora de saber se as autoridades, sejam brasileiras sejam do FMI, tiveram a sensibilidade política de tirar dos resultados de 15 de novembro as lições políticas que deviam tirar. Que o Brasil mudou e que não vai aceitar calado, cabisbaixo e silente o que as autoridades monetárias entenderem, na sua auto-suficiência, que convém ao Brasil.

*Em que termos a oposição que ganhou em diversos estados teria elementos de pressão? A ida do Brasil ao Fundo vai deslanchar uma crise imprevisível?*

— Os governos oposicionistas têm a favor deles o lastro da maioria da opinião ter desejado nas urnas uma política diferente. Então, quando eles virem através de mobilização de opinião pública uma política diferente dessa do Fundo, eles não estão falando por razões partidárias, nem por razões de quererem ver o circo pegar fogo, estão falando porque eles tem que ser fiéis aos mandatos que receberam da maioria do eleitorado. Estão legitimados para fazerem pressão junto ao governo federal. Do ponto de vista do assalariado, pequeno e médio, do ponto de vista do produtor, pequeno e médio, do funcionário público, pequeno e médio, e mesmo do profissional liberal, pequeno e médio, o cinto já chegou no último furo.

Todas as categorias a nível pequeno e médio estão no ponto máximo de resistência. Exigir que elas se sacrifiquem ainda mais do que se sacrificaram até agora é efetivamente colocar a temperatura social num ponto imprevisível.

## A política externa

*Voltando ao tema FMI, o ministro Saraiva Guerreiro afirmou numa entrevista recente que a ida do Brasil ao Fundo não implica uma mudança da política externa. O que você acha disso?*

— No momento em que a gente efetivamente traz o Fundo aqui e pede quase que pelo amor de

Deus para eles aprovarem as nossas contas e levam o presidente do Fundo para Nova Iorque, no salão de um hotel onde estão todos os nossos credores, e pede para ele dizer que aprovou as nossas contas, para ele advogar a nossa causa, e a gente pede para os banqueiros um prazo apertado de uma semana e não mais de uma semana para darem uma resposta se realmente eles renovam os prazos de nossos pagamentos ou não, quer dizer, nessa altura toda, a soberania brasileira, toda a independência brasileira, inclusive aquela que passa pelo ministério das Relações Exteriores, tudo isso foi por água abaixo.

Efetivamente, não dá agora para o Saraiva Guerreiro falar grosso quando o Delfim está falando fino. Imaginar o contrário é fazer poesia. Na realidade um país quando do ponto de vista financeiro chega ao ponto que o Brasil chegou, não tem condições de fazer uma política externa diferente daquela que está sendo feita pelas suas finanças internacionais. Se nós estamos efetivamente nesse momento de pires na mão perante os nossos credores, não há de ser em uma conferência internacional sobre qualquer assunto, organizada ou representada pelo ministro das Relações Exteriores, que o Brasil possa tapar o sol com a peneira e se apresentar como um campeão de independência do Terceiro Mundo.

*Então você acha que as relações do Brasil com o Terceiro Mundo podem mudar, especialmente com a África, que foram mantidas com uma certa coerência?*

— As alianças construídas não vão se desfazer. Mas todos os países que se associaram ao Brasil esperando que ele pudesse representar uma espécie de liderança, sabem que este país tem problemas específicos de tal monta que no momento ele só pretende liberar a si próprio. A política externa (que em linhas gerais eu acho que foi bem feita) continua. Mas enquanto o Brasil não resolver a sua situação econômica e financeira do ponto de vista internacional, mesmo que não queira, começa a ser visto pelos seus parceiros como um país que está cheio de problemas. Eu acho que nesse momento sobrá mais espaço para outros países.

## Uma convivência razoável

*Voltando ao nosso assunto que é o PMDB, por que foi que desse partido não emergiu um líder carismático como em outros partidos?*

— Eu acho que é porque o PMDB é no momento o partido mais sintonizado com a nova sociedade brasileira. Ele tem ao meu ver uma representatividade muito maior que qualquer outro partido da oposição. A gente nota, principalmente depois de uma campanha como esta, de 15 de novembro,

que a sociedade brasileira não está atrás de milagres porque já tomou uma trombada grande em matéria de milagre econômico. O que ela deseja é aquilo que o PMDB soube representar: um partido aberto, um partido de muitas tendências convivendo com razoáveis taxas de consenso, sem que uma pessoa ou um grupo seja hegemônico em relação aos demais. Eu acho que quando o PMDB durante tantos anos combateu o autoritarismo ele estava exatamente pregando aquilo que começa a colher agora. A democracia efetivamente só vai ser construída quando toda a sociedade — sem nenhum tipo de concessão a caudilhos em ascensão ou a caudilhos em descensão — tomar para si o processo histórico. Se deve construir a democracia, sem apelar para líderes carismáticos, fardados ou togados. Pelo menos aqui em São Paulo, os chamados homens de carisma não conseguiram os resultados que antigamente, principalmente na fase populista, esse tipo de liderança conseguia.

*Daqui por diante terá de haver arreglos para poder governar. São previsíveis pactos entre o PMDB e outros partidos?*

— Eu acho que o PMDB, pelo menos em São Paulo, deve ter a humildade de entender que soube interpretar o sentimento da maioria do eleitorado mas que o PMDB não tem o monopólio da vitória de 15 de novembro. O PMDB deve ter sempre a compreensão de que a caminhada deve ser feita em comum com outras forças oposicionistas representativas do mesmo desejo que ele tem de consolidar a democracia a médio prazo.

*E a nível nacional, quais são as perspectivas?*

— A nível nacional será a mesma coisa, pois não vejo como nos outros estados em que o PMDB ganhou a situação seja diferente. E principalmente em termos de nova Câmara teremos que juntar-nos a outros partidos da oposição, inclusive ao PDT. Pois o PDT tem a mesma visão da necessidade de manter, consolidar e ampliar a abertura. Tudo o que puder somar em torno desses três objetivos deve ser feito de uma maneira muito consciente. O PMDB não vai se minimizar se aceitar o diálogo e mesmo estimular o diálogo com outras forças democráticas.

#### A Igreja

*Qual seria o entrosamento entre o PMDB e a hierarquia eclesial, ou com setores da Igreja?*

— Bem, o entrosamento parte de que, no Brasil, tanto a hierarquia como os fiéis católicos não só têm o direito de votar como o próprio dever de votar. E votando, boa parte dessa hierarquia e boa parte desses fiéis optam pela oposição e dentro da oposição, pelo PMDB. Então existe esse tipo de

30 - terceiro mundo



relação; é a relação da cidadania que vota na proposta do PMDB.

Agora, a Igreja, pelo menos a Igreja de São Paulo, com a qual eu convivo, manteve uma posição rigorosamente independente em relação aos partidos. Candidatos cristãos e ligados à Igreja progressista tiveram uma boa votação tanto no PT como no PMDB, e acredito até no PDT. A campanha do Rogé Ferreira, do PDT, foi muito construtiva por ter colocado temas sérios na discussão. Resumindo: a Igreja não tem um tipo de relacionamento mais profundo com nenhum partido, tampouco o PMDB. Mas ela tem propostas muito afins e convergentes com o PMDB, principalmente no plano dos direitos humanos e da segurança que se deve dar ao povo.

#### A Constituinte

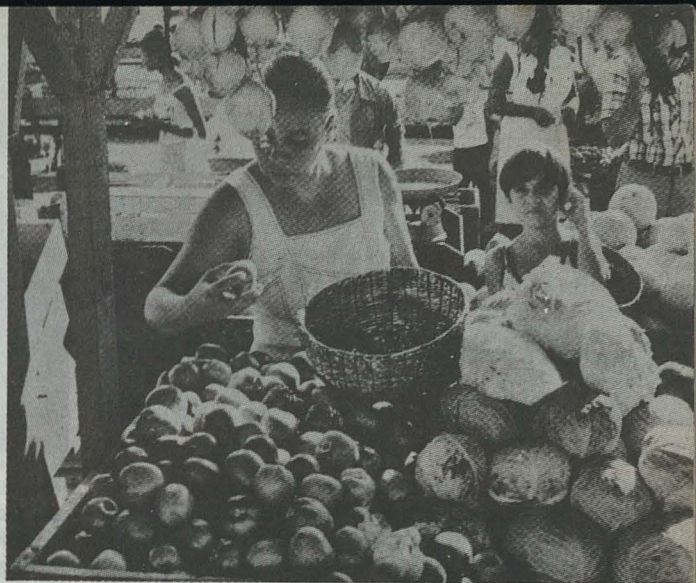
*Como vê o problema da Constituinte nessa nova legislatura?*

— Acho que é um tema que tem a sua razão de ser explorado porque a Constituição que a gente tem é autoritária, feita por uma junta militar e que não traduz a vontade nacional. Mas a feitura de uma nova Constituição, ao meu ver, tem que ser precedida por uma etapa em que os temas que devem ser regulamentados sejam discutidos. Primeiro é preciso criar uma consciência constituinte antes de se mandar deputados e senadores fazerem uma nova Constituição. Porque nós nunca tivemos até hoje, salvo a Constituição de 46, uma Constituição que realmente tenha sido discutida, desejada e querida pela maioria da sociedade brasileira.

Então, para fazer mais uma Constituição, que

no. 51 — janeiro — 1983





A abertura política terá que chegar ao campo econômico para se alterar o velho modelo

reflita apenas a vontade de alguns setores e o encaminhamento de alguns especialistas, acho que é melhor deixar o que aí está e ir construindo essa consciência constituinte. E grande parte do meu trabalho na legislatura que se inicia em março vai ser nesse sentido: chamar a atenção do que é uma Constituição, o quanto é importante se ter uma Constituição democrática e o quanto é necessário que todas as pessoas tomem consciência do que uma Constituição regulamenta, e o quanto são importantes os itens que ela regulamenta para a vida de cada um. Enquanto a gente não tiver feito esse trabalho de conscientização, de esclarecimento, eu acho que é prematuro se colocar o problema de fazer uma nova Constituição.

*O que você acha da fusão do PMDB com o PP? Ela teria atrasado ou beneficiado o processo de abertura democrática?*

— É nítido que pelo menos no Estado do Rio de Janeiro houve uma rejeição da forma como a incorporação do PP foi feita. Porque efetivamente o PMDB tinha no Rio de Janeiro uma solução natural e que historicamente tinha mais ou menos a mesma marca do início da candidatura de Franco Montoro aqui em São Paulo: era a candidatura do Saturnino Braga. De repente, por razões que eu não estou bem informado quais sejam, não vingou a solução Saturnino em termos de PMDB. A partir daí tudo o que viesse seria algo de artificial que viria contra a solução natural do partido. A política eleitoral tem a sua lógica. Toda vez que a gente briga com essa lógica, é excusado esperar a vitória, pois virá a derrota. Então, no momento que o PMDB do Rio não soube construir e consolidar a

sua solução natural, ele começou a caminhar para a derrota.

*E a nível nacional essa fusão teve alguma contribuição ou foi negativa?*

— Eu acho que do ponto de vista geral (em termos aritméticos) não foi negativa. Sem particularizar estado por estado, acho que a solução não comprometeu, embora haja as baixas de Pernambuco e Rio de Janeiro que estão sendo debitadas na conta do PP. Mas eu acho que antes da fusão com o PP, tanto em Pernambuco como no Rio de Janeiro, o PMDB já ia mal. A fusão de certa forma precipitou e ampliou uma coisa que já preexistia.

*Dentro deste quadro, não há perigo de um esfacelamento do PMDB?*

— Não. Eu acho que o PMDB vai se afirmar como partido. O seu caráter frentista está sendo aos poucos sobrepujado pelo seu caráter de partido. O PMDB é uma frente na cúpula, mas nas bases realmente a gente sente que é partido mesmo. Temos que fazer com que esse partido cresça, se democratize cada vez mais. Eu acho que a proposta geral passa por aí. O PMDB tem que se afirmar como partido moderno. Um partido de massas, democrático, pluralista, com um programa e que cobre dos seus dirigentes fidelidade a esse programa; que acompanhe os deputados e governadores no sentido de saber se eles estão cumprindo a proposta feita e que os ajude a realizar essa proposta. Eu acho que o PMDB tem um papel muito grande a representar. Se ele conseguir entender isso será um partido que vai durar muito tempo. Se ele não entender será ruim para a democracia no Brasil e péssimo para o PMDB. ●

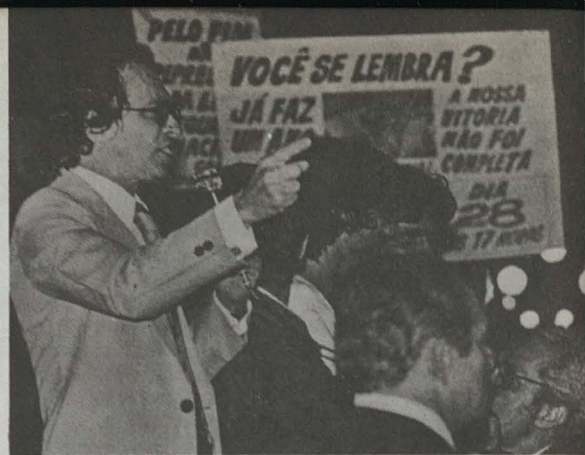
## José Eudes: “A oposição deve buscar um campo comum de atuação”



*O deputado federal eleito no Rio de Janeiro pela legenda do Partido dos Trabalhadores alude ao que considerou “maniqueísmo” na colocação de determinados temas na campanha eleitoral e defende a busca de um campo de atuação comum, para que as verdadeiras oposições possam enfrentar o bipartidarismo*

*Cláudia Neiva*

**J**osé Eudes, advogado, foi o único deputado estadual do Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro durante a legislatura passada. Atualmente, é o único deputado federal desse partido eleito pelo Estado do Rio e integrará a bancada de 8 representantes do PT na Câmara Federal. Na entrevista que concedeu a cadernos do terceiro mundo



José Eudes, na luta pela anistia

ele avalia o desempenho do PT nas eleições de 15 de novembro e sustenta uma posição de abertura ao diálogo com outras forças políticas oposicionistas, para ajudar a consolidação da democracia e para evitar que sejam os conservadores que tracem os rumos do movimento popular no Brasil.

*Gostaríamos de conhecer a sua interpretação e avaliação dos resultados eleitorais do Partido dos Trabalhadores, a nível nacional.*

— Está claro que o desempenho eleitoral global do PT foi fraco, à exceção da região do ABC paulista, na qual o PT demonstrou que a liderança do Lula é uma presença forte junto à classe trabalhadora.

Embora o partido tenha estrutura nacional, ela foi insuficiente para assegurar um canal de comunicação com os diferentes setores da sociedade. Existe um bolsão do PT em São Paulo, uma certa representação do partido no Rio de Janeiro e um trabalho incipiente em Minas Gerais. No resto do Brasil, a eleição ficou polarizada entre dois partidos: PDS e PMDB. O governo provocou esta polarização, já que dispunha de toda uma máquina partidária e de uma legislação que o favorecia. A única exceção a esta polarização se deu com a vitória do candidato do PDT, Leonel Brizola, ao governo do Estado do Rio de Janeiro.

É lógico que não era de se esperar que um partido novo pudesse traduzir a sua força em grandes resultados eleitorais. Mas havia expectativa em relação ao desempenho do PT em São Paulo. Se esperava que o partido obtivesse 20% dos votos, mas só atingimos 10% (Lula teve 1.400.000 votos). O partido só conseguiu algum resultado na capital, na baixada santista e no ABC (ou seja, onde há grande concentração de trabalhadores) e junto a setores progressistas da burguesia e classe média, como estudantes, professores etc. No interior do estado, máquinas eleitorais determinaram previamente os resultados, pois, com a vinculação, o partido que não tivesse estruturado diretórios em cada cidade -

e com candidatos a todos os cargos —, automaticamente estava fora do pleito.

Além disso, o discurso do PT não teve ressonância nos setores populares, especialmente no Rio de Janeiro, onde estes segmentos preferiram dar o seu voto a Leonel Brizola. Neste estado, o discurso do PT não ultrapassou aquelas faixas de pessoas envolvidas em algum tipo de organização, como sindicatos, associações de moradores etc. Isto é, o voto ao PT foi ideológico, dado por setores que compõem a vanguarda das forças políticas.

Um dos fatores que conduziu a este resultado negativo foi o fato do partido ter realizado uma campanha maniqueísta. A estratégia de dividir a sociedade em explorados e exploradores parte de um pressuposto simplista e não leva em consideração o nível de conscientização atual das pessoas. Baseou-se a campanha em *slogans* do tipo: “Quem bate cartão, não vota em patrão”; “Trabalhador vota em trabalhador, patrão em patrão”; “Vote no três, o resto é burguês”.

*Qual foi, ao seu ver, em termos eleitorais, a consequência da fusão do PP com o PMDB, a nível nacional e, em particular, no Rio de Janeiro?*

— Quando houve a fusão do PMDB com o PP, o PT não fez, a princípio, uma avaliação correta das repercussões que ela teria globalmente. Afinal, a incorporação não ocorreu só no Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil. E o que resultou dela, a nível nacional, foi um partido onde o setor hegemônico é composto por liberais conservadores, embora existam liberais progressistas e elementos de esquerda. Em consequência, houve um estreitamento da representação popular, da representação da esquerda, nas eleições.

No Rio de Janeiro, a esquerda só podia ter concorrido sob duas legendas: o PT e o PDT, embora alguns setores tenham se deixado seduzir pela proposta da Frente Democrática do PMDB. Sob o pretexto de constituir esta frente, na realidade estes setores patrocinaram e consolidaram a aliança entre alguns grupos de liberais “clássicos” e um sem número de liberais conservadores.

No Rio, a máquina chaguista dominou o PMDB — a Frente Democrática fez com que sobrasse do partido apenas o lixo do chaguismo. Os candidatos de esquerda que pediam votos para a legenda terminavam favorecendo os candidatos de direita e extrema-direita do partido. E o resultado foi que, hoje, toda a representação do PMDB no Rio é chaguista, com exceção de um vereador.

Em suma, o PMDB no Rio, atualmente, é o chaguismo. E o chaguismo é produto e expressão do regime ditatorial pós-64. Com o jogo democrático aberto, o chaguismo não existiria, tanto que foi fácil para Brizola ganhar nos redutos da máquina chaguista.



A campanha eleitoral do PT

A nível nacional, o PMDB perdeu as eleições onde seus candidatos eram mais progressistas, como, por exemplo, em Pernambuco. Nos estados em que o partido conseguiu o governo, os candidatos eleitos são pessoas que não têm maiores contradições com o governo, e nem com o regime.

*Como você avalia o processo eleitoral e as novas perspectivas por ele abertas?*

— Não se pode dizer que o processo eleitoral traduziu plenamente as aspirações do povo. O processo foi limitado, castrado e marcado pelos milhões derramados pela máquina do PDS.

Mas emerge dessas eleições a perspectiva de se constituir um grande partido de massa a nível nacional. Deve-se observar que o campo das forças populares não se restringe a uma legenda, pois há setores populares expressivos no PT, PDT e PMDB. Portanto, uma das tarefas essenciais da oposição continua sendo a busca de um campo comum de atuação. Nessas eleições se sentiu bem o impacto da divisão das forças progressistas e antiditatoriais em diferentes propostas. Na verdade, o governo foi o único beneficiário dessa divisão. Assim, o grande desafio que se coloca daqui para frente é saber traduzir a nossa força em organização popular. Porque é a organização do povo em associações de bairros, sindicatos, organizações partidárias, etc. que nos dá a real dimensão da nossa força.

Da mesma forma, é fundamental que a atuação parlamentar oposicionista esteja ligada aos movimentos organizativos emergentes, que são produto da vontade do povo de participar da vida política do país. A nível parlamentar haverá setores eleitos sob determinadas legendas que se articularão com a proposta do governo no dia seguinte ao empossamento nos cargos. Desses elementos não resultará nenhuma proposta nova.

A estratégia de luta pela democracia no nosso país não é nem pode ser hegemônica pelos liberais. A estratégia deve ser fruto da atuação das forças populares parlamentares e não parlamentares.

# O pensamento de Brizola

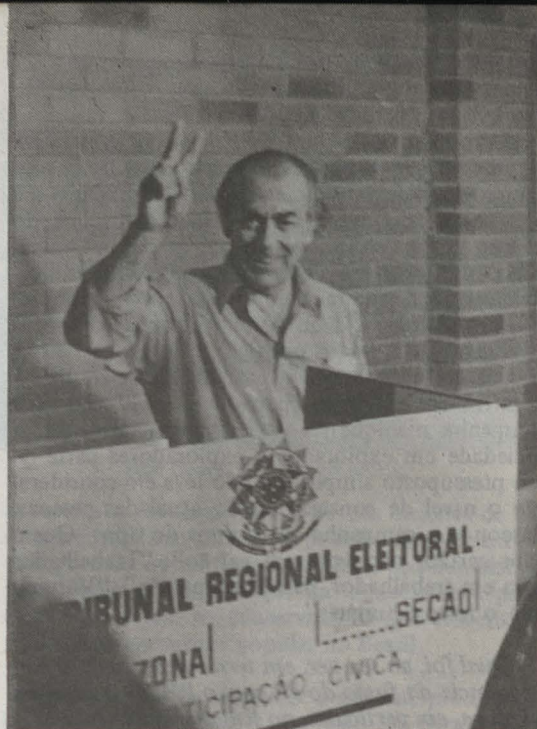


*Uma sùmula da visão de mundo do governador eleito do estado do Rio de Janeiro, extraída dos discursos e pronunciamentos feitos durante a sua campanha eleitoral*

**O** que se segue é uma colagem na qual são apresentados alguns dos principais pontos do pensamento político, econômico e social de Leonel Brizola, seus conceitos sobre problemas nacionais, internacionais e locais, expostos durante a recente campanha eleitoral no Rio de Janeiro, em discursos, debates e entrevistas. Pensamos, com isto, proporcionar aos nossos leitores, sobretudo os de outros estados e do exterior que não tiveram oportunidade de seguir de perto a pregação de Brizola, uma visão de conjunto do seu ideário, das colocações e teses que tão profundamente inspiraram e motivaram o eleitorado do estado do Rio de Janeiro.

## A volta do exílio

“Primeiro me acusaram de voltar acomodado, mais prudente, social-democrata. Não seria mais o mesmo. Agora, vejo as mesmas áreas que tradicio-



nalmente se apresentam como de esquerda, levantarem restrições no sentido contrário, de que sou radical etc. De fato, nem uma nem outra acusação tem procedência. Cheguei realmente ao Brasil com prudência e humildade. Seria uma pretensão de minha parte, voltar depois de 15 anos ditando regras. E aí sim, teriam razão de questionar as minhas atitudes. Considero que tenho adotado uma prática política consequente com base numa visão estratégica da situação brasileira. Achei que era do meu dever candidatar-me ao governo do Rio de Janeiro como alternativa oposicionista válida e honrada para a população deste estado”.

## Governar com o povo

“Não pretendo governar apenas para o povo, mas com o povo, como um instrumento a serviço do povo, aproveitando todas as suas poderosas energias, que são deliberadamente mantidas em estado latente. Essa potencialidade não foi ainda utilizada, porque os senhores do poder têm medo dela”.

## República social

“Aspiramos a uma república social, onde as liberdades fundamentais sejam garantidas. Uma república que assegure a legitimidade democrática e defenda a soberania nacional. É necessário pôr termo ao predomínio das transnacionais em nossa economia. Temos de discipliná-las, trazê-las de ré-

dea curta. Não podemos conviver com as raposas dentro do galinheiro. O socialismo que o PDT tem como meta é um socialismo democrático, pluralista, a ser alcançado através do voto. Um socialismo com as características do nosso povo. Um socialismo moreno”.

### Oposição

“Fazemos oposição ao sistema, no plano nacional, e ao seu subproduto no plano estadual, o chaguismo. Tenho sido pessoalmente apresentado, por um lado, como radical de esquerda, até como ‘incendiário’; e, por outro, como um colaborador do governo, um ‘divisionista’. Tudo falsidades ditas pelo desespero de quem se sabe de antemão derrotado. O povo percebeu muito bem que a minha própria presença numa campanha eleitoral como esta já representa um desafio aos 18 anos desse regime de autoritarismo e arbítrio que aí está”.

### Revanchismo

“Revanchismo é uma palavra que não consta do nosso dicionário. Lutamos, sim, contra a persistência dos métodos ilegais desse núcleo autoritário que pretende continuar indefinidamente tutelando a Nação. Escudado na legitimidade do meu mandato, espero, se for eleito, ver estabelecido um clima de compreensão com as altas autoridades das forças armadas, que me permita governar em paz, num clima de ordem e segurança para todos.”

### FMI

“Por uma questão de princípios, somos contrários a que as nações — e principalmente a nossa — se submetam aos controles e exigências do Fundo Monetário Internacional.”

### Sangria

“É uma realidade aqui no Brasil, na América Latina, no Terceiro Mundo: administrar é sempre administrar a insuficiência, a perda, o déficit, a sangria. É a perda dos frutos do nosso trabalho, da nossa capacidade de economizar. Vai tudo embora, de tal forma que não se satisfazem com o que levam, e ainda assinamos *papagaios* lá fora para dar mais a eles. Encaro essas responsabilidades, é natural, com seriedade, mas também vejo o que passa muita gente por aí. O papel do meu colega Siles Zuazo na Bolívia vai ser mais difícil que o meu.”

### Modelo e regime

“O regime autoritário e o modelo econômico

vigente são irmãos siameses. O modelo fracassou estrondosamente e, com isso, o autoritarismo também se demonstrou inviável.”

### Reagan

“Nada sei sobre isso (*N. R. — a versão, transmitida por um repórter, de que o presidente Reagan não passaria pelo Rio de Janeiro devido à eleição de Brizola*) e creio que a passagem não estava prevista. De qualquer forma, é uma situação desafortunada, pois seria honroso para nós receber um visitante estrangeiro. E ele haveria de festejar aqui, como artista que é, a eleição do nosso Aginaldo Timóteo. Um *cowboy* e um *seresteiro*.”

### Desenvolvimento capitalista

“O próprio presidente Vargas preconizou para o país um desenvolvimento capitalista, autônomo, nacional e independente, que tornasse possível um regime democrático semelhante ao da Alemanha ou da Inglaterra. Com a penetração do capital estrangeiro no nosso país, essa alternativa foi levada a um impasse. O modelo econômico vigente jamais será legitimado pelo povo nas urnas porque ninguém iria legitimar o seu martírio, dado que o modelo atual implica na marginalização de contingentes majoritários da população.”

### Constituinte

“Não creio na possibilidade de uma Constituinte sem que haja uma mudança de correlação de forças. Não há ainda ambiente para uma Constituinte no Brasil. Só conseguiremos ter uma ordem democrática estável, quando tivermos partidos reais e verdadeiros. Essa é a raiz da questão. Só podemos pensar em Constituinte com partidos organizados, porque esta é a melhor forma de estruturar politicamente a sociedade.”

### Forças armadas

“O conjunto das forças armadas tende a se retirar para seu leito natural, isto é, para as suas funções constitucionais. Nesse sentido, devemos todos nós trabalhar. Nenhum de nós quer ver as forças armadas atingidas, desmoralizadas. Pelo contrário, nós desejamos vê-las modernas, aparelhadas, mas desenvolvendo suas funções estritamente normais. Jamais cultivando sequer a pretensão de tutelar a Nação.”

### Partidos

“Eu estou trabalhando para que o povo se organize em partidos. Organizar politicamente o povo é organizar partidos num ambiente aberto e pluralis-

ta. Eu quero reabrir discussões em torno dos nossos reais e verdadeiros interesses. Por isso me fixei no Rio, onde minha carreira política foi interrompida, e passei a tentar ocupar os espaços de liberdade que estamos vivendo. Espaços de liberdade limitados, é verdade. Mas eu acho que devemos usá-los, sustentá-los, e isso só é possível com a organização em partidos. Nós estamos vivendo uma primavera. E o grande desafio é vivê-la com lucidez, de forma a abrir perspectivas.”

### O PDT

“Pode dizer aí que o PDT veio para ficar, e vai ser uma presença permanente na vida brasileira daqui para diante. Vamos trabalhar firme pela constituição do partido a nível nacional. Vamos, inclusive, discutir com outras correntes uma soma de força, mas sem perdermos nossa personalidade, nossa natureza, evidentemente.”

### Ditadura

“Sinto que todas as forças que poderiam tentar um retrocesso, com o fechamento do espaço e liberdade, não representam esperanças para o povo brasileiro. Elas estão destituídas de legitimidade. Estão sem sustentação política. Por outro lado, as forças que estão na busca de saídas adquirem grande expressão. A pergunta que se coloca é esta: por que voltar à ditadura se ela esteve todos esses anos com a faca e o queijo na mão e não resolveu nada? A ditadura é uma bananeira que não dá mais cachos.”

### Brigas

“Verifico que algumas autoridades querem brigar comigo, mas eu não quero e não devo brigar com elas. Sou um governante legítimo e, como tal, desprendo-me da pessoa humana Leonel Brizola para ser o governador de todos os cariocas e fluminenses.”

### Sobre “caudilhismo”

“Nos países de origem espanhola, caudilho quer dizer liderança, no melhor sentido. Nós, no Brasil, por uma influência portuguesa na sua disputa com a Espanha, é que assumimos um sentido pejorativo para essa palavra. Minha permanência no exílio por tantos anos me ensinou, de uma certa forma, a assimilar o bom sentido dessa expressão.”

### Estatização

“As idéias de livre empresa, livre câmbio, entre outras, permitiram a derrubada de todos os muros

e a entrada do capital estrangeiro, matando a idéia da democracia burguesa. Foi impossível criar aqui uma democracia como a inglesa ou a norte-americana porque o predomínio do capital financeiro internacional impediu que fossem resolvidos dois grandes impasses: a distribuição da renda e a legitimidade democrática.

“Uma Terceira República tem que ser uma nova época que eu imagino democrática, nacionalista e de natureza fortemente social, o que não significa necessariamente estatização. O importante é a defesa dos interesses nacionais, através de práticas e estruturas novas que nós mesmos iremos estabelecer. A estatização, por exemplo, pode nos conduzir a uma nova forma de totalitarismo. No momento, grande parte da economia é estatizada, mas administrada autoritariamente. Acabou ficando a serviço das transnacionais.”

### Empresariado

“No meu entender, o empresariado brasileiro vive grande preocupação. Sonhou, no fundo, com o desenvolvimento capitalista do Brasil, incorporando práticas selvagens que não existem mais nos países desenvolvidos, e vê hoje que, por força da penetração do capital estrangeiro, sua margem de crescimento está cada vez mais estreita. No ritmo em que as coisas andam, o empresariado nacional terá até de abandonar o mercadinho da esquina, já que as empresas estrangeiras estão comprando tudo.”

### Quadros de governo

“Não hão de faltar quadros para a formação do meu governo. O Rio de Janeiro é a comunidade mais rica em quadros e valores de todo o Brasil. Tem uma quantidade de homens e mulheres capacitados, em qualquer ramo de atividade. Além dos que integram o nosso partido, não faltam pessoas do mais alto gabarito que assumem as diretrizes gerais que defendemos como programa de nossa candidatura.

... “Farei tudo para que o Rio assuma sua identidade, o que até agora não foi possível por causa de governos sempre nomeados, alheios à população. O Rio é a segunda economia do país, o seu maior centro cultural, não é? Eu tenho os projetos de emergência e os planos de longo prazo. Eu creio que o Rio pode se transformar no grande pólo do país do ponto de vista político. Um ponto irradiador das liberdades e da democracia. Um importante centro de discussão para os impasses que estão aí. Vou formar um governo com gente capaz, honrada e vou governar para todos. Não vou admitir discriminações quaisquer que sejam. Posso garantir que serei mais zeloso com os direitos humanos e

civis daqueles que não pensam como eu, do que em relação aos meus companheiros.”

## Favelas

“As favelas pagam impostos, não apenas os indietos, que estão incluídos nos preços de tudo que consomem — e que não são poucos — mas especialmente através de sua força de trabalho. Ocorre que não são repassadores desses impostos, que são recolhidos através de seus patrões. Os favelados realmente contribuem para a receita geral do Poder Público no Brasil, particularmente do município e do estado. É preciso questionar esse problema, demonstrá-lo, para adquirirmos uma consciência pública a esse respeito: há uma grande dívida social a ser resgatada em relação aos favelados, estes nossos irmãos modestos e humildes, discriminados, marginalizados, isolados, que aí vivem em verdadeiros guetos.

“É uma questão importante e não subjetiva, porque interfere diretamente com a distribuição dos investimentos. Quando se considera a favela algo de incômodo, algo que tem de terminar, algo que tem que ser removido, algo que é uma ferida no rosto desta linda cidade, pouca importância se dá ao que ela deva merecer, e na hora da distribui-

ção de investimentos ninguém se lembra dela.

... “Isso faz parte de um esquema de sustentação dessas estruturas. É o que ocorre em grande parte na Baixada Fluminense. Há uma convicção de que a Baixada é um antro de bandidos, que lá não se pode ir, que quem vai não volta. Não é verdade, lá vivem milhões de famílias de trabalhadores, gente honesta, simples. Lá se casa, lá se vive, lá chora criança, lá as crianças correm nas ruas como em toda parte do mundo. No entanto, tem essa fama, para manter as estruturas. Na hora das decisões, ninguém se lembra daquelas áreas.”

## Imprensa

“Eu gostaria de ter uma conversa muito mais contínua e mais ampla com a imprensa do que uma simples reunião semanal. Atribuo um papel excepcional à imprensa, aos meios de comunicação, à opinião dos comentaristas, dos analistas, que acompanham os acontecimentos e a realidade do nosso dia-a-dia. Farei tudo que estiver ao meu alcance para que essa convivência se realize. Já vivi uma experiência a esse respeito como governante, e verifico que hoje poderíamos encontrar mecanismos mais ágeis para que essa convivência se realize permanentemente.”



### ESTANTE DO TERCEIRO MUNDO

O reembolso que leva sua leitura a sério.

Promoção da  
Revista 51

História das Ideias Socialistas no Brasil, de Vamireh Chacon  
Obra aberta, sem sectarismo, é o mais completo e documentado estudo sobre o aparecimento e a evolução do pensamento socialista no Brasil e as dificuldades e problemas que tem enfrentado ao longo da história para fixar raízes em nosso campo social.  
345 páginas. Código para pedido: “E-3”.

Preço da Editora: Cr\$ 1.800,00

Nosso Desconto:  
10% p/leitor  
20% p/assinante

Desejo receber o livro do mês da revista 51, pelo reembolso postal com o desconto a que tenho direito segundo o anúncio.

Obs.: Porte a cobrar pelo valor líquido, isto é, deduzido o desconto.

### ESTANTE DO TERCEIRO MUNDO —

Livro do mês: História das Ideias Socialistas no Brasil — Código E-3

Nome: .....

Profissão: ..... Idade: .....

Endereço: .....

CEP: ..... Cidade: ..... Estado: .....

Telefone: ..... Data: .....

Ass. do Comprador

editora terceiro mundo ltda. - rua da glória, 122 gr. 105/106 - rio de janeiro, rj - cep 20241

## Reagan na América Latina

# Nova maquiagem para velhas carrancas

O presidente norte-americano veio restaurar a lealdade hemisférica ao "Tio Sam" e dar seu aval à política econômica dos governos que apelaram para o auxílio do FMI

Paulo Cannabrava Filho

A visita do presidente Ronald Reagan à América Latina, neste conturbado e crítico ano para a economia mundial, teve em mira dois objetivos fundamentais. O primeiro, criar um clima favorável a intervenções de caráter econômico para evitar a falência geral dos países da área. Segundo, tentar reciclar o Sistema Interamericano de Defesa no geral, e, no particular, forjar uma aliança capaz de garantir a continuidade de sua presença e hegemonia na América Central.

A Costa Rica, ainda sob a presidência de Rodrigo Carazo, declarou-se inadimplente em 1981 e pediu o congelamento de seus débitos para com o exterior. Um ano mais tarde, em período de transição da administração presidencial, o México pediu a renegociação de sua dívida externa e, o que é muito pior para os estrategistas norte-americanos, decretou a nacionalização dos bancos.

Para os banqueiros internacionais, a dose proporcionada pelo México foi demasiadamente violenta. Se o México, país exportador de petróleo, dá um exemplo como esse, é preciso evitar, de qualquer maneira, que esse vírus contagie outros países de um continente atacado há algum tempo de "excesso de naciona-



Reagan no Brasil: confundiu-o com a Bolívia e fez discursos hipócritas

lismo", com áreas críticas precisamente nas proximidades da fronteira mexicana.

A receita tradicional para sanar as economias em crise contém os mesmos remédios de sempre, ditados pelos tecnocratas da Escola de Chicago. O monetarismo ortodoxo no entanto, difícil de ser aceito em tempos de democracia, revelou-se também anacrônico para o estágio atual de desenvolvimento das economias transnacionalizadas de certos países.

O passeio de Reagan, portanto, foi a peça necessária para

conseguir o melhor aproveitamento possível da crise econômica, para fins políticos.

No Brasil, Reagan pronunciou um bom discurso. Tão bom como hipócrita, pois suas críticas ao protecionismo e à política de subsídios aos produtos de exportação soam ridículas e falsas diante da prática comercial dos Estados Unidos. Uma crítica com uma só direção, pois a prática comercial norte-americana tem sido apontada, nos foros internacionais, como uma das principais causas do desastre econômico dos países em desenvolvimento.



## Êxito propagandístico

Reagan, segundo testemunham os observadores, não trouxe nenhuma fórmula mágica. Ao contrário, ele deixou claro que os Estados Unidos, "infelizmente", não podem eliminar as sobretaxas que estão dificultando ainda mais a penetração das exportações brasileiras no mercado norte-americano, a principal reivindicação de nossos empresários.

Todavia, segundo os meios de comunicação latino-americanos e principalmente os dos Estados Unidos, a viagem foi um êxito retumbante. Na verdade temos que admitir que foi um êxito propagandístico.

Como se tivesse decidido aqui, num impulso amoroso, Reagan anunciou a concessão de um empréstimo de emergência ao governo brasileiro de 1,2 bilhão de dólares. Na hora exata e nas circunstâncias mais propícias, o anúncio de uma medida que já havia sido tomada em setembro e decidida quando da visita de Figueiredo a Washington.

O "Jornal do Brasil" de 27 de novembro passado registra o ponto de vista norte-americano que confirma a existência de "uma certa ligação" entre o recurso do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e a viagem de Reagan: ambas as iniciativas visariam "manter a confiança dos bancos internacionais".

Não há dúvida de que esse é o objetivo fundamental da viagem, que se deu num momento em que praticamente toda a América Latina passa pela pior situação conjuntural de sua economia nos últimos decênios e marcha em bloco para as malhas do FMI.

Peru, Chile, Uruguai e Argentina estão já há alguns anos sob a tutela do Fundo. Bolívia, mal reiniciando a normalização institucional, logo depois da posse do presidente Siles Zuazo, recebe a visita de uma missão do Fundo e anuncia que acata suas recomendações.



Na Colômbia a polícia reprimiu severamente as manifestações contra Reagan (foto acima), que também se deram no Brasil, onde aqui ele aparece com Figueiredo

No mesmo momento em que Reagan e sua comitiva aterrissavam na vizinha Colômbia, o Equador anunciava o acatamento às recomendações do FMI para "superar as dificuldades econômicas e monetárias".

A Colômbia, se bem que ainda não anunciou oficialmente sua ida ao Fundo, vive, segundo o presidente Belisário Betancourt, a "pior crise econômica dos últimos tempos", pois coincide com o "estancamento dos principais setores produtivos".

Betancourt, em seu primeiro pronunciamento público em setembro, disse que o diagnóstico da economia de seu país revelava uma situação "dramática" e anunciou que será "duro e intransigente" para "recuperar a

confiança do sistema bancário e financeiro". Daí para diante passou a adotar medidas econômicas que são as que normalmente seriam recomendadas pelo FMI, tal como o Brasil vem fazendo desde janeiro de 1982.

### Ressuscitar o Tiar

Com a propaganda em torno da visita de Reagan à América Latina, se procurava também curar as feridas que o apoio dado pelos Estados Unidos à Grã-Bretanha, durante a crise das Malvinas, provocou no Sistema Interamericano de Defesa. Ninguém na comitiva norte-americana escondeu a intenção de ver os países do continente voltarem de novo àquela situação de guerra fria

que serve de pano de fundo para o perfeito funcionamento do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), assinado no Rio de Janeiro em 1947.

O Tiar continua sendo hoje o instrumento absolutamente necessário para os Estados Unidos poderem interpretar qualquer ação na América Central.

Desde que triunfou a revolução sandinista na Nicarágua em 1979 e principalmente depois de iniciadas as últimas ofensivas guerrilheiras em El Salvador e agora também na Guatemala, os Estados Unidos estão tratando de criar as condições para uma intervenção na América Central.

O ex-secretário de Estado Alexander Haig e o atual diretor da CIA, William Casey, admitiram publicamente que estão estimulando uma ação intervencionista na América Central e que a situação de crise econômica bem como a presença circunstancial de governos direitistas na América Latina favorecem a realização de ações desse tipo.

É a consciência dessa realidade que, certamente, levou o coordenador da Junta de governo da Nicarágua, comandante Daniel Ortega, a declarar, pouco antes do desembarque de Reagan na Costa Rica, no dia 4 de dezembro, que "o objetivo real dessa viagem é estabelecer um pacto de agressão contra a Nicarágua e criar condições regionais para fazer da América Central um novo Vietnã".

#### O papel de Honduras e Costa Rica

Os sandinistas têm denunciado, reiteradamente, que Honduras "é a grande base de agressão contra a Nicarágua" (cadernos nº 39). Recentemente o *New York Times* revelou que 150 agentes da CIA estão assessorando os quase seis mil ex-soldados de Somoza que realizam treinamento em cerca de 14 campos situados em território hondurenho

fronteiriço com a Nicarágua. Outros tantos peritos em operações especiais da CIA, ainda segundo o *New York Times*, trabalham nos demais países vizinhos.

A Costa Rica — que podia se gabar de ser um país pacifista, o único do hemisfério a não possuir uma força armada e de ter sido solidário para com a revolução nicaraguense — agora, com o novo governo do social-democrata Luis Alberto Monge começou a receber ajuda financeira, assistência e equipamento militar dos Estados Unidos. E a dar uma guinada significativa na sua política externa.

No começo de 1982, com o pretexto de combater a subversão interna e defender a soberania, foi criada a Open — Organização para Emergências Nacionais —, com dez mil voluntários e o propósito de "auxiliar" a Guarda Civil, uma corporação cada dia mais militarizada que teve recentemente seus efetivos elevados de 5 mil para 7.500 homens.

Além dessas e outras iniciativas no campo militar, Monge patrocinou a criação, nos primeiros dias de outubro, do Foro para a Paz e a Democracia, com a participação de Honduras, El Salvador, Belize, Jamaica, Colômbia, além da Costa Rica e dos Estados Unidos. A organização, da qual o Panamá e a República Dominicana participam como observadores, pretende defender a região de uma ameaça eminente de agressão... do comunismo internacional. (Ver matéria nesta edição).

Reagan, em São José, elogiou a criação do Foro; discursando na recepção que lhe ofereceu o governo de Monge, pediu ao Congresso de seu país a aprovação do Plano de Emergência para a América Central e o Caribe, que prevê a liberação de alguns milhões de dólares em financiamento e o aumento das quotas de importação de açúcar da região pelos Estados Unidos.

Reagan elogiou também as medidas de caráter econômico que têm sido adotadas por cada um dos países centro-americanos para sanar a economia da região e prometeu mais ajuda tanto de caráter econômico como militar. Desta vez, inclusive a Guatemala, que havia sido posta na geladeira pelo Congresso norte-americano que se horrorizara com as violações dos direitos humanos praticadas nesse país, foi contemplada pelos elogios e promessas de ajuda de Reagan.

A Guatemala, com sete milhões de habitantes e o mais industrializado país da área, entra nas considerações dos atuais estrategistas do Departamento de Estado como um "país importante para garantir a estabilidade da zona".

Segundo os organismos internacionais de defesa dos direitos humanos, somente nos dez primeiros meses deste ano ocorreram 60 massacres de camponeses na Guatemala com mais de dois mil mortos. Apesar disso, o subsecretário Melvyn Levisky e o diretor de assuntos centro-americanos do Departamento de Estado, Craig Johnston, em recente visita à Guatemala, declararam que viram "importantes mudanças em matéria de direitos humanos".

O "testemunho" dos dois funcionários foi suficiente para que Reagan decidisse tirar o país da geladeira e liberasse, para começar, o envio de peças de reposição para helicópteros artilhados do exército guatemalteco, e que a AID restabelecesse a política de empréstimos e doações. Em dezembro, ao entrevistar-se com o presidente Ríos Montt, que se deslocou da Guatemala para a capital hondurenha, Tegucigalpa, só para vê-lo, Reagan disse que está satisfeito com os "avanços" da Guatemala e em 35 minutos de conversa deu todas as garantias de que os Estados Unidos estão dispostos a cooperar.

O problema realmente grave hoje na América Central é que os países da área estão com suas economias falidas e aceitaram a tutela do FMI para orientá-los na solução da crise. Uma tutela que não se restringe à economia mas que abarca todos os aspectos da vida desses países.

Os nicaraguenses têm, portanto, toda razão em esperar uma agressão a qualquer momento. Se não bastassem as razões de caráter estratégico-militar, há as econômicas, pois dificilmente poderá haver um desenvolvimento na América Central fora do marco de uma integração harmônica entre os países da área. A Nicarágua abriu o caminho para o desenvolvimento independente e é contra isso que o sistema atua.

No caso da Costa Rica, o governo de Monge assinou a Carta de Intenções com o FMI em fins de novembro. O documento prevê a liberação imediata de 110 milhões de dólares para o Banco Central que se compromete a reduzir os gastos públicos, arrochar os salários, eliminar os subsídios aos gêneros básicos e elevar os impostos e os juros bancários. Todas essas medidas já vinham sendo adotadas desde julho, época do primeiro encontro de Monge com Reagan.

Ainda de acordo com a referida Carta, o FMI se compromete a avaliar créditos pela soma de 550 milhões de dólares de organismos privados para reativar a economia.

Com relação a Honduras, a Carta de Intenções que enquadra a política econômica do país aos ditames do FMI foi assinada nos primeiros dias de outubro. As primeiras parcelas de um total de 150 milhões de dólares concedidos para fortalecer a balança de pagamentos já foram liberadas. Anteriormente, o Congresso dos Estados Unidos já havia liberado uma ajuda de 13 milhões de dólares para a constru-



A crise econômica atingiu proporções serfíssimas em toda América Latina

ção de um aeroporto estratégico naquele país.

#### As diretrizes do "Documento de Santa Fé"

Coincidindo com a visita de Reagan a Tegucigalpa, o embaixador Dimitri Negroponete anunciou que Washington liberara 14 milhões de dólares de ajuda militar a Honduras durante o ano de 1982.

Ato contínuo, agradecendo toda essa "generosidade", o chanceler interino Rodolfo Rosales garantiu aos Estados Unidos o direito de usar os aeroportos hondurenhos para repelir a "ameaça comunista" na região. No ano passado, o Parlamento aprovou em Tegucigalpa uma lei permitindo o trânsito de efetivos militares estrangeiros por território nacional.

A revista *Newsweek*, em seu primeiro número correspondente a outubro, analisando toda a atenção que vem sendo dada a Honduras, conclui que os Estados Unidos têm a clara intenção de empurrar esse país a uma guerra. Muito mais explícito, o coronel John Buchanan, "herói" da guerra do Vietnã, declarou a uma CPI do Congresso em Washington, que o conflito genera-

lizado na América Central "estourou em dezembro".

O comandante das forças armadas de Honduras, coronel Gustavo Alvarez, não conseguia esconder sua euforia pelos resultados da visita de Reagan. Ele aproveitou a ocasião para enfatizar a necessidade de que o exército de Honduras, Guatemala e El Salvador coordenem operações para "enfrentar o comunismo que nos agride a partir da Nicarágua".

Todos esses fatos anulam o caráter de novidade ou de surpresa que os meios de comunicação no hemisfério, particularmente dos Estados Unidos, trataram de dar à visita de Reagan. Ela se enquadra perfeitamente na estratégia global da política exterior da administração republicana, cujos lineamentos estão contidos no Documento de Santa Fé. Publicado em cadernos do terceiro mundo, nº 38, o documento indica os caminhos a serem seguidos pela diplomacia norte-americana nos campos econômico, psico-social e militar para assegurar o controle hegemônico dos Estados Unidos sobre a América Latina em geral e a América Central em particular. E as diretrizes de então estão sendo seguidas rigorosamente. ●

# Duas opções para a América Central

A iniciativa mexicano-venezuelana  
e o foro de São José da Costa Rica mostram  
duas interpretações diferentes  
da crise entre Honduras e Nicarágua

Martín Morazán

Um encontro dos mandatários dos Estados Unidos, Honduras e Nicarágua — com a presença mediadora do México e da Venezuela — para encontrar soluções às tensões na América Central foi proposto pelo ex-presidente mexicano José López Portillo e por Luis Herrera Campíns, presidente da Venezuela. O principal objetivo seria pôr fim aos incidentes — e, em consequência, à possibilidade de guerra — na fronteira hondurenho-nicaraguense e evitar um conflito generalizado na região.

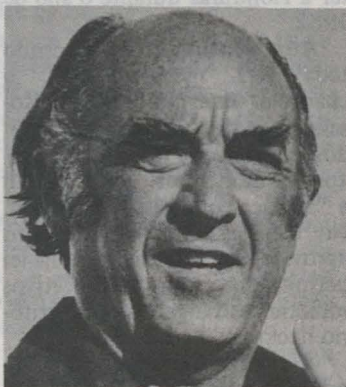
## A Venezuela acerta o rumo

De 1980 a começos de 1982, o governo democrata-cristão da Venezuela experimentou um progressivo distanciamento do governo sandinista na Nicarágua e adotou posições críticas que em nada ajudavam esse país centro-americano. Nesse quadro, não se pode compreender a sua iniciativa conjunta com o México. Mas, dois fatos importantes — as eleições impostas pelos Estados Unidos a El Salvador em março de 1982 e a atitude norte-americana na guerra entre a Argentina e a Grã-Bretanha pelas ilhas Malvinas — explicam a recente mudança de postura venezuelana.

Em primeiro lugar, o afastamento do democrata-cristão José



Herrera Campíns



López Portillo

Napoleón Duarte da presidência salvadorenha demonstrou à Venezuela a ineficácia da via eleitoral para solucionar a crise nesse pequeno país e ajudou para que fosse melhor compreendido o movimento popular revolucionário. Por outro lado, a parcialidade da política norte-americana a

respeito de seu aliado britânico no conflito das ilhas Malvinas decepcionou a Venezuela, que a denunciou como uma demonstração de que os interesses dos Estados Unidos não correspondem aos da América Latina.

Esses dois fatos provocaram, sem dúvida, uma mudança significativa na política externa venezuelana e tornaram possível que Luis Herrera Campíns participasse da iniciativa conjunta com o México a respeito do conflito hondurenho-nicaraguense que ameaça — juntamente com a crise de El Salvador — regionalizar-se na América Central.

## Três respostas diferentes

Diante da iniciativa mexicano-venezuelana, a reação nicaraguense foi rápida e positiva. O comandante Daniel Ortega Saavedra manifestou-se partidário do estabelecimento de um diálogo construtivo com Honduras e sugeriu que o México e a Venezuela poderiam ser úteis nesse sentido. O governo hondurenho pronunciou-se oficialmente pouco depois. Considerou “positiva” a iniciativa mexicano-venezuelana mas não se comprometeu de forma tão clara como a Nicarágua. O fato mais importante, no entanto, foi a demora em responder do presidente Ronald Reagan, apesar de mais de cem congressistas de seu país terem-no instado a que respondesse positivamente.

## O foro de San José

Nos primeiros dias de outubro passado, realizou-se em San José da Costa Rica uma reunião de chanceleres da América Central e do Caribe para tratar da crise econômica e social da região e propor medidas para preservar a democracia na área. O conclave encerrou-se com um comunicado que defendia, como essencial para a solução dos conflitos na América Central, o re-

forço da democracia eleitoral, representativa e pluralista. Da mesma forma, apontou a necessidade de que os assessores militares estrangeiros desapareçam da área e destacou que nenhum país deve apoiar os movimentos que tentam derrubar "subversivamente" os governos legitimamente estabelecidos na região.

Assistiu ao Foro um observador do Panamá, que não assinou o comunicado por considerar que a ausência da Nicarágua, México e Venezuela invalidava o real caráter das propostas finais.

Por outro lado, a presença do subsecretário norte-americano para Assuntos Latino-Americanos, Thomas Enders, determinou o caráter da reunião, fazendo-o contrastar com a iniciativa mexicano-venezuelana. Enquanto López Portillo e Herrera Campíns destacavam a necessidade de enfrentar o núcleo da crise — os repetidos choques fronteiriços entre Honduras e Nicarágua —, o Foro de San José tentava globalizar os problemas, sem hierarquizar os aspectos mais perigosos do conflito.

A intenção do Foro de San José foi destacar que o problema fundamental da área é a realização de eleições para legitimar os governos. A ênfase em relação à democracia eleitoral justificou não convidar o governo da Nicarágua, cuja legitimidade não decorre das eleições mas sim de uma revolução popular. Naturalmente, também a Guatemala tinha que ser excluída, pois convidá-la — como foi feito anteriormente, sugerindo sua incorporação à Comunidade Democrática Centro-Americana — teria supos-

### PROPOSTA DE DIÁLOGO DA FDR-FMLN

Enquanto as forças rebeldes salvadorenhas desenvolviam sua poderosa Ofensiva de Outubro, rechaçavam os ataques do exército e alargavam ainda mais as suas áreas de controle, a 26 daquele mês, dois representantes da Frente Democrática Revolucionária (FDR) e da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) apresentavam no México uma proposta de diálogo com o regime de El Salvador.


Guillermo Ungo, presidente da FDR, e a comandante Ana Guadalupe Martínez, da FMLN, apresentaram um plano de cinco pontos que, em síntese, propõe: 1) designação de "delegados plenipotenciários" para, 2) iniciar "um diálogo direto, sem condições prévias"; 3) integrar um "gru-

po de intermediação que possibilite o diálogo entre os delegados de ambos os lados"; 4) estender as conversações a outros setores nacionais (partidos políticos, organizações operárias e camponesas, empresários privados, a igreja e as universidades); 5) designação de "testemunhas solventes, nacionais ou estrangeiras".

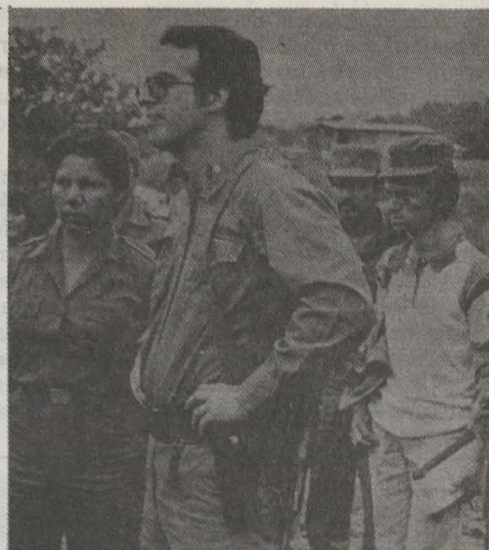
Ana Guadalupe Martínez garantiu que "a atual situação nos favorece no terreno militar" e fez um breve balanço das operações rebeldes dos últimos 14 meses: 960 armas (leves, ligeiras e pesadas) recuperadas, 275 prisioneiros (entre eles, dois tenentes, um capitão e o vice-ministro de Defesa), mais de um batalhão desarmado e 105 soldados que se renderam.

Por sua vez, Guillermo Ungo disse que "o México representa um papel positivo que cada vez é melhor compreendido" e afirmou que a sua posição é "coerente, consistente e responsável".

*(Roberto Bardini)*



Guillermo Ungo (ao centro, de óculos) lê a proposta de diálogo da FMLN-FDR



O povo salvadorenho se organiza para a produção nas áreas libertadas pela FMLN (foto à esquerda), enquanto na Nicarágua a Frente Sandinista combate aos contra-revolucionários, sob o comando de Doris Tijerino (acima à esquerda), responsável político-militar da brigada "Ómar Torrijos" encarregada dessa tarefa

to uma contradição por demais flagrante com relação à postura adotada pelo Foro frente à Nicarágua.

Quem hoje condiciona a "legitimidade" do governo sandinista à realização de eleições, esquece que os Estados Unidos viveram como país independente da Grã-Bretanha durante 20 anos, sem uma só eleição que desse seu aval à autenticidade do seu governo. Só em 1820 — 24 anos depois do início da revolução norte-americana — foi que se realizou uma eleição nacional da qual saiu vencedor Thomas Jefferson, o segundo presidente dos Estados Unidos. As duas presidências anteriores de George Washington não foram resultado de nenhuma eleição.

A Nicarágua, pelo contrário, prometeu eleições para 1985, ou seja, para seis anos depois da instalação da vitória popular. Atualmente, muitos países do mundo — inclusive democracias parlamentares européias — reconhecem como legítimo o governo

sandinista, nascido da luta revolucionária do povo contra a ditadura dos Somoza.

Por outro lado, um dos países convidados ao Foro de San José, El Salvador, teve eleições para uma Assembléia Constituinte a 28 de março de 1982, mas essas eleições foram abertamente impostas pelos Estados Unidos. Os resultados, além disso, foram fraudados: estudos responsáveis da Universidade Centro-Americana de El Salvador demonstraram que dos cerca de um milhão e 500 mil votantes, no mínimo 400 mil foram acrescentados ao número real.

#### Uma cortina de fumaça

As outras duas ênfases da solução apontada no Foro de San José — a necessidade de não se apoiar movimentos armados e a retirada de assessores militares estrangeiros — evitam chegar ao fundo do problema: é ou não legítima a luta popular que se desenvolve contra governos sem

legitimidade?

Definitivamente, o Foro de San José, ao globalizar os problemas, impede uma tentativa de solução para uma das questões fundamentais da área: a silenciosa invasão e a constante agressão contra o governo sandinista. A iniciativa mexicano-venezuelana, em compensação, representa uma opinião razoável e torna-se aberrante não levá-la em conta.

A pronta aceitação da Nicarágua para se reunir a nível de mandatários em Honduras, sob a mediação do México e da Venezuela, demonstra uma predisposição real para resolver os problemas a nível latino-americano. A ênfase norte-americana — e, consequentemente, hondurenha — de insistir em enfocar globalmente o problema, estende uma cortina de fumaça, confunde as situações e, camuflada por uma pretensa defesa da paz, prepara outro tipo de "solução": a intervenção militar norte-americana com a cumplicidade hondurenha. ●

# A reconquista das ruas

Pela primeira vez em quase uma década, a avenida 18 de Julho volta a ser palco de manifestações populares. A oposição obtém um novo triunfo nas urnas e reivindica democracia

Julio Santa Cruz

Montevideu, 28 de novembro de 1982, um domingo, 10 horas da noite, centro da cidade, numa esquina da principal avenida, a 18 de Julho. A Rádio-30 transmite pelos alto-falantes voltados para a avenida os primeiros resultados das eleições realizadas durante o dia. As pessoas vão se juntando na esquina para acompanhar a transmissão e, naquele instante, eram pelo menos duzentas. De repente, um pequeno grupo de jovens, de um canto da esquina, num vigoroso sussurro unísono, entoam a palavra-de-ordem *el pueblo unido, jamás será vencido*, que iria desencadear a maior e mais importante manifestação política de rua, desde 9 de julho de 1973, quando 40 mil pessoas foram duramente reprimidas ao protestarem contra o golpe de 27 de junho.

A surpresa e o susto quase paralisam as pessoas que, instintivamente, se viram em direção ao ousado grupo e a palavra-de-ordem repetida uma segunda vez, ainda num sussurro, ricocheteia nos velhos prédios da avenida, tradicional palco de manifestações populares, e envolve os corajosos jovens num longo e fraternal abraço.

Eles se sentem fortes e logo o sussurro atropela o medo e vira grito de garganta por inteiro.

com os primeiros punhos subindo em direção ao céu. Lentamente, o pequeno grupo começa a se mover e inicia sua caminhada pela calçada, em busca de adesões. Passam a convidar, aos gritos e acenos, o público que, da calçada oposta, ainda resiste e apenas acompanha, em silêncio, mas com sorrisos, a pequena manifestação. Mas era muito para o coração uruguaio, povo de fortes convicções democráticas e há anos amordaçado por uma ditadura cruel e burra. Bastaram, no entanto, apenas duas quadras de caminhada para que

as pessoas da calçada silenciosa passassem para a calçada democrática, atingidas pelo impulso irresistível de protestar. Protestar contra a crise econômica, o desemprego, a tortura e as prisões.

Das ruas transversais, mais gente foi chegando, atraída pelos gritos e pela notícia de que o governo havia permitido a manifestação para que os vencedores de cada partido pudessem comemorar os resultados das eleições. Mas o regime, com certeza, não esperava aquele tipo de manifestação, imaginando que tudo não passaria de uma grande parada, uma caravana de carros, com suas buzinas barulhentas, mas que não gritam palavras-de-ordem. Centenas de carros buzinaavam em apoio à passeata que, aos poucos, ia crescendo e saindo da calçada, alcançando a rua. Na décima quadra, a multidão — já eram pelo menos 10 mil pessoas — fez meia-volta e ocupou quase toda a 18 de Julho, de uma calçada à outra, a gritar mais palavras-de-ordem e a receber o apoio incondicional das pessoas paradas no meio-fio a saudar a passeata com lenços brancos e olhos cheios de lágrimas. Dos prédios, protegidos pela escuridão, caíam papéis pic-



Mais de 10.000 uruguaios se lançaram às ruas para festejar

dos, recebidos sempre com aplausos.

### Lutar, libertar

Um dentista, na calçada, envolvendo a mulher num afetuoso e emocionado abraço, tentava explicar aos jornalistas estrangeiros a ausência da tropa de choque: "Eles não podem reprimir a primeira grande manifestação, depois de tantos anos; não podem bater em gente que grita por liberdade, o mundo hoje está de olho no Uruguai". Um operário gráfico, encostado num poste, estava quase apoplético. Balbuciou apenas: "Vejo e não acredito; que emoção".

E não era para menos. Quem poderia imaginar, há pouco tempo, que a sinistra ditadura uruguaia iria escutar impassível nos quartéis, 10, 15 mil pessoas nas ruas, gritando incômodas palavras-de-ordem como "se va a acabar, se va a acabar/la dictadura militar". Ou então: "si este no es el pueblo, el pueblo donde está? El pueblo está en las calles, por pan y libertad". E mais: "liberar, liberar, a los presos por luchar". Outra: "luchar, luchar, luchar por un gobierno obrero y popular". Ou ainda: "Seregni, amigo, el pueblo está contigo", numa homenagem ao general Liber Seregni, hoje, certamente, o maior inimigo do regime e que está preso desde 1976. O general Seregni foi, em 1971, candidato à presidência da República pela Frente Ampla, coligação política que reuniu da democracia cristã ao Movimento "26 de Março", muito próximo, ainda que atuando no plano legal, do Movimento Tupamaro, passando pelos partidos comunista e socialista e setores dissidentes dos partidos tradicionais. Em 71, a Frente Ampla teve 20% dos votos, a mais expressiva votação da esquerda uruguaia em toda a história política do país, sempre dominada pelos dois partidos tradicionais: Colorado e Blanco (Nacional). Naque-

las eleições, o partido Colorado ganhou do Nacional por uma pequena diferença de votos, elegeu Juan María Bordaberry, que dois anos depois dissolveria o Parlamento para inaugurar o atual regime civil-militar.



O general Liber Seregni

A Frente Ampla foi duramente reprimida e os partidos que dela tomavam parte foram proibidos de participar destas eleições de 28 de novembro passado, concessão aberta apenas aos dois partidos tradicionais e à inexpressiva União Cívica, agrupamento católico de direita e ultraconservador. Aliados do processo, os partidos da antiga Frente Ampla foram, aos poucos, marcando posição em favor do voto em branco, única forma encontrada pelos setores colocados à margem pelo arbítrio para expressar sua insatisfação com os rumos do cronograma imposto pelos militares para um pretendido retorno à democracia.

Apesar das dificuldades — a propaganda pelo voto em branco foi feita na clandestinidade por causa da proibição do governo, e os setores oposicionistas dos dois partidos pregaram o "voto útil", entendido como o voto destinado aos setores mais avan-

çados para o momento político e com alguma chance de ganhar — os partidos da ex-Frente Ampla conseguiram ainda emplacar 12% dos votos em branco em Montevideo e sete por cento no total do país, incluindo o interior, mais conservador e mais sujeito às pressões. É preciso, no entanto, lembrar o caráter destas eleições: elas foram convocadas pelos militares para a estruturação dos partidos tradicionais, como primeiro passo do cronograma. Ninguém foi eleito para nada, para nenhum cargo de governo. Foram eleições internas dos partidos, convocadas pelo governo. Soa estranho, mas é isto mesmo, embora a vitória dos setores oposicionistas dos partidos tenha demonstrado o sentimento antimilitar do povo uruguaio.

### Cronograma

Esta é a palavra mágica que os militares uruguaio, outrora legalistas, com forte tradição de respeito à Constituição e sem maiores envoltimentos partidários, criaram no seu laboratório político, montado às pressas para, primeiro, tentar agrupar em um ideário a confusa e contraditória ação política que eles vêm praticando no país e, depois, buscar um certo respaldo nos setores tradicionais da sociedade, por causa da estrondosa derrota que o regime sofreu no plebiscito de 80, isolando-o ainda mais da classe política. Em 1980, 60% dos uruguaio foram às urnas para dizer *não* à Constituição que os próprios militares inventaram e que carregava a institucionalização da doutrina de segurança nacional, colocada em prática na América Latina pelos Estados Unidos a partir da década de 60.

O cronograma prevê a eleição, em 84, de um presidente da República civil. As eleições de 28 de novembro passado serviram para reestruturar os partidos tradicionais; agora em 83 os convencionais eleitos escolherão



## O QUE ACONTECEU COM A "SUÍÇA DA AMÉRICA"?

□ A implantação de uma férrea ditadura civil-militar de direita no Uruguai a partir de 1973, representou um profundo rompimento com a tradição de democracia política e de governos civis implantados no país desde 1904.

Naquele ano, José Batlle y Ordóñez — o maior político e estadista que a classe dominante do Uruguai moderno conheceu — comandou pessoalmente o exército e derrotou, em nome do governo central da mais moderna burguesia, a última sublevação de Aparício Saravia, caudilho do Partido Nacional (Blanco). Desde então — e depois que Batlle acabou com todo o peso político direto das forças armadas vitoriosas — o sistema político uruguaio foi se estabilizando rumo a uma democracia semi-parlamentar, pluripartidária e aberta ao jogo de negociações e conflitos de uma sociedade altamente urbanizada e com setores médios muito numerosos e organizados.

O interregno do "golpe brando" de Gabriel Terra, em 1933, não representou um rompimento irreversível desse processo, conforme ficou demonstrado pela recomposição do sistema político nos anos posteriores. A verdadeira ante-sala do golpe de 1973 tem suas origens na década de 60.

A partir dessa data, aprofunda-se o esgotamento do modelo econômico que financiava o relativo "estado de bem-estar", ocorrendo um fenômeno duplo: a) a crise política e ideológica da classe dirigente e de seus partidos tradicionais cada vez mais esclerosados e trancados em suas manobras eleitorais e no clientelismo, que lhes permitia o longo período de controle comum do aparelho do estado; e b) o surgimento, sob diversas formas, (sindical, política, ideológica e guerrilheira) de um movimento popular independente, que rompe com o antigo populismo, e que reclama um aprofundamento social, econômico e político da democracia decadente.

Essa conjunção histórica é que atemoriza a classe dirigente e a que explica os quatro anos de "ditadura constitucional" de Pacheco Areco (1967-1972) e a irrupção posterior das forças armadas como supostas salvadoras da ordem, do Estado em crise e, em última instância, de um projeto de reestruturação conservadora do país. Reestruturação que só podia ser imposta pela violência, dadas a maturidade da sociedade civil, a solidez das tradições democráticas e a organização e o eco social crescente do amplo movimento



popular em ascensão. Um movimento social e político que, em suas diversas manifestações, reunia setores do centro até a extrema esquerda, fenômeno bastante peculiar do Uruguai no panorama do Cone Sul da época.

A soma da crise econômica, da resistência dos trabalhadores e camadas médias em crise, da impotência da "classe política" branca e colorada, e da maré de contra-insurreição impulsionada pelos Estados Unidos, permitiram que os militares ocupassem o centro do cenário político em nome da "luta contra a subversão e a corrupção". Foi essa mesma combinação de fatores e o "medo" que provocava nos grupos dirigentes, que os levou a suportar por tanto tempo uma presença militar que, em um primeiro momento, imaginaram transitória e destinada a resolver unicamente os problemas da "ordem". Foi com esse mesmo espírito que, em 1972, os partidos tradicionais procuraram acalmar as forças armadas votando a terrível "Lei de Segurança do Estado", ainda em vigência, e que instrumenta a repressão indiscriminada e sem garantias de nenhum tipo aos opositores, incluindo diversos parlamentares que aprovaram essa mesma lei uma década atrás.

suas direções, que irão dialogar com os militares e discutir uma nova Constituição, que deverá ser aprovada nas mesmas eleições que indicarão o futuro presidente.

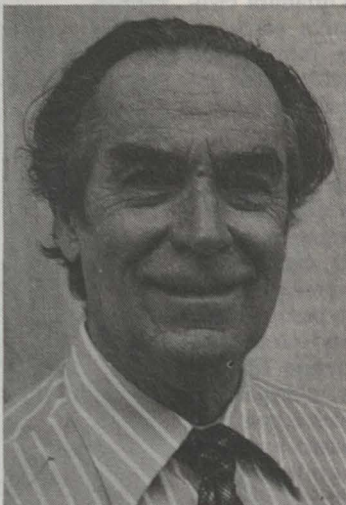
Mas, algumas coisas não estão muito claras neste cronograma. Por que o governo militar decidiu convocar uma eleição para reestruturar os partidos tradicionais? Será que foi para esvaziar de vez os partidos de esquerda, coisa que a força e os decretos já têm se ocupado de fazer? Teria sido então com a intenção de fortalecer os setores mais à direita dos próprios partidos, em busca de uma base civil de apoio? Se foi esta última a motivação, o tiro saiu pela culatra. Vamos ver porquê.

Os partidos Colorado e Nacional existem há bem mais de cem anos e por causa da sua própria história estão divididos em diversas sublegendas, verdadeiros partidos dentro dos partidos. E cada uma dessas sublegendas (hoje são cinco, no Colorado e três, no Nacional) lançou candidatos como cabeça-de-chapa. Isto porque as sublegendas vencedoras vão ter, pelo menos em tese, maior força dentro do partido na escolha da sua direção máxima. O tiro saiu pela culatra, porque ganharam os setores mais "progressistas" e mais antimilitaristas no interior dos dois partidos.

E esta vitória dos setores mais liberais é que deu o sabor de segunda derrota dos militares (a primeira foi a do plebiscito, em 80). Mas não se pode perder de vista que esta "segunda vitória" não garante automaticamente a volta à democracia.

É lógico que a vitória dentro do partido Nacional da sublegenda liderada à distância pelo ex-senador Wilson Ferreira Aldunate (que se encontra exilado em Londres) tem a sua significação. É lógico que a estrondosa derrota de Pacheco Areco, ou seja, o apoio civil aos militares no partido Colorado tem a sua impor-

tância. Mas quem ganhou no Colorado foi Julio María Sanguinetti, ex-ministro de Pacheco, quando presidente do Uruguai nos momentos de recrudescimento da repressão. É lógico que



Wilson Ferreira Aldunate

tem sabor de vitória a visita de Sanguinetti ao quartel-general da sublegenda vitoriosa do partido Nacional, na noite do domingo das eleições e ter falado, pelo telefone, em Londres, com Wilson Ferreira. Logo depois, da sacada do velho prédio, Sanguinetti falou a duas mil pessoas e pregou a necessidade de uma aliança entre as sublegendas vitoriosas nos dois partidos. Mas o mesmo Sanguinetti, dias depois, no Rio de Janeiro, de forma policialesca, criticou a participação dos setores de esquerda na manifestação de rua do dia 28 e se colocou claramente contra a anistia.

Essas palavras contrastam com outras pronunciadas no México, naqueles mesmos dias, por Wilson Ferreira, reclamando anistia para todos os presos políticos, sem exceção. Os líderes dos partidos tradicionais, que se sentaram à mesa com os militares para negociar o passo seguinte do cronograma (a Constituição) anunciaram seu repúdio à proposta militar de instituciona-

lizar o Cosena (Conselho de Segurança Nacional) como órgão tutelar do governo. Mas nada disseram sobre a revogação da Lei de Segurança Nacional ou que a anistia seja defendida como passo imprescindível à normalização democrática, como ocorreu no Brasil e na Bolívia. Líderes políticos, no entanto, já começam a fazer pressão para que o cronograma seja adiantado e a entrega do poder aos civis se dê antes da data prevista, que é 1984.

### O terror continua

Os setores liberais vitoriosos entendem que o tom da conversação com os militares deve ser qualquer coisa em torno de liberdade e democracia. É lógico que o tom do diálogo com uma ditadura tão cruel como a uruguaia deve ser o da moderação. Mas como falar em democracia e liberdade sem antes solucionar a situação de mais de mil presos políticos a passar todo tipo de provação e quase 20 mil cidadãos "proscritos", sem direitos políticos?

Recentemente, saiu da prisão, depois de 10 anos, um rapaz de família classe média, representante típico dos militantes dos movimentos sociais que abalaram o país no final dos anos 60 e começo da década de 70. Ele foi preso, na época, sob a acusação de ser um "tupamaro", quando, na verdade, apenas distribuía folhetos da organização, sem ter maiores envoltimentos. Nada foi investigado. Encarcerado e pronto. Dos 10 anos que esse rapaz ficou preso, três deles foram no interior do cubículo de seis metros quadrados que dividia com um companheiro. Ele se recusava a sair para o pátio, com medo de ser levado, por qualquer motivo, para a "ilha", uma solitária com água pelo joelho. Sem contar as violentas torturas físicas e psicológicas com que todos são tratados (veja Quadro

## "NÃO VAMOS MAIS FECHAR AS JANELAS"

□ No escuro calabouço, um homem jaz no solo com mostras visíveis de recentes torturas. Da porta, um oficial o observa e diz, em voz alta: "Os argentinos, sim, é que foram inteligentes; nós também deveríamos ter liquidado a todos; mas não importa, aos poucos, vamos fazê-lo".

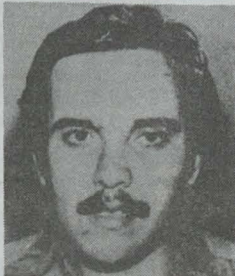
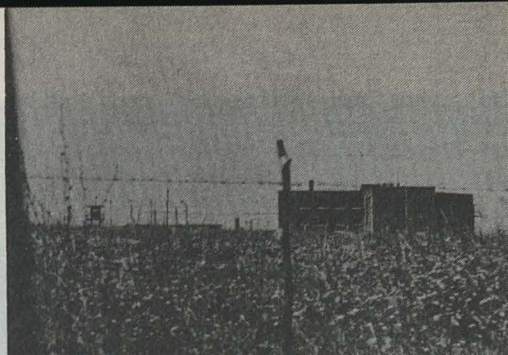
Este fato aconteceu num dia de outubro passado, no Estabelecimento Militar de Reclusão Número Um, chamado também de "Penal de Libertad", quando todo o Uruguai, com certa euforia, se preparava para as eleições de 28 de novembro. E este é apenas mais um quadro de terror que os familiares, por não terem um meio de comunicação para denunciá-lo, vão acumulando em suas memórias e na da história recente do país.

Muitos dos presos políticos uruguaios estão encarcerados há dez anos ou mais. Dez longos anos, nos quais foi aplicada uma constante campanha de destruição física e psíquica. Foram dez anos também de absoluto silêncio por parte dos familiares dos presos, proibidos de tocar no assunto: no Uruguai não se pode falar sobre o tratamento no interior dos cárceres, sem ser taxado de subversivo, podendo também terminar preso.

Um grupo de mães está reunido para relatar a uma jornalista estrangeira os detalhes desta situação dolorosa. A conversa se deu no dia seguinte das eleições. Diz uma delas: "Ontem tivemos eleições e esta é a situação dos nossos presos. Noventa por cento deles têm alguma doença grave. Para a maioria, os duros interrogatórios e as torturas se dão quando chegam. Depois começam os longos anos de destruição, orientados por uma equipe profissional de psicólogos e médicos, que aconselham os militares. Nos últimos anos alguns se suicidaram ou morreram por falta de tratamento médico".

Mas, o que talvez mais angustie algumas mães é o ambiente de total insegurança dentro das prisões: "Contam os nossos filhos que não há regulamentos nos cárceres, predomina a arbitrariedade. O que hoje é permitido, amanhã não é mais e assim sucessivamente, com o agravante de que cada falta é punida com dias e dias nas solitárias".

Muitos presos já cumpriram suas penas, mas continuam nos cárceres. Uma mãe contou o caso do filho que cumpriria sua pena em alguns meses. Certo dia, em agosto de 81, ele e outros 40 presos foram retirados das celas e barbaramente torturados. O rapaz foi obrigado a confessar no-



Entre os milhares de presos políticos uruguaios estão Lilian Celiberti (foto do meio) e Universindo Dias (embaixo), sequestrados por policiais uruguaios em território brasileiro

vos delitos. Quando ele voltou à cela um tribunal militar o havia condenado por mais oito anos.

Somente nos últimos meses que as mães começaram a se reunir, a se organizar, com a instalação, há um ano e meio, do Serviço Paz e Justiça. As mães já fizeram dois atos públicos: primeiro, em setembro passado, quando entregaram às autoridades uruguaias uma carta com 400 assinaturas, pedindo anistia para os seus filhos; em outubro, fizeram uma jornada de silêncio, dentro de uma igreja.

Como as mães argentinas e de outros países latino-americanos, as mães uruguaias começaram a trabalhar sozinhas. Mas, na noite de 28 de novembro, com os gritos na rua de "liberar, liberar, a los presos por luchar", também as mães se deram conta de que não estão sozinhas.

Já no final da conversa, uma das mães, assustada, comentou com outra, ao seu lado: "Você não acha que estamos falando muito alto? Não deveríamos fechar as janelas?" A amiga, com um sorriso, respondeu: "Não, não vamos mais fechar as janelas". (Patrícia White)

“Não vamos mais fechar janelas”).

O terror continua, mesmo depois da liberdade. Esse rapaz que saiu há alguns meses da prisão, por exemplo, não tem o que fazer no país. Além do desemprego crescente, quem ousaria empregar um “ex-tupa”? É verdade que restritos bolsões de resistência acabam empregando ex-presos políticos, mas é uma exceção. Ele não tem amigos. Dez anos preso, afastado de sua geração, ele não pode também deixar legalmente o país, em busca de alguma esperança no exterior, pois primeiro terá de pagar uma dívida com o Estado por conta de gastos ocasionados nesses 10 anos. Ele deve ao governo 70 mil pesos uruguaios (cerca de 3 mil dólares) ao câmbio de novembro. Quantias semelhantes ficam devendo todos os presos que saem da cadeia.

E o ex-preso que resolve ficar, ou que não pode sair por falta de condições, acaba vivendo quase que numa semi-clandestinidade. Os seus direitos políticos são cassados por tempo indeterminado, não pode votar e não pode ser funcionário público. É o cidadão “classe C”, de acordo com a macabra classificação social criada pelo regime. Todos os cidadãos uruguaios estão classificados: “A”, para as pessoas sem nenhum tipo de problema, que se locomovem livremente, que podem ir ao exterior quando quiserem; “B” — aí começam alguns problemas —, são as pessoas que estão sob algum tipo de suspeita, que podem perder o emprego público e que vão ter alguma dificuldade para viajar ao exterior; “C”, os que não podem nada, são os cassados, os proscritos.

O movimento sindical foi dizimado e aos poucos vai se reanimando através de militantes em confronto com um time enorme de pelegos. E ao contrário de outros países latino-americanos que viveram ou vivem sob ditaduras militares, no Uruguai

ainda é muito fraca a resistência de setores sociais tradicionalmente liberais, como a igreja; a associação de advogados e de jornalistas.



O presidente Gregorio Alvarez



Sanguinetti (colorado) comemora com a filha de Wilson Ferreira

A igreja uruguia, a nível de hierarquia, é omissa.

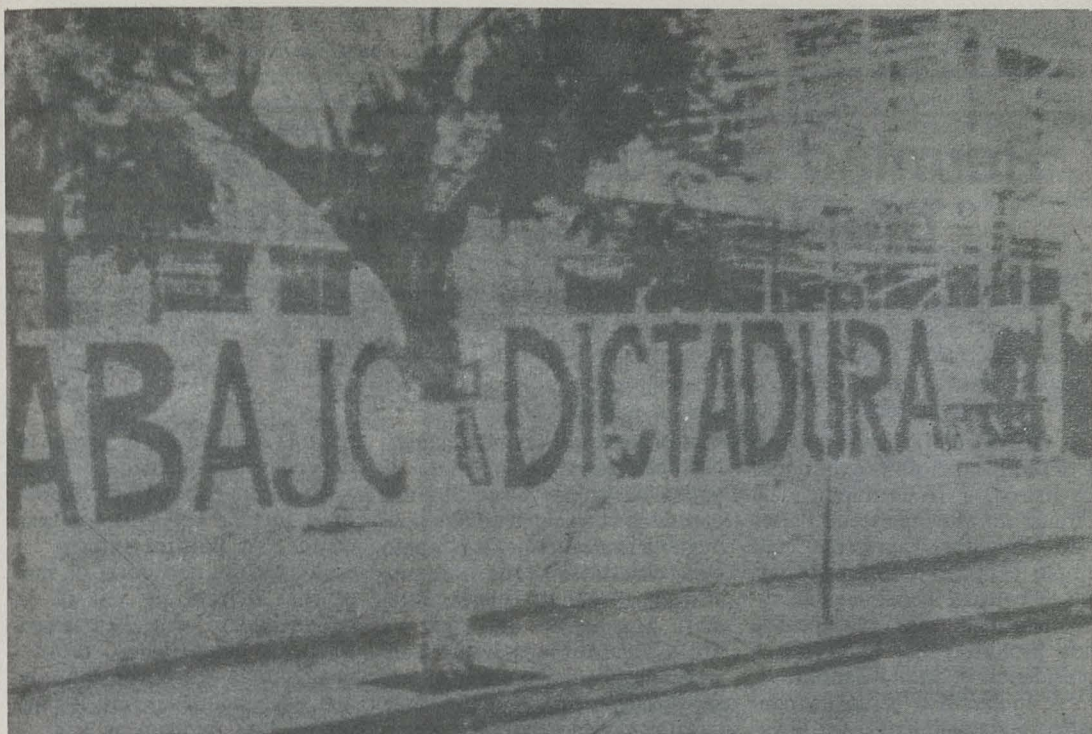
Apenas de um ano e meio para cá e sem o apoio dos bispos, o padre Pérez Aguirre, auxiliado por um ou outro padre e por leigos, conseguiu formalizar o Serviço Paz e Justiça, nos mesmos moldes do organizado, na Argentina, por Pérez Esquivel, prêmio Nobel da Paz. Funcionando pre-

viamente ao lado de uma igreja, o Serviço Paz e Justiça uruguia já consegue hoje reunir familiares de presos, troca correspondência com entidades similares, reúne depoimentos, recebe denúncias e mantém acesa, mesmo ténue, a chama da solidariedade e da esperança. Esperança, que é o que resta a um pequeno grupo de mães, levadas quase ao desespero pela busca incessante de seus filhos, desaparecidos políticos uruguaios em território argentino.

Mas, por causa das circunstâncias, o Serviço Paz e Justiça é obrigado a agir isoladamente, ao contrário, por exemplo, do Brasil, onde advogados são os principais militantes da Comissão Justiça e Paz. Dois dos advogados do general Seregni, por exemplo, tiveram de deixar o país. Advogados de presos políticos, se não terminam presos ou no exílio, acabam boicotados e nunca mais conseguem qualquer outra causa. A Associação dos Advogados tem reclamado o restabelecimento do Estado de Direito no país, mas pouco tem feito — ou podido fazer — de concreto.

Em relação à imprensa e aos jornalistas a situação não é menos grave. A associação de classe não existe e os jornalistas que ousam resistir só encontram emprego nas pequenas publicações que são sumariamente fechadas, quando abordam problemas que desagradam aos militares. Os grandes jornais estão nas mãos do que há de mais conservador no Uruguai, com comprometimentos políticos históricos. Há denúncias de conhecidos jornalistas que estariam vivendo a soldo da embaixada norte-americana, com depósitos mensais em conta do City Bank no valor de cinco mil dólares.

E é no rádio que se dá a resistência pública mais visível. A Rádio CX-30, dirigida por Germán Araujo, é hoje, em Montevideu, quase símbolo da teimosia do povo uruguia em querer uma



A primeira paixão dos uruguaios é a liberdade: por ela se batem, enfrentando uma dura repressão

democracia para o país. Araújo já foi detido ou preso 155 vezes e ele mesmo não consegue explicar por que os militares não o prendem em definitivo ou por que as forças paramilitares não desaparecem com ele. Talvez seja porque Araújo, uma vez por semana, manda para o exterior uma fita gravada com uma narração precisa sobre as ameaças que recebeu naquela semana, com as chapas dos carros que o seguiram e, se reconhecidos, os nomes dos agentes. Ao prender Araújo, em janeiro do ano passado, os gabinetes uruguaios foram entupidos por cartas e telegramas de protesto de todo o mundo. Horas depois, ele estava novamente no rádio, com seu boletim diário, chamando o general Gregorio Alvarez de excelentíssimo presidente da República e, com o maior respeito, fez duríssimas críticas por causa de alguma bobagem que o governo cometeu naquele dia.

Um Araújo que na noite de 28 de novembro pegou os microfones e controlou a multidão que, aos gritos, já se dirigia para a Praça da Independência, onde fica o palácio do governo e local considerado tabu pelos militares. Um Araújo que previu a repressão no dia 30 de novembro, dois dias depois das eleições.

Nesse dia (dois anos do plebiscito), o Peñarol se sagrou campeão sul-americano de futebol. Pelo menos 100 mil pessoas com bandeiras e camisas amarelas e pretas, as cores do campeão, dançaram boa parte da noite na avenida 18 de Julho, comemorando o título. Havia o boato de que haveria também manifestações políticas. A polícia sabia e infiltrou dezenas de policiais à paisana na multidão. Somente lá pelas duas da madrugada, alguns jovens alegres pelo Peñarol e pela vitória de dois anos antes e, com certeza, por

causa de algumas inofensivas cervejas, gritaram timidamente algumas palavras-de-ordem, atacando particularmente Pacheco Areco. Os agentes puxaram seus revólveres, cacetetes, a covardia e passaram a agredir a todos. Simultaneamente, carros com tropas de choques cercaram o quarteirão maldito, de onde partiram os gritos. O povo dispersou. Os jovens ficaram e pelo menos 40 deles foram espancados, um levou um tiro na perna e dezenas que passavam nas imediações foram presos "para averiguação", como contaram os jornais do dia seguinte. E ser preso para averiguação, no Uruguai, significa a grande possibilidade de ter de explicar, sob tortura, o que estava fazendo na rua, naquela noite, na avenida 18 de Julho. Dia que o time mais popular do país foi campeão sul-americano de futebol, a segunda grande paixão do uruguaios. A primeira, é a liberdade. ●

## Reunião de cúpula de Nova Déli: problemas e perspectivas

O Movimento dos Não-Alinhados vai se reunir na Índia para a realização de sua 3ª Conferência de Cúpula, num momento crucial para o Terceiro Mundo

*Abdul Nafey*

A decisão de realizar em Nova Déli, Índia, no próximo mês de março, a 7ª Conferência de Cúpula do Movimento de Países Não-Alinhados, apresenta um amplo espectro de inquietações sobre o atual papel do não-alinhamento e suas perspectivas nos próximos três anos, sob a presidência de Indira Gandhi.

A Índia foi o berço do conceito de não-alinhamento. Jawaharlal Nehru, o primeiro chefe de governo da Índia independente, foi um dos principais responsáveis pela transformação do impulso em idéia, da idéia em conceito e do conceito em Movimento. Sob sua direção, a política externa indiana foi guiada por esse princípio. Já em 1946 (7 de setembro) o primeiro-ministro indiano declarava: "Fare-

mos o possível para nos mantermos afastados das políticas de poder de grupos alinhados uns contra os outros que podem conduzir a enfrentamentos muito mais desastrosos (que a recém-acabada Segunda Guerra Mundial). Acreditamos que a paz e a liberdade são inseparáveis e a negação da liberdade, em qualquer parte, põe em perigo a liberdade no mundo todo e conduz a conflitos e guerras. Estamos particularmente interessados na emancipação dos países e dos povos coloniais e dependentes, e no reconhecimento, na teoria e na prática, da igualdade de oportunidades para todas as raças".

O conceito de não-alinhamento como diretriz básica da política externa indiana decorre da aspiração — comum a todos os paí-

ses que acabam de se tornar independentes — de dar substância à sua recém-conquistada liberdade e força à sua soberania nascente. Essa política externa é a contrapartida necessária de uma política interna que visa ao desenvolvimento material e espiritual. O colonialismo provoca uma sangria nos povos colonizados, extraindo deles riquezas materiais, mas também os priva de seus bens espirituais.

O professor indiano M. S. Rajan, profundo conhecedor do problema, sustentou que um povo recém-libertado precisa sentir-se psicologicamente independente e soberano, e precisa também desenvolver-se economicamente. Somente o não-alinhamento seria capaz de provocar essa consciência. Assim, ao contrário do que se afirma habitualmente, o não-alinhamento da Índia e de outros países recém-libertados não tem nada a ver com a Guerra Fria. O não-alinhamento não surge como uma reação mas como uma iniciativa a favor de uma nova ordem política, legal e econômica internacional.

### Um marco conceitual

A política de não-alinhamento nasceu das condições objetivas da Índia e da situação internacional do pós-guerra. "É uma política — sustentou Nehru — inerente às circunstâncias da Índia, inerente ao seu pensamento



Presidentes, reis e primeiros-ministros na Conferência de Cúpula de Argel, 1973

tradicional, inerente à sua mentalidade, inerente ao condicionamento das consciências indianas durante nossa luta pela liberdade, inerente às circunstâncias do mundo atual". Portanto, o Movimento não é uma reação à Guerra Fria, embora se deva reconhecer que esta tenha atuado como agente catalisador. É por isso que o Movimento pôde sobreviver à Guerra Fria e a todos os guerreiros frios", suas alianças militares e sonhos de hegemonia.

O Movimento de Países Não-Alinhados também não aspira a se transformar em um novo bloco de poder, capaz de praticar a mesma política de potências que ele desaprova. O não-alinhamento substitui a política de potências por uma política de paz, desenvolvimento, coexistência, moralidade, justiça e desarmamento. Também não se trata de uma política de isolamento. O poder é uma realidade nas relações internacionais de hoje em dia e o não-alinhamento procura aumentar o poder dos países do Terceiro Mundo através de um desenvolvimento sócio-econômico acelerado. Em suma, é um marco conceitual e político dos países em desenvolvimento para estabelecerem suas relações com os países do bloco socialista e do bloco capitalista.

Para a Índia, mais que uma "equidistância", o não-alinhamento significa "equi-proximidade": trata-se de obter o que é necessário para o desenvolvimento, onde for possível. A Índia sustenta que cada país não-alinhado tem, além do não-alinhamento, objetivos próprios para sua política externa dentro de seu contexto regional e diante dos seus problemas particulares.

Esse enfoque flexível e sua capacidade de adaptar suas relações exteriores, explicam, por exemplo, o polêmico Tratado de Amizade Índio-Soviético, de 1971.

## Malentendidos

Alguns dos malentendidos mais frequentes sobre a natureza do Movimento Não-Alinhado foram construídos e divulgados deliberadamente. A partir da reunião de cúpula de 1979 em Havana, consta por exemplo que o Movimento está perdendo força. A realidade é que desde sua fundação nos anos 60 os membros plenos passaram de 25 a 95 e o movimento atrai novos países em outros continentes. Nos anos 70, o não-alinhamento estendeu-se pela América Latina (a Cuba, membro-fundador, somaram-se como membros plenos a Argentina, Bolívia, Guiana, Granada, Jamaica, Nicarágua, Panamá, Peru, Suriname e Trinda-



Indira Ghandi

de-Tobago; e em caráter de observadores, Barbados, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Dominica, Equador, El Salvador, México, Santa Lúcia, Uruguai e a Venezuela). E na década de 80 deverão juntar-se a estes, vários países europeus. A Iugoslávia e Malta já são membros plenos. Assistiram à última reunião de chanceleres não-alinhados, realizada em 1981, em Nova Déli, delegações convidadas da Áustria, da Finlândia, de Portugal, da Romênia, da Suécia e da Suíça.

Um segundo malentendido que paira no ar se refere à heterogeneidade do movimento e à

falta de unidade entre seus membros. Há, sem dúvida, muitas raças entre os países membros, assim como tradições culturais diversas e diferentes sistemas políticos, sociais e econômicos. Seus vínculos são fracos, salvo sua opção comum pelo não-alinhamento.

Mas, desde o início do movimento, duas grandes alianças militares foram dissolvidas (a Cento, que reunia a Turquia, o Iraque, o Irã, o Paquistão, o Reino Unido e os Estados Unidos, e a Seato, que agrupava os Estados Unidos, o Reino Unido, a França, a Austrália, Filipinas, Nova Zelândia, o Paquistão e a Tailândia). A Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) perdeu a França e o Pacto de Varsóvia, a Albânia. O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar) que pretendia unir todo o hemisfério ocidental não é senão um papel encharcado pelas águas ensanguentadas das Malvinas. A China já não é uma aliada incondicional da União Soviética.

O Movimento de Países Não-Alinhados é, nesse panorama, a única agrupação internacional que consegue crescer e se manter.

Um terceiro malentendido é o que sustenta que as declarações do movimento têm escasso valor, já que não têm valor imperativo e diversos países não cumprem aquilo que assinaram. Devemos lembrar que o não-alinhamento não é uma aliança militar e que a diferença de opiniões — e o respeito pelo ponto de vista divergente — é inerente ao próprio conceito do Movimento.

## A Cúpula de Nova Déli

A sede da 7ª Conferência de Cúpula foi transferida de Bagdá a Nova Déli para que todos os países-membros pudessem mandar, e com um mínimo de segurança, delegações de alto nível. Será necessário um comparecimento maciço de chefes de Esta-



A tensão em El Salvador e a militarização no Oceano Índico serão temas importantes na reunião de Nova Déli

do e de governo para que o Movimento possa avaliar a situação internacional atual e adotar um programa de ação adequado.

Além de debater a crise econômica mundial e os problemas do desenvolvimento — cada vez mais difíceis — os líderes do Terceiro Mundo deverão concentrar sua atenção nas ameaças e nas pressões contra Estados soberanos e nas interferências e intervenções em seus assuntos internos, assim como na rivalidade por esferas de influência entre as superpotências. A independência e a soberania dos países não-alinhados estão atualmente expos-

tas às maiores ameaças dos últimos 20 anos. Como país fundador do Movimento, como força independente a nível mundial e como fator de estabilidade na Ásia, comprometeu-se a realizar esforços para obter a unidade e a unanimidade dos países não-alinhados em temas vitais para o Movimento.

O debate promete ser acirrado, como em todas as conferências que foram realizadas até hoje. Contudo, desde a 6ª Conferência de Cúpula, e particularmente desde a reunião de alto nível ministerial realizada em 1981, em Nova Déli, o Movi-

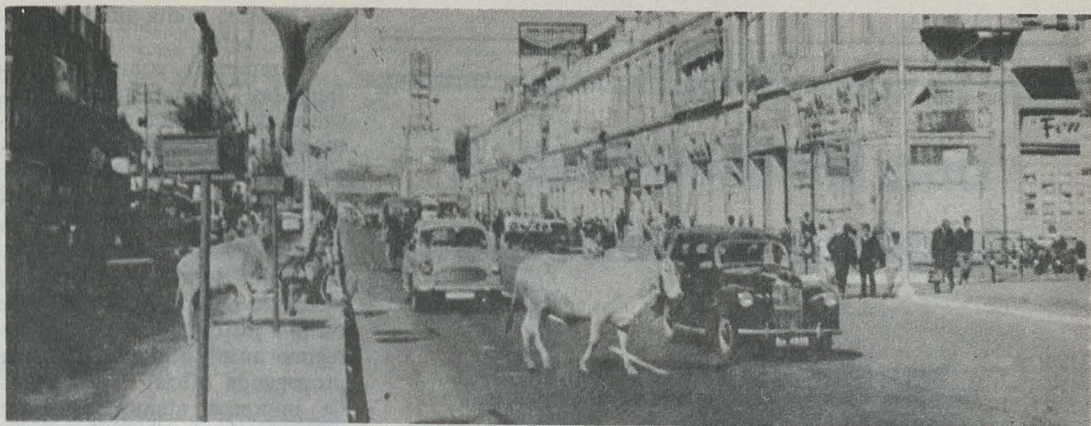
mento demonstrou uma grande maturidade no tratamento dos problemas políticos internacionais. Além das já tradicionais condenações à “política de blocos”, a conferência condenou as “doutrinas de paz e segurança” das grandes potências que, na realidade, apenas estariam estabelecendo “esferas de interesses”. Foi exigida a cessação de toda rivalidade e intervenção em todos os continentes, incluindo pela primeira vez nesse contexto uma menção específica à Europa.

Na discussão de crises e problemas, tanto os “clássicos” decorrentes das agressões permanentes de Israel e da África do Sul, como aqueles provocados por intervenções armadas no sudoeste e no sudeste asiático ou na América Central e no Caribe, os países não-alinhados manifestaram mais uma vez sua oposição à utilização da força e exigiram a cessação de todas as agressões e intervenções nos assuntos internos dos países em desenvolvimento. A Conferência tratou, pela primeira vez, dos problemas do Afeganistão e do Campuchea como crises internacionais.

A 7ª Conferência de Cúpula pode identificar outras áreas em crise e conflito. A tensão reinante na América Central e no Caribe, com múltiplas formas de intervenção nos assuntos internos de El Salvador e outros países da região, pode ser tratada com a maior atenção pelos chefes de Estado dos não-alinhados.

Será interessante, além disso, acompanhar atentamente a deliberação sobre as ilhas Malvinas. Os não-alinhados apóiam, desde 1975, a reivindicação argentina de soberania sobre o arquipélago, mas é provável que a conferência resolva abordar o problema a partir de uma nova perspectiva. A guerra das Malvinas demonstrou que em caso de conflito entre um país em desenvolvimento e um país capitalista industrializado, a solidariedade política, econômica e militar do





Nova Déli será a sede da maior reunião de cúpula já realizada

Norte será, invariavelmente, a favor de seus pares. A crise das Malvinas demonstrou que os não-alinhados precisam de maior coesão e unidade entre eles.

Para a Índia e muitos outros países, o tema do oceano Índico será prioritário. Apesar de não se ter feito uma referência explícita à base militar norte-americana de Diego García, a conferência ministerial de Nova Déli apontou com preocupação que "a atividade militar das grandes potências foi intensificada". Obviamente, fazia-se alusão à recém-criada Força de Deslocamento Rápido dos Estados Unidos. Implicitamente, a conferência rejeitou a tese segundo a qual a superioridade soviética sobre o território euro-asiático deve ser compensada por uma maior presença no oceano Índico de forças ocidentais alheias ao hemisfério.

O litoral do oceano Índico é atualmente um dos focos da rivalidade entre as superpotências. Quase a metade dos países não-alinhados pertencem a essa região e a tensão existente atinge diretamente sua segurança. Não será fácil que todos eles coincidam em um mesmo enfoque sobre a rivalidade Leste-Oeste, mas a maioria dos governos reconhece que não é conveniente para seus interesses se submeterem incondicionalmente aos desígnios de uma das potências, já que isso

levaria, inevitavelmente, seus vizinhos a uma aliança com o bloco oposto, aumentando ainda mais a tensão regional.

#### Problemas econômicos

Como nas reuniões anteriores, os problemas econômicos ocuparão um lugar de destaque na 7ª Reunião de Cúpula. A Conferência tratará da recessão mundial, que ameaça com uma catástrofe semelhante à dos anos 30. As altas taxas de juros, a deterioração dos termos de intercâmbio, os preços alarmantemente baixos das matérias-primas e as dificuldades econômicas que, tanto os Estados Unidos como os países socialistas enfrentam, exigem da 7ª Conferência de Cúpula um enfoque realista e resoluções pragmáticas. O conceito de Nova Ordem Econômica Internacional (Noei) é, sem dúvida, uma bandeira política importante, mas não constitui um programa de ação.

O Movimento adotou também como princípio que o desenvolvimento econômico deve ser acompanhado por mudanças sociais internas nos países do Terceiro Mundo, mas esse conceito nunca foi aprofundado. Falou-se muito de cooperação mútua e "auto-suficiência coletiva", mas as desigualdades entre os chamados países neo-industriali-

zados (como a Índia, o Brasil ou o México) e os mais pobres, aumentam muito em vez de diminuir.

O próprio conceito de Nova Ordem Econômica Internacional trata mais das necessidades dos países subdesenvolvidos do que das possibilidades do mundo desenvolvido em atender essas reivindicações. Em negociações concretas, uma pretensão excessiva pode ser contraproducente, impedindo um acordo que seria possível em outras circunstâncias.

O desafio apresentado durante a 7ª Reunião de Cúpula consiste em encontrar propostas concretas sem deixar os princípios de lado. A posição atual dos não-alinhados reclamando que se ponha imediatamente em prática a Nova Ordem Econômica Internacional é vista por muitos como utópica. O andamento efetivo de reivindicações concretas dos não-alinhados depende das tendências objetivas da economia mundial e da correlação de forças nas relações comerciais e políticas a nível mundial, assim como da capacidade do Terceiro Mundo de oferecer soluções ótimas no momento adequado. A interrogação que concentrará a atenção do mundo na capital da Índia no mês de março, será saber se os chefes de Estado conseguirão alcançar essa sabedoria. ●

## O ditador agora é presidente

Para se perpetuar no poder, o regime militar turco promoveu uma consulta arbitrária e sem garantias

Mohamed Salem

Por muito tempo, políticos e analistas continuarão se perguntando quais foram as causas da alta porcentagem (cerca de 92%) obtida pela Junta militar turca no referendun de 7 de novembro passado, realizado para impor uma nova Constituição e a presidência do general Kenan Evren.

Os observadores destacam que o fator principal é a lembrança, na memória coletiva turca, de um passado recente marcado pela violência descarregada

pelos extremos do leque político, que pôs o país à beira da guerra civil.

Anos de sangrentos enfrentamentos, instabilidade política e uma gravíssima crise econômica, que só fazia piorar, criaram um estado de alarme em grande parte da população e este foi sem dúvida um fator que influiu no resultado do referendun.

Desde que em 12 de setembro as forças armadas, sob o comando de Evren, tomaram o poder, impuseram uma situa-

ção oposta: muita ordem e nenhuma liberdade.

A repressão contra os "extremistas" foi implacável. Abusou-se da tortura e do assassinato, eliminando o terror pelo terror. Mas enquanto no exterior se divulgavam os excessos da atividade repressiva e as críticas ao governo dentro e fora do país, na Turquia tudo isso se ignorava, mediante rigorosa censura. Só se ouvia a justificação e o elogio ao regime autoritário por parte da propaganda oficial e dos meios de imprensa atemorizados ou complacentes que não foram fechados.

### Ficamos ou vamos embora?

Foi neste contexto que os turcos comprovaram que a calma e a segurança voltavam ao país. Neste processo, que concluiu com o referendun, não somente os extremistas foram vítimas da repressão. Todos os políticos e toda oposição foi calada e perseguida. Incluiu-se no projeto de constituição um artigo transitório que privava uma centena de políticos de seus direitos civis durante dez anos, embora não tenha se permitido aos votantes escutar a defesa dos acusados.



Desocupados num café de Estambul: fator de alarme

Não houve, tampouco, um controle da votação e dos resultados fora do próprio sistema implantado pelas forças armadas.

Mas é a própria natureza da consulta em si o que impossibilita avaliar qual a proporção, entre os votos favoráveis, composta por cidadãos que realmente teriam formulado uma opção pelo governo atual.

### Ganhar sempre

No essencial, o referendun esteve restrito a uma confirmação do regime, independentemente que ganhasse o "sim" ou o "não".

No caso de ganhar o "não", os militares teriam prolongado o regime atual, interpretando que a negativa não implicaria uma derrota, e sim que os turcos não queriam o fim da ditadura.

No caso do "sim", a Junta se dissolveria e seu titular, Kenan Evren, se converteria no presidente da República, por "vontade popular". Resultou, assim, aprovada uma constituição que — eliminando do cenário a atual geração de políticos, incluindo o popular ex-presidente Bulent Ecevit — limita as liberdades políticas e sindicais, fortalece o papel das forças armadas e outorga ao chefe de Estado (isto é, ao general Kenan Evren) um poder quase ilimitado.

Em troca desta legitimação do regime, só se deu ao povo a esperança de uma volta gradual e condicionada à democracia ou, falando claro, a uma democratização relativa.

É possível que boa parte dos eleitores tenha considerado o "sim" o menor dos males e neste sentido tenha dado o seu voto. O certo é que a ditadura saiu fortalecida dessa consulta arbitrária e que a luta da oposição será longa e dura. ●

## SRI LANKA

# A democracia não passa pelas eleições

Sob o respaldo de uma vantajosa maioria eleitoral, o presidente Jayewardene pretende prolongar o seu mandato até o fim da década

Narinder Koshla

**A**pós ter obtido uma confortável vitória eleitoral, o presidente do Sri Lanka, Junius Jayewardene, prepara um referendun que prolongaria ao longo desta década o controle do país, que com mãos de ferro exerce.

Sri Lanka é um caso singular dentro do Terceiro Mundo, pois ali um governo ultraliberal ganhou as duas últimas eleições por maioria absoluta. De fato, nas eleições presidenciais de 21 de outubro passado o Partido da Unidade Nacional (PUN) se impôs por 52,91% dos votos, depois de ter obtido 50,92% nas eleições municipais de junho de 1981.

Não satisfeito com estes resultados, Jayewardene quer realizar um referendun que estenda por mais seis anos os mandatos dos atuais membros da Assembléia Nacional, que expiram em agosto de 1983.

No caso desta manobra obter êxito, Jayewardene, que controla totalmente o PUN, poderia continuar privando seus adversários de seus direitos políticos, a começar pela ex-primeira-ministra Sirimavo Bandaranaike.

Embora surpreendente, o êxito eleitoral de Jayewardene tem

sua explicação em diversos fatores. Sri Lanka segue o regime parlamentar "tipo Westminster", da mesma forma que muitos países membros da *Commonwealth*. Portanto, os deputados são eleitos por maioria simples em cada colégio eleitoral e quando um partido obtém uma vitória esmagadora, e seus rivais estão divididos, ganha quase todas as cadeiras da Assembléia Nacional.

Isto foi o que aconteceu nas eleições em 1977, quando o PUN obteve 143 das 168 cadeiras em disputa. Essa maioria de



Junius Jayewardene

cinco-sextos é muito maior à de dois-terços, necessária para sancionar leis e emendar a Constituição.

### Bandaranaike voltará?

O PUN dispõe de amplíssimos poderes, que Jayewardene empregou segundo seu arbítrio. Assim, em 1980 privou Bandaranaike de seus direitos políticos, tornando-a inelegível e modificou a constituição parlamentarista para criar um regime presidencialista. Isso, por considerar que a popular líder do progressista Partido da Liberdade de Sri Lanka, poderia ter disputado com ele a vitória que obteve em outubro. Carente de seu líder natural, o Partido da Liberdade teve que recorrer a uma figura menos conhecida, Hector Kobbekaduwa, que, apesar de tudo, conseguiu quase 40% dos votos (39,07%), quase 10% a mais que na anterior eleição legislativa.

Isto é, o Partido da Liberdade foi o que mais cresceu e demonstrou que poderia aspirar à maioria nas próximas eleições. Pelo menos, isto é o que Jayewardene e o seu grupo mais temem.

Outro fator de peso foi a profunda divisão experimentada pelo Partido da Liberdade nos últimos anos, só agora superada. Ao mesmo tempo, dois pequenos partidos, um de inspiração trotskista e outro de esquerda radical, disputaram o mesmo espaço político do Partido da Liberdade, captando cinco por cento dos votos.

Por último, a minoria *tamil-hinduista*, que representa cerca de 14% da população, se absteve de votar. (Só se apresentou uma pequena formação tamil, que recebeu 2,67% dos votos.) A abstenção tamil favoreceu o PUN, pois lhe permitiu aumentar sua porcentagem (já que as abstenções não são levadas em conta).



Jayewardene abriu o país ao capital estrangeiro

### Uma manobra política

A manobra do referendun, ao que tudo indica, seria o único meio pelo qual o vigoroso ancião e seu partido poderiam conservar o domínio de Sri Lanka durante esta década, apesar de que se trata de um verdadeiro escândalo constitucional.

Projetando os resultados de outubro, o PUN receberia 100 ou menos cadeiras das 196 que terá no próximo Congresso, pois o sistema parlamentar inglês desaparecerá, para ser substituído pelo sistema proporcional. Em nenhum caso, o PUN poderia conseguir os dois-terços da Assembleia, necessários para manter Bandaranaike à margem.

Como é improvável que Jayewardene, de 76 anos, possa concorrer daqui a sete anos, o candidato escolhido pelo PUN seria uma figura com menos personalidade e imagem. Se, nesta época, Bandaranaike estivesse reabilitada, ocorreria então uma situação inversa à que em outubro favoreceu o PUN.

A manobra pela qual os atuais deputados prolongariam seu mandato por mais seis anos sem ter que passar pelas urnas, se torna mais escandalosa se se lembrar que Jayewardene e seus partidários foram severos críticos da ex-primeira-ministra quando ela estendeu em apenas um ano seu mandato, no período 1970-77.

### Apoio de Reagan

No plano econômico, Jayewardene submeteu Sri Lanka a uma receita ultraliberal, que consistiu numa abertura total aos investimentos estrangeiros. Sri Lanka é o país asiático que recebe maior ajuda econômica (per capita) dos Estados Unidos, evidenciando o interesse do governo de Ronald Reagan em sustentar um regime de acordo com sua filosofia.

Isto e os investimentos que se efetuaram sob o respaldo desta abertura, se traduziram na criação de vários milhares de empregos, que o PUN apresenta como um grande êxito e que também foi um fator que influiu nos resultados eleitorais.

Mas a ilha do Ceilão (Sri Lanka) é hoje uma das nações asiáticas mais dependentes do Ocidente e no plano social a fórmula ultraliberal se expressa na acentuação das diferenças econômicas entre as classes dominantes e os marginalizados.

Isto tudo faz prever que a atual posição privilegiada do PUN não poderá continuar por muito tempo e indica que somente pôde se dar em razão de circunstâncias extraordinárias. Porém as manobras de Jayewardene, se aprovadas, significarão que o PUN poderá governar à sua vontade por um longo tempo, ainda que tenha perdido a adesão do povo. ●

# A batalha da informação

Apesar dos esforços do regime de Suharto em ocultar a situação na ilha de Timor, a grande imprensa internacional começa a levantar a questão do genocídio do povo maubere

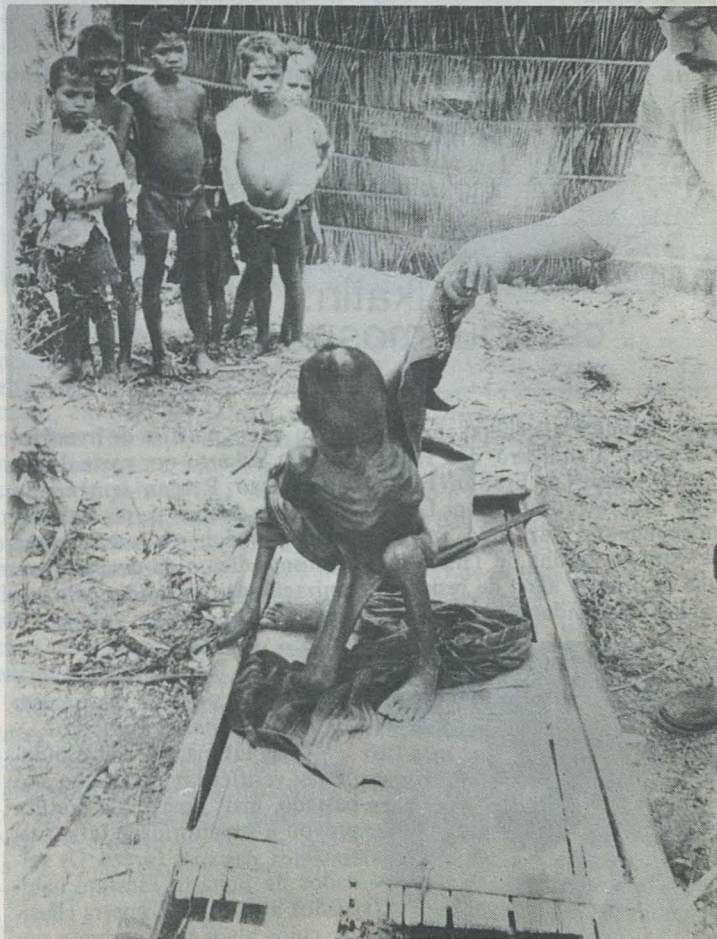
**N**a sua tentativa de assumir o controle total e completo de Timor-Leste, o governo do general Suharto tem suportado algumas batalhas inglórias. Um dos seus mais recentes insucessos verificou-se no campo da informação, na grande imprensa norte-americana. O volume de artigos e noticiários dando o "outro lado" da história, até há pouco intencionalmente ignorado, é motivo já de preocupação em Jacarta.

Pressionado para abrir a pequena ilha à imprensa e organizações humanitárias internacionais, o governo do general Suharto ensaiou uma contraofensiva dirigida para provar que "tudo se encontra em ordem", com a situação totalmente em suas mãos. Os seus porta-vozes, no entanto, mais de uma vez tiveram que reconhecer que na realidade não é bem assim. O ministro das Relações Exteriores, Mochtar Kusumaatmadja, em declarações a agências noticiosas internacionais, confirmou a contragosto que a maior parte dos contatos dentro de Timor-Leste são feitos por meio de helicópteros militares. Esta informação equivale a aceitar o que a Fretilin tantas vezes proclamou: que os indonésios controlam somente algumas cidades — verdadeiras ilhas — não conseguindo implantar-se no terreno.

Agressão esquecida é uma agressão recompensada — escrevia em um dos seus editoriais o

jornal *The New York Times*, ao abordar a situação existente em Timor-Leste e os esforços feitos pela ditadura indonésia para ocultá-la. O artigo veio engrossar

a corrente surgida na imprensa norte-americana. De forma às vezes ácida, os parlamentares norte-americanos e a administração Reagan são chamados a desempenhar um papel mais ativo e dinâmico na solução de uma crise que já ceifou milhares de vidas e engrossou as levas de refugiados que fogem para outros países. Não faltam as comparações com tragédias ocorridas em outras partes do mundo. O massacre de palestinos no Líbano foi com insistência mencionado como paralelo entre um genocídio e outro. De acordo com estas críticas, a política de terror arquitetada para os acampamentos de refugiados em Beirute varia apenas em



A outra cara do genocídio: a fome crônica que ameaça milhões de pessoas

questões de detalhes em relação aos massacres sistemáticos de civis mauberes, cujas vítimas se elevam a mais de 200 mil mortos.

Num dos seus artigos dedicados ao papel negativo assumido pelas sucessivas administrações dos EUA — Gerald Ford aprovou a invasão de dezembro de 1975 e Jimmy Carter esquivou-se de aplicar sua alardeada política de direitos humanos — Jack Anderson notava que em todos estes anos houve uma política deliberada de “desconhecimento” daquilo que se passava na ex-colônia portuguesa. Bombardeios, enfermidades decorrentes da fome generalizada, nada deveria turvar as relações entre Washington e Jacarta.

Anderson deixava também entrever que poucas esperanças havia de que Reagan se opusesse ao extermínio metodicamente planejado e colocado em prática

pelo general Suharto. Este pessimismo foi expresso ao se conhecer que Kent Crane possivelmente iria dirigir a embaixada norte-americana em Jacarta. Crane mantém fortes e estreitos vínculos com os principais círculos que dominam os interesses petrolíferos, financeiros e, em consequência, políticos, da Indonésia.

De forma crua, o *The New York Times* chegou a resumir assim o drama vivido pelos mauberes: “Se durante o colonialismo português Timor-Leste dava a aparência de uma favela, com a invasão indonésia transformou-se gradativamente numa imensa prisão, cada vez mais despovoada”. E uma vez mais se censura o governo dos Estados Unidos por considerar o anticomunismo de Suharto um motivo suficiente para justificar essa cumplicidade.

*The Washington Post*, por sua

vez, e também em editorial, censurou a tolerância de Washington para com os desmandos praticados pela Indonésia. O jornal reclamou uma tomada de posição firme, que deixe claro haver um limite na tolerância manifestada para com os aliados, ainda que os mais próximos.

O *The Christian Science Monitor* denunciou a utilização de armas norte-americanas na invasão de 1975. A conclusão que se retira do texto é que tal situação ainda persiste.

Segundo a publicação, o quadro idílico pintado pelos indonésios — os mauberes saudando a anexação do seu país e colaborando ativamente com o “libertador” — “é desmentido pela constatação de que o agressor somente trouxe a fome, a violação dos direitos humanos e que, em consequência, a resistência armada continua”. (E.H.)

## Alkatiri: “continuamos resistindo”

No seu quartel-general em Maputo, o ministro das Relações Exteriores da Fretilin (Frente de Libertação do Timor Leste Independente) faz uma análise da situação na ilha de Timor depois de longos anos de resistência à invasão indonésia. Ele reco-

nhece que a política de irrestrito apoio a Suharto por parte da administração Reagan tem criado condições difíceis para a luta dos patriotas mauberes, mas exprime otimismo diante da decisão e organização demonstradas pelo seu povo.



Mari Alkatiri: otimista

*Qual é a situação da luta em Timor-Leste, neste momento?*

— Nas últimas ofensivas indonésias, verificadas em fins do ano passado, mais uma vez a Fretilin provou a superioridade tático-estratégica das suas forças. Os soldados de Suharto estavam habituados a fazer uma guerra clássica, cujos alvos tanto eram a população civil como as zonas eco-

nômicas. A partir do momento em que nós optamos pela guerrilha — verificando-se pois um recuo tático — ganhamos novo impulso. Isto porque os grandes alvos que nós mesmos oferecíamos ao inimigo deixaram de existir. É claro que no período imediatamente posterior houve massacres e ataques locais de importância econômica. Mas os militares indonésios não conseguiram cumprir a missão a que se tinham proposto em dezembro de 1975, que era invadir e controlar o nosso país em uma semana.

Numa palavra: a nossa guerrilha mantém-se muito ativa. Um dado importante é que nesta última grande ofensiva dois batalhões inimigos se recusaram a combater, abandonaram suas posições e deixaram no terreno armas e munições. Os integrantes destas unidades — desde comandantes a simples soldados — se encontram agora prisioneiros em Bali.

### *E a situação geral?*

— Neste momento, a guerrilha se encontra numa fase estável. Em consequência do renovado apoio que a Indonésia recebe de outros governos direitistas, entre eles a administração Reagan, torna-se difícil impor a curto prazo maiores vitórias no campo militar. Mas o fato de termos nos afirmado ao longo destes sete anos como força de resistência indestrutível já é em si uma grande vitória. O isolamento físico em que decorre esta resistência constitui um dado a mais a valorizá-la e, por outro lado, fortalece a idéia de que o invasor pode ser derrotado mesmo nas difíceis condições em que a luta se desenvolve.

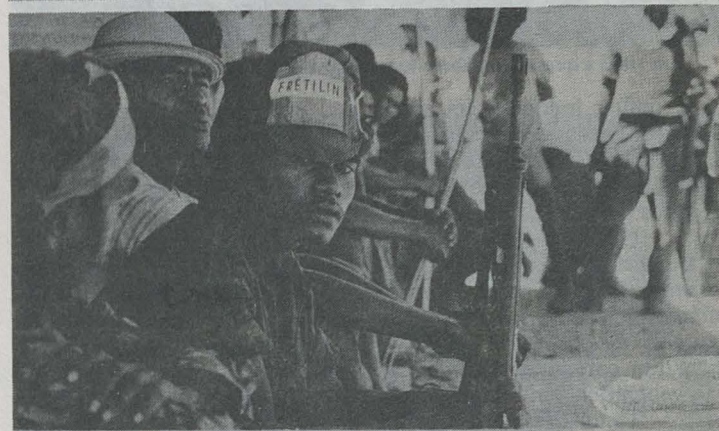
### *Existe algum tipo de apoio à Fretilin por parte das correntes oposicionistas indonésias?*

— Bem, podemos ver esta oposição em dois campos: a nível das personalidades civis, e no seio das forças armadas. Desde o início da guerra procuramos trabalhar com os setores oposicionistas indonésios, mas foi difícil. No começo, os que se encontravam no exílio ou na clandestinidade sempre se colocaram abertamente ao lado da Fretilin. Para a chamada oposição democrática, que sempre existiu dentro do país, era necessário atuar com outra política. Para justificar a agressão contra o nosso país, o regime fascista indonésio tinha desencadeado uma vasta e profunda campanha de caráter nacionalista, chovinista e anticomunista, o que criava uma situação bastante delicada para que estas correntes, ainda embrionárias, pudessem tomar uma posição de apoio à Fretilin logo de entrada sem que fossem acusadas de "antipatriotismo".

Hoje a situação já não é a mesma. A guerra em Timor-Leste já custou muitas vidas para os indonésios. Se estima em quase 20 mil o número de soldados mortos, uma cifra que inclui



O povo maubere e a sua vanguarda, a Fretilin, poderão derrotar os invasores indonésios



quadros militares de grande capacidade, treinados pelos norte-americanos. A justeza da nossa causa, em cuja defesa não medimos sacrifícios, levou a uma tomada de consciência, respeito e confiança pela vitória do povo maubere. Em consequência, e aproveitando-se do descontentamento existente dentro das unidades militares, esta oposição civil assumiu uma posição mais clara e chegou mesmo a tentar entrar em contato com a Fretilin.

No que diz respeito aos militares, verifica-se uma movimentação com a dinâmica de criar realmente um movimento contra o regime do general Suharto. Não é por acaso que esta inquietação é protagonizada por oficiais que estiveram envolvidos na agressão a Timor-Leste.

Um dos pontos de maior con-

flito, senão o principal, é a recusa de continuar a guerra. Isto significa que os oficiais e soldados que participaram das operações contra o nosso povo aprenderam alguma coisa. Dentro da Indonésia não é novidade nenhuma que alguns daqueles que participaram das campanhas de cerco e aniquilamento de populações indefesas enlouqueceram e outros se suicidaram. O horror das operações contra crianças, mulheres e pessoas de idade foi de tal ordem que levou à explosão destas situações dramáticas. Tudo isto fez com que surgisse um movimento de oposição nas forças armadas e hoje já foram dados passos positivos no contato entre a Fretilin e este grupo de oficiais e soldados mais conscientes e politizados. Tudo indica que a médio prazo esta cooperação entre nós e a oposição ci-



Em 1983 a questão maubere tomará novo impulso nas Nações Unidas

vil e militar indonésia irá aprofundar-se mais e permitir uma nova dinâmica em todo o processo libertador dos nossos respectivos povos.

*Depois de todos estes anos de resistência, como reage a comunidade internacional perante a tentativa de anexação?*

— Em consequência da situação geográfica e militar do nosso país — Timor-Leste é a metade de uma ilha que se encontra cercada militarmente por terra, mar e ar — há o empenho de nos isolar do resto do mundo. Graças ainda a um silêncio cúmplice em torno da nossa causa, o inimigo tem conseguido se recuperar das derrotas que até o momento sofreu. Isto se deve a alguns fatores que é importante conhecer. Primeiro, estamos diante de um inimigo diferente, uma vez que a Indonésia não é uma potência colonial clássica. Se trata de um poder colonial regional. Este é um fato novo na política internacional. É difícil para alguns governos anticoloniais compreenderem com clareza este fato.

Os dirigentes de Jacarta sabem disto e tentam jogar com os seguintes dados: a Indonésia oferece um mercado de 150 milhões de habitantes, é membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep),

faz parte da Conferência Islâmica, sendo ainda cofundadora do Movimento dos Não-Alinhados. Estas cinco armas são importantes numa tentativa para comprometer outros países. Alguns daqueles governos que abandonaram a sua posição inicial, passando a aproximar-se da Indonésia, não o fizeram porque concordassem com o ponto de vista do governo do general Suharto, mas porque não querem ferir as relações de interesse que com ele mantêm.

*Então houve recuos na frente diplomática?*

— Não. Apesar de tudo, a comunidade internacional, em sua esmagadora maioria, continua a condenar a política expansionista e genocida colocada em prática contra o nosso país. E esta é uma maioria estável, consciente de todo o problema. É importante ressaltar que mesmo a abstenção verificada por parte de alguns países capitalistas não deixa de ser uma vitória para Timor-Leste, pois significa uma crítica severa ao governo indonésio com o qual mantêm excelentes relações.

Estamos convencidos que em 1983 a questão da invasão tomará um novo impulso nas Nações Unidas, rompendo com um certo impasse que nos últimos tempos

se verificou. Em parte, esta mudança se deve ao fato de Portugal, que ainda é reconhecido pela ONU como potência administrante, ter se mobilizado mais em torno do assunto.

A ONU, por outro lado, por solicitação expressa do seu secretário-geral, deverá submeter este tema à apreciação do Tribunal Internacional de Haia que dará uma opinião legal e jurídica, comprometendo assim todos aqueles países que estavam algo vacilantes. Este Tribunal irá decidir em favor do povo maubere, pois de nenhuma maneira será possível aceitar e legitimar a política anexionista e genocida da Indonésia.

Pode-se perguntar porque nos mantemos otimistas apesar de todo o drama que vivemos. A resposta é que consideramos o fator interno como o principal, o verdadeiro motor da nossa vitória. Os êxitos obtidos no campo diplomático são uma consequência daqueles verificados dentro do nosso país, nas diversas frentes de luta. E como a nível interno existe uma situação estável, acreditamos que qualquer retrocesso eventual na área internacional será plenamente recuperável.

*Todos os anos a representação brasileira na ONU vota em favor do direito do povo maubere à autodeterminação e independência. Como avalia essa posição?*

— O governo brasileiro tem feito declarações públicas neste fórum internacional, de apoio ao nosso país: Gostaríamos porém que a sua posição fosse mais clara ainda, que houvesse o reconhecimento da Fretilin como único e legítimo representante do povo maubere e, claro, da República Democrática de Timor-Leste. No entanto, pensamos que tudo isto coloca a necessidade de se discutir diretamente com o governo brasileiro esta questão. (E. Hipólito.) ●



# A luta contra as transnacionais farmacêuticas

Uma nova frente de luta se abre para os países do Terceiro Mundo: a necessidade de um código de conduta para a indústria de medicamentos

*Agustín Castaño*

Uma nova batalha de grande envergadura para o Terceiro Mundo foi iniciada em dezembro passado, com a apresentação no Comitê de Tecnologia da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) de um projeto de um código internacional sobre produtos farmacêuticos.

O esboço do código foi elaborado pela Ação Internacional para a Saúde, um conjunto de organizações não-governamentais, e visa a assegurar o fornecimento de medicamentos essenciais e a baixo custo ao público, impedindo os abusos das transnacionais, especialmente onde isso se torna mais necessário, isto é, no Terceiro Mundo.

As organizações e as forças políticas e governamentais que lutam para controlar as atividades das transnacionais já haviam obtido um grande êxito com a aprovação de um código não obrigatório sobre comercialização dos sucedâneos do leite materno.

A campanha para regulamentar a produção e a comercialização dos produtos farmacêuticos é mais significativa ainda pela amplitude do setor, mas sabe-se que a luta será longa e difícil.

Em maio de 1978, a Assembleia Mundial da Saúde, órgão



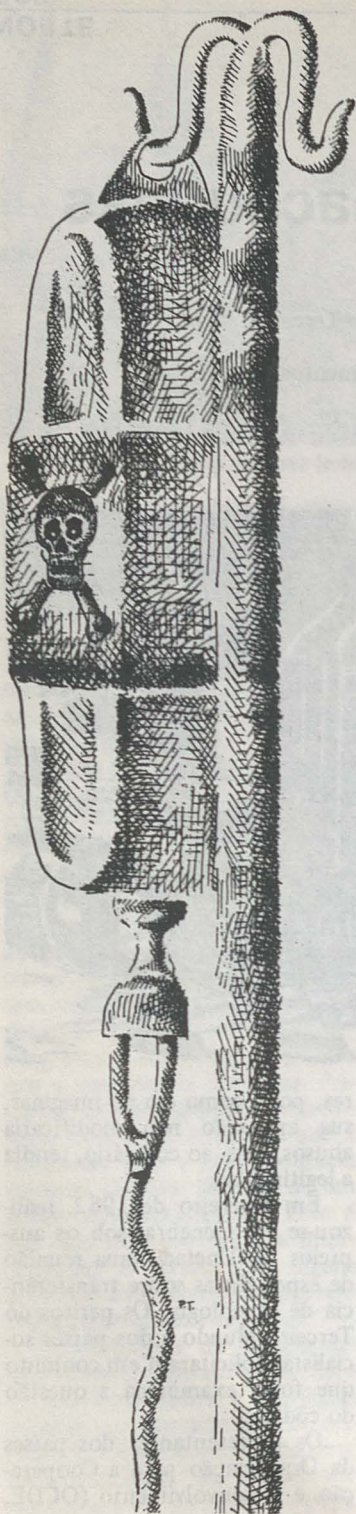
da ONU, solicitou ao diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) a elaboração de um código sobre as práticas comerciais, particularmente no que se refere a produtos farmacêuticos para o Terceiro Mundo.

Apesar das pressões de diversos governos, não se registraram avanços. Por sua vez, a organização internacional das transnacionais da indústria farmacêutica apresentou seu próprio código, que foi recusado pelas organizações não-governamentais interessadas na defesa dos consumido-

res, pois, como era de imaginar, sua aplicação não modificaria abusos, mas, ao contrário, tendia a legitimá-los.

Em fevereiro de 1982, realizou-se em Genebra, sob os auspícios da Unctad, uma reunião de especialistas sobre transferência de tecnologia. Os peritos do Terceiro Mundo e dos países socialistas solicitaram em conjunto que fosse examinada a questão do código.

Os representantes dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE,



que reúne as potências capitalistas industrializadas) responderam que não tinham instruções de seus governos para debater o assunto, mas que tomariam nota dos pontos de vista expressos e fixariam suas posições na reunião do Comitê de Tecnologia que iniciaria seus trabalhos no mês de dezembro, em Genebra.

O objetivo é obter um registro de medicamentos adequados às exigências do país, dentro das normas da OMS

#### Isolamento dos Estados Unidos

Iniciava-se assim um difícil processo, que pode ter semelhanças com o do código referente aos sucedâneos do leite materno, quando diversos países da OCDE aceitaram pontos de vista dos delegados do Terceiro Mundo, mas rejeitaram um código de caráter obrigatório, bem como certas formulações.

Por meio de negociações obteve-se um amplíssimo consenso sobre um termo médio, ou seja, um código não obrigatório que, por conter o essencial das reivindicações dos governos do Terceiro Mundo e das associações de consumidores, constituía um precedente inestimável.

Os Estados Unidos, que assumiram a posição mais extrema, contrária a qualquer norma, obrigatória ou não, visando a regulamentar as atividades das transnacionais, foi o único governo que votou contra o código, ficando totalmente isolado.

Quanto aos medicamentos, o problema de fundo consiste em que as empresas produzem um número excessivo de produtos farmacêuticos, alguns nocivos, e, em geral, a preços excessivos para os setores de mais baixa renda. Nos países mais pobres do planeta, essas práticas acarretam

tragédias incomensuráveis.

As transnacionais se regem pelas leis do lucro econômico e não aceitam sujeitar-se ao interesse nacional dos países onde operam, gerando uma contradição cada vez mais aberta.

A Organização Mundial de Saúde e outros centros analisaram o problema a partir de um enfoque científico e chegaram à conclusão de que os produtos farmacêuticos essenciais para a assistência sanitária são menos de 200.

Ao contrário, as transnacionais produzem milhares e milhares de medicamentos, que apresentam diferenças inócuas, quando não nocivas, e fomentam por todos os meios o consumo dos seus produtos.

Em agosto de 1982, o governo de Bangladesh, um dos países mais pobres do mundo e onde o problema é gravíssimo, adotou uma linha rigorosa nessa matéria: publicou uma lista oficial que suprime 247 medicamentos qualificados como nocivos e 1.495 considerados não essenciais.

As pressões das transnacionais e do governo dos Estados Unidos para evitar a vigência da proibição deram como resultado o adiamento da medida e a abertura de discussões e negociações entre ambas as partes.

#### Produzir o indispensável

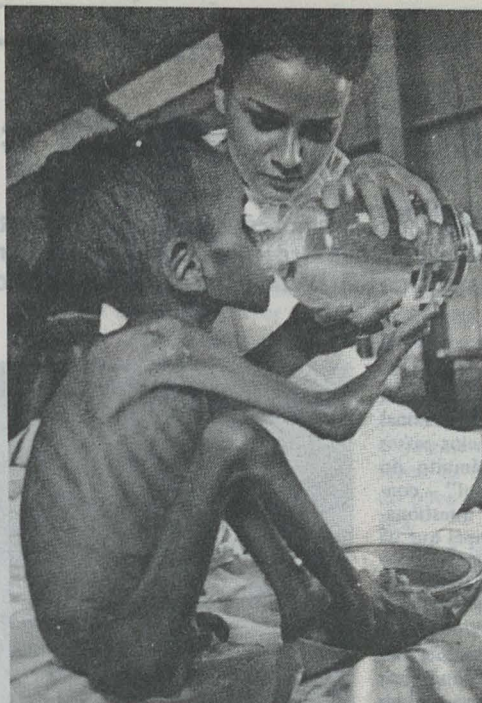
O projeto de código põe em mãos dos governos o controle das atividades das empresas, que deveriam registrar, por exemplo, junto com as marcas, informação sobre as propriedades dos medicamentos, práticas de comercialização, informação sobre os custos, sobre tecnologia e pesquisa.

O objetivo é obter um registro de medicamentos adequados às exigências do país, dentro das normas estudadas pela OMS, e limitando a fabricação aos produtos indispensáveis e a custo razoável.

Por exemplo, não se permitiria o registro de um novo produto farmacêutico a menos que, comparado com os anteriores do mesmo tipo, não ficasse provado tratar-se de medicamento mais benéfico ou menos arriscado, ou que fosse vendido a preço menor.

O código abrange toda a rede de atividades das transnacionais, desde a pesquisa até a transferência de tecnologia, desde a limitação de importações de produtos artificialmente estimuladas pelas empresas e que pesam sobre a balança comercial dos países, até a propaganda e as práticas comerciais.

Trata-se, em suma, de que as empresas transnacionais produzam mais medicamentos em relação às necessidades da população tendo como objetivo a saúde, e que não ponham acima dessas metas seus próprios interesses, como hoje acontece. ●



Com o novo código, não se permite o registro de um novo produto farmacêutico a menos que seja vendido mais barato

# CHASQUI

## REVISTA LATINOAMERICANA DE COMUNICACION

- POR UMA NOVA ORDEM INFORMATIVA
- NOVAS CORRENTES TEÓRICAS DA COMUNICAÇÃO
- COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA
- INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E PEDAGÓGICAS
- DEMOCRATIZAÇÃO DOS SISTEMAS INFORMATIVOS

Dirija-se a CHASQUI, apartado 584, Quito, Equador



# Igreja e nova ordem da comunicação

Conclusões e Recomendações do Seminário Latino-Americano sobre "Igreja e Nova Ordem da Comunicação" realizado no Embu, estado de São Paulo (Brasil), de 8 a 12 de outubro de 1982

A atual discussão sobre a necessidade de se estabelecer uma Nova Ordem Econômica Internacional (Noei) — levada adiante pelos países do Terceiro Mundo no âmbito do chamado "diálogo Norte/Sul" — conduz, inevitavelmente, ao questionamento do fundamental papel que os meios de comunicação e informação desempenham para a manutenção desse sistema. A crescente conscientização verificada nesses países deu à discussão um caráter de luta, luta não só por uma Nova Ordem Econômica, mas também por uma Nova Ordem Informativa Internacional (Noii).

Nos países do Terceiro Mundo, diversos setores da sociedade têm se engajado neste esforço e procurado não só apontar o papel alienante e deformador dos grandes meios de comunicação de massas, como também propor alternativas viáveis.

Nesse sentido, têm sido muito importantes as iniciativas de setores da Igreja latino-americana, realmente comprometidos com um processo de transformação da sociedade, de discutir esse assunto, criticamente. Uma dessas iniciativas foi o Seminário Latino-Americano sobre a "Igreja e a Nova Ordem da Comunicação", realizado no Brasil (na cidade de Embu-SP), do dia 8 a 12 de outubro do ano passado.

Do encontro participaram d. Cândido Padim, Eleazar Díaz Rangel, Antônio Pasquali, d. Eduardo Koiak, d. Alfredo Norak, d. Luciano M. Metzinger, Hebert de Souza, Regina Festa, Onésimo de Oliveira Cardoso, entre outros.

Pela sua importância, reproduzimos a seguir, na íntegra, as conclusões e recomendações do Seminário.



A Igreja se definiu no campo das comunicações em favor do Noii

1. Convocados pela Associação Católica Latino-Americana para o Rádio e a Televisão (Unda-AL), Secretariado para a América Latina da Organização Católica Internacional do Cinema (SAL-Ocic), União Católica Latino-Americana de Imprensa (Uclap) e União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC), contando com o apoio da Misereor, do Comitê Católico Francês para o Desenvolvimento (CCFD), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), do Departamento de Comunicação Social do Conselho Episcopal Latino-Americano (Decos-Celam) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), esteve reunido em Embu, estado de São Paulo (Brasil), de 8 a 12 de outubro de 1982, um grupo integrado por bispos, sacerdotes, religiosos, comunicadores cristãos, profissionais e pesquisadores da comunicação e cientistas sociais.

2. Participaram do seminário representantes e observadores dos organismos promotores e patrocinadores, bem como de outras organizações internacionais, continentais e nacionais: Associação Mundial para a Comunicação Cristã (WACC), Ocic, Unda, Federação Latino-Americana de Jornalistas (Felap), Associação Latino-Americana de Pesquisadores da Comunicação (Alaic), Confederação Latino-Americana de Religiosos (Clar), Desenvolvimento e Comunicação para a América Latina e o Caribe (Decom), Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais (Ilet), Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação e o Centro para o Estudo da Comunicação e da Cultura (CSCC).

3. Os participantes do encontro manifestam a decisão de atuar para a implementação da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic). Pastores, agentes de pasto-

ral, profissionais e pesquisadores da comunicação expressam neste documento a intenção de se comprometerem com o planejamento de estratégias adequadas para que a construção da Nomic na América Latina seja o resultado da práxis democrática do povo latino-americano.

4. Assim sendo, oferecem as seguintes conclusões e recomendações à Igreja, aos comunicadores e a todos aqueles que, na América Latina, estão interessados em promover uma nova ordem mais justa e mais fraterna.

## I — CARACTERIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

### A crise mundial

5. A crise econômica que atinge o mundo todo, evidencia as injustiças e incongruências estruturais dos sistemas econômicos que determinam as relações entre os países. Na América Latina os interesses das elites dominantes, baseados em estruturas injustas, agravam os efeitos da crise.

6. Essas inadequações, sedimentadas em longos processos históricos, tornam-se insuportáveis com a crise dos nossos dias, comprometendo ao máximo o equilíbrio da economia mundial. Já não se trata de consequências internas para este ou aquele país, para o bloco capitalista ou socialista, mas de riscos que afetam a todos.

7. Reside aí a complexidade do problema, cujo tratamento deve considerar muito mais a globalidade dos

interesses humanos, não se resumindo a simples fórmulas técnicas para a solução das dificuldades financeiras ou tecnológicas.

### A crise na América Latina

8. O documento da 3ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Puebla) destacou o seguinte sobre a América Latina: "A economia do mercado livre, na sua expressão mais rígida que ainda vigora em nosso continente e é legitimada por ideologias liberais, tem alargado a distância entre ricos e pobres, pelo fato de antepor o capital ao trabalho, o econômico ao social. Grupos minoritários nacionais, associados às vezes a interesses de fora, têm-se aproveitado das oportunidades que lhes oferecem essas formas envelhecidas de mercado livre, para se desenvolverem em proveito próprio e às custas dos setores populares majoritários". (Puebla, 47).

9. Esta situação referida por Puebla continua a se agravar, porque o capitalismo transnacional intensifica a dominação, internacionalizando seus sistemas econômicos, financeiros, sociais e culturais. A penetração neocolonial encontra reforço na "doutrina da segurança nacional", que provoca a repressão e o empobrecimento do povo em cada país, fortalecendo-se através de uma convocação à solidariedade continental em torno de um "Estado líder" de um mundo supostamente "ocidental e cristão".

"As ideologias da segurança nacional têm contribuído para fortale-

cer, em muitas ocasiões, regimes de força e alimentado o abuso do poder e da violação dos direitos humanos. Há casos em que pretendem proteger suas atitudes com uma profissão de fé cristã, que é, contudo, subjetiva" (Puebla, 49).

### Partidos, sindicatos e organizações populares

10. A dominação que se exerce para evitar que o povo se defenda da agressão e lute por uma nova sociedade fraterna e justa, afeta os planos econômicos e políticos e também a cultura popular nacional e religiosa. O sistema de repressão busca desqualificar as instituições representativas do povo e sua organização democrática.

11. A experiência histórica latino-americana demonstra que os partidos políticos, os sindicatos e as organizações populares nem sempre cumpriram plenamente seu papel, muitas vezes pelas próprias fragilidades internas. Não haverá transformações com vistas à justiça e à fraternidade sem que se fortaleçam as organizações que o povo utiliza para intensificar sua luta por uma nova sociedade.

### A dominação cultural

12. A estratégia de dominação transnacional tenta impor a nossos povos hábitos, valores e costumes que neutralizem suas expectati-



Durante a visita do Papa João Paulo II ao Brasil, os fiéis brasileiros mostraram seu compromisso com a realidade

vas de mudança. A dominação cultural é reforçada pelas elites dominantes como pretexto para legitimar as injustiças sociais e o *status quo*.

13. Em suma, procuram impedir que se expressem, fortaleçam e desenvolvam as potencialidades criativas do povo. Mesmo com contradições, o povo resgata, em sua história e em suas tradições, formas locais, regionais e nacionais de cultura popular, que se desenvolvem cada vez mais numa dimensão libertadora.

### **Dominação, informação e comunicação**

14. A informação e a comunicação desempenham um papel decisivo nessa estratégia de dominação. Os meios de comunicação de massa não são utilizados como um bem social, mas como empresas comerciais perenes a uma minoria, pretendendo suas mensagens, no essencial, reforçar os valores estabelecidos e neutralizar a vontade de mudança do povo. Os fluxos internacionais de informação são controlados diretamente por uns poucos centros de poder mundial, impedindo que todos tenham a oportunidade de fazer ouvir a sua voz.

### **Dominação e novas tecnologias**

15. Estão sendo introduzidas novas tecnologias de comunicação na América Latina, sob a alegação de supostas modernizações e outras falsas interpretações da Nomic, não obstante a realidade indique que esses recursos não estão destinados a servir a uma melhor compreensão entre as nações, nem às prioridades e necessidades das classes populares. Essa modernização tecnológica beneficia as corporações transnacionais, prejudica as economias nacionais e agride a soberania política.

## **II – NOMIC: PROPOSTA DE MUDANÇAS**

### **Nova Ordem Internacional**

16. Diante dessa situação de injustiça, agravada pelas estratégias assistencialistas, e pela pseudo-transferência de tecnologia, os povos do Terceiro Mundo reivindicam o estabelecimento de uma nova ordem internacional. O reordenamento das relações internacionais deve criar novas for-

mas econômicas, políticas e culturais que eliminem a dominação neocolonial.

17. Ao mesmo tempo, as lutas de libertação dos povos oprimidos ampliaram os ideais de soberania nacional. Hoje, está patente que a soberania política, para ser efetiva, deve basear-se na soberania econômica e ambas não poderão ser concretizadas sem romper a dominação cultural. Estes devem ser os pilares de uma nova ordem nacional e internacional.

### **Noei e Nomic**

18. A comunidade internacional acolhe estas aspirações nas propostas da Nova Ordem Econômica Internacional (Noei) e da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic). Ambas são partes inseparáveis do mesmo processo de tomada de consciência, organização e lutas de libertação. A Nomic é uma esperança que estimula os povos da América Latina a reivindicar seus direitos à democracia e à participação para modificar a realidade.

### **Os novos protagonistas da democratização**

19. A democratização da sociedade é o ideal que deve ser conquistado tanto nas relações nacionais quanto nas internacionais, mesmo que não seja comum dizer que a ordem internacional deve ser democrática.

20. A situação atual não mudará espontaneamente. Os esforços dos Estados e dos organismos intergovernamentais são importantes para atingir esse objetivo, mas não são suficientes, nem definitivos. Os povos avançam pelos caminhos que eles mesmos constroem, num processo que ultrapassa os marcos da confrontação entre os blocos capitalista e socialista.

### **Comunicação horizontal**

21. A cooperação horizontal Sul-Sul é a forma internacional da união consciente dos oprimidos e o caminho mais seguro para que os países do Terceiro Mundo superem suas carências e desenvolvam suas potencialidades econômicas, científicas, tecnológicas e culturais. O neocolonialismo tenta enfraquecer a confiança dos oprimidos nas suas próprias capacidades, mostrando, como único

caminho possível, a assistência dos países industrializados e a imitação de fórmulas alienígenas que agravam seus problemas.

22. A cooperação horizontal em todas as suas formas implica também uma ruptura com o colonialismo cultural, uma vez que expressa a resistência e um avanço na autoconfiança, sendo um requisito indispensável para a superação da dependência econômica e política.

### **Origem da Nomic**

23. As formulações iniciais da Nomic surgiram no Movimento dos Países Não-Alinhados, como uma reivindicação do direito dos povos a defender sua identidade cultural. Mais tarde a acumulação de dados empíricos demonstrou a existência de desequilíbrio e de dominação nas comunicações internacionais que abrangem desde a circulação das notícias até a distribuição de frequências de radiodifusão, órbitas geostacionárias, capacidade de armazenamento e processamento de dados, passando pelos fluxos de programas de televisão, filmes, livros e outros meios.

### **Relatório McBride**

24. O debate internacional, fundamentado nessa comprovação, evidenciou que não existe liberdade quando a desigualdade dos recursos conduz à concentração do poder comunicacional e informativo em uns poucos países altamente desenvolvidos. Todos os elementos desse processo foram sistematizados no relatório final da Comissão Internacional sobre os Problemas da Comunicação, conhecida como "Comissão McBride". A 21ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, reunida em Belgrado em 1980, obteve consenso da comunidade internacional sobre a necessidade de eliminar esses desequilíbrios, formulando as bases da Nomic.

### **Propostas da Nomic**

25. A Nomic inclui as seguintes propostas:

- a) democratização das comunicações e dos recursos da informação;
- b) criação e o fortalecimento das infra-estruturas necessárias para que os países do Terceiro Mundo possam participar, em termos de igualdade, da comunicação internacional;

c) integração entre os sistemas de comunicação e os objetivos de desenvolvimento integral e auto-suficiente dos povos do Terceiro Mundo;

d) defesa da identidade cultural dos povos e abertura de espaços e recursos para o desenvolvimento autônomo de expressões culturais, especialmente nas classes populares.

## Democracia e comunicação

26. A democracia é, fundamentalmente, uma atitude humana básica em que a comunicação se expressa pela supressão das formas autoritárias e se apóia na ação consciente, organizada e solidária dos oprimidos. A participação pluralista dos setores sociais deve manifestar-se nos diferentes níveis do processo comunicativo, particularmente na produção, distribuição e consumo dos bens culturais.

## Direitos humanos e comunicação

27. A comunicação reflete inevitavelmente a natureza das relações sociais. Quando estas se caracterizam pela desigualdade e pela falta de democracia, a luta pelo resgate, defesa, ampliação e aprofundamento dos direitos humanos está unida à luta pela democratização da comunicação, como parte de um único processo.

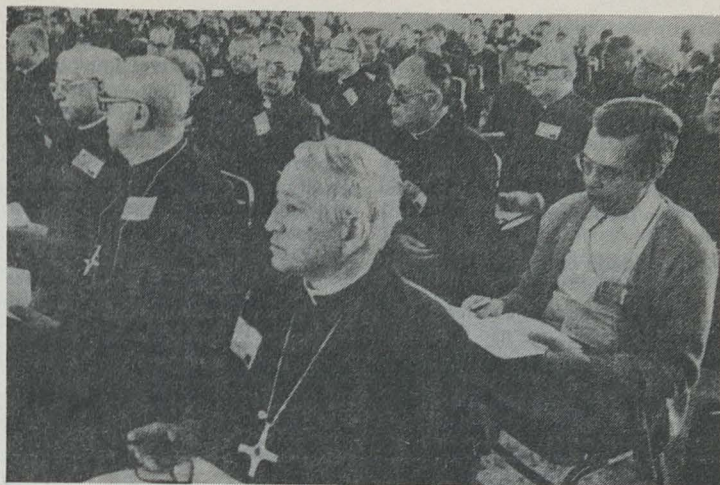
## Estados e políticas democráticas de comunicação

28. O Estado deve garantir o acesso à informação para todas as classes sociais e promover a criação de novos canais de comunicação, sem limitar a liberdade de expressão. Apesar do Estado ter a responsabilidade de formular políticas nacionais de comunicação, estas devem ser necessariamente a expressão de máximo consenso possível. Uma autêntica política nacional rejeita a censura arbitrária e o monopólio dos meios. Por isso, torna-se necessário um decidido esforço para desenvolver a consciência e a capacidade da sociedade sobre os problemas de comunicação e da informação, a fim de obter o acordo popular sobre o qual repousa toda política democrática de comunicação.

## Acesso e participação

29. O processo de democratização da comunicação exige:

a) que o indivíduo deixe de ser



Na Conferência de Puebla foi denunciada a doutrina de segurança nacional

um simples objeto da comunicação e se torne um elemento ativo, o que significa dizer que todo cidadão, especialmente o empobrecido, tenha livre acesso aos meios de informação e de comunicação, em igualdade de oportunidades;

b) que se aumente o grau e a qualidade da representação social e da participação, o que inclui a intervenção na produção e distribuição das mensagens e na tomada de decisões, referentes à política e ao planejamento da comunicação;

c) que se promova um processo de educação crítica, especialmente entre as classes populares, para que o povo desenvolva sua capacidade comunicacional, ou seja, a habilidade para produzir mensagens com valores próprios que atendam aos seus interesses e não com os valores impostos pela cultura dominante.

## Comunicação alternativa

30. Uma vez que os proprietários dos meios negam a participação e o acesso aos oprimidos, estes vão criando formas diferentes de comunicação e expressão, não verticalistas, que os representam e os inter-relacionam. Diversos termos procuram identificá-las: comunicação horizontal, grupal, popular, de base, comunitária, participativa. Recentemente, o termo "Comunicação Alternativa" procurou englobá-las. Mesmo que se lhe atribua diferentes acepções, a Comunicação Alternativa deve ter um caráter libertador, na medida em que se pro-

põe representar os interesses e os propósitos fundamentais das classes populares.

31. Este tipo de comunicação popular libertadora integra o processo de construção da Nomic, mas não o esgota. A Nomic também propõe que os meios de comunicação de massa, com suas vantagens tecnológicas, sejam colocados a serviço das classes populares.

## III — A IGREJA DIANTE DA PROPOSTA DA NOMIC

32. A luta por uma Nova Ordem compromete todas as forças da sociedade. A Igreja não pode permanecer alheia a esta luta porque ela integra a "realidade do homem latino-americano, que é expressa em suas esperanças, em seus triunfos e suas frustrações" (Puebla, 15) e deve contribuir para o desenvolvimento e para a libertação dos povos.

33. Tudo o que se relaciona com a Comunicação é fundamental para a Igreja, porque "a Comunicação, como ato social vital, nasce com o próprio homem" (Puebla, 1064) e enriquece sua vida pessoal e coletiva. Assim entendida, a Comunicação é ato criador de cultura, concebida como expressão dos valores essenciais e identificadores do povo, os quais deverão ser base e centro de sua realização em busca de uma Nova Ordem.

34. Diante da proposta da Nomic, é preciso, antes de tudo, considerar dois níveis: a comunicação em seu in-

terior e sua comunicação com o mundo. Na vida da Igreja, existem tensões nas relações entre os diferentes setores do Povo de Deus e aqueles que exercem a autoridade. Existem também dificuldades para a expressão pública de pareceres e opiniões legítimos (cf. Puebla, 1079). Isto constitui um sério problema de comunicação.

### A autoridade como serviço

35. Para transmitir a mensagem da salvação, a Igreja, que não foi fundada pelos homens mas por Jesus Cristo, estrutura-se como Povo de Deus, guiado pelos apóstolos e seus sucessores. Contudo, a autoridade hierárquica conferida aos apóstolos e a seus sucessores deve exercer-se com espírito de serviço, como Cristo o definiu (Lucas, 22, 24-27), evitando todo autoritarismo que desvirtue sua razão de ser.

36. Os pastores devem respeitar a liberdade do Povo de Deus e de suas respectivas comunidades, assegurando a livre expressão de suas legítimas aspirações e a participação na tomada de decisões a que têm direito como corresponsáveis na missão da Igreja. Como já advertia Pio XII e volta a insistir a *Comunio et Progressio*, à Igreja "estaria faltando algo, se não existisse a opinião pública em sua vida. E seria por culpa de seus pastores e fiéis" (CP. 115).

### A evangelização

37. A Nomic desafia a Igreja a uma reflexão sobre sua prática evangelizadora. Ela recebeu de Jesus Cristo uma mensagem de libertação e salvação para ser comunicada a todos os homens (Mateus 28, 18-19), "A evangelização, anúncio do Reino, é comunicação" (Puebla, 1063). Por fidelidade ao próprio Jesus Cristo, este anúncio não pode ser de natureza impositiva e unidirecional, sem considerar os elementos culturais próprios de cada povo (*Evangelii Nutiandi*, 20), mas deve ser aberto e participativo para permitir o diálogo e a adesão livre e consciente que leve ao compromisso pessoal. Consequentemente, em sua ação evangelizadora, a Igreja deve usar os meios de comunicação em um processo que seja participativo e dialógico.

38. A liturgia é o momento privilegiado da comunhão e participação

para uma evangelização que leve à libertação cristã integral autêntica (Puebla, 909-895). Passados quinze anos da reforma litúrgica conciliar, comprova-se que o povo latino-americano, sobretudo o povo humilde, não está encontrando espaço na liturgia atual, para expressar sua necessidade de adoração e louvor ao Senhor e celebrar seu caminho para a libertação.

39. De acordo com as diretrizes da Nomic, é necessário criar novas condições para que todas as comunidades, guardando a fidelidade à Mensagem, possam buscar, de acordo com sua cultura, símbolos e ritos que expressem plenamente sua relação com Deus e com os irmãos na fé.

### As denúncias da Igreja

40. A Igreja recolheu em vários dos seus documentos, uma série de observações que apresentam um dramático diagnóstico a respeito da comunicação na sociedade de hoje. Entre eles, merece especial atenção o Documento de Puebla.

41. Aquele documento, depois de enumerar alguns aspectos positivos dos meios de comunicação, destaca a concentração desses meios em mãos de grupos de poder político, ideológico e econômico e denuncia o controle quase absoluto e a manipulação que eles exercem em favor de seus próprios interesses, empenhando-se em manter o *status quo* e a ordem vigente de dependência, dominação ou tratando de subverter esta ordem para criar outro signo oposto, mas de igual dependência-dominação (Puebla, 1068, 1069, 62).

42. O monopólio da informação, tanto por parte do governo como de interesses privados, permite o uso arbitrário dos meios de informação e dá lugar à manipulação de mensagens de acordo com interesses minoritários. Particularmente grave é a manipulação informativa que empresas e interesses transnacionais fazem a respeito de nossos países ou com destino a eles (Puebla, 1071). Um dos maiores danos que a Igreja atribui ao sistema vigente provém da colonização cultural, através da excessiva programação estrangeira em rádio e televisão. "A programação, em grande parte estrangeira, produz transculturação não participativa e mesmo destruidora de valores autóctones; o sistema publicitário, tal como se apresenta, e o uso

abusivo do esporte, enquanto elemento de evasão, os transformam em fatores de alienação; seu impacto massificante e compulsivo pode levar ao isolamento e até à desintegração da comunidade familiar" (Puebla, 1072).

### Ação da Igreja em favor da Nomic

43. Essa análise crítica da estrutura social da comunicação leva a Igreja a propor a urgente necessidade de uma transformação, desafiando-a a uma ação decidida em favor da Nomic.

44. Efetivamente, a Igreja já está dando alguns passos nessa caminhada, de acordo com as prioridades mencionadas pelo documento de Puebla, tais como:

– Promover a devida formação do povo na comunicação, para que tenha uma atitude crítica diante do impacto das mensagens ideológicas, culturais e publicitárias, com o objetivo de resistir aos efeitos da manipulação e da massificação (Puebla, 1081, 1088).

– Respeitar e favorecer a liberdade de expressão e a correspondente liberdade de informação, pressupostos essenciais da Comunicação Social e da sua função na sociedade (Puebla, 1082, 1085).

Ao declarar que "estes princípios têm, contudo, maior validade no interior da Igreja" (Puebla, 1095), ela não apenas se coloca abertamente a favor de uma ordem mais justa e mais humana da comunicação, mas se propõe a contribuir para a sua realização.

### O diálogo ecumênico

45. Outras Igrejas Cristãs na América Latina contribuem, há vários anos, para a construção da Nomic, denunciando as dominações antes destacadas ou apoiando os movimentos populares em processo de busca da Comunicação Libertadora. Por fidelidade aos apelos de Jesus Cristo, em sua oração pela unidade dos que Nele crêem (Jo. 17, 21), é indispensável que a Igreja Católica se abra cada vez mais para o diálogo ecumênico, através de um trabalho conjunto com essas mesmas Igrejas.

### Meios de Comunicação da Igreja

46. A Nomic deve também levar a Igreja a se interrogar sobre o cm-



prego dos meios massivos de comunicação que ela possui. Com toda a força do compromisso, esses meios serão "a voz dos desamparados, apesar dos riscos que isso implica" (Puebla, 94), abrindo espaços para que "o povo expresse diretamente seus sentimentos, problemas e pensamentos, sendo não somente a voz dos que não têm voz, mas, ainda mais, dando voz aos que não a têm" (Nomic e Direitos Humanos, Uclap, Quito, 1982).

### Novos modelos de Comunicação

47. Como um sinal promissor e um princípio de realidade da Nomic, na prática social e na prática pastoral da Igreja, surgem novos modelos e experiências de Comunicação Libertadora, especialmente aquelas vinculadas às Comunidades Eclesiais de Base e a outros grupos cristãos que participam nas organizações e movimentos populares, abrindo espaços para a participação e o diálogo.

### IV – RECOMENDAÇÕES

48. Sensibilizar a sociedade civil sobre os objetivos de uma Nova Ordem Econômica (Noei) e da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic), nos planos internacional, continental, nacional e local, deve ser uma tarefa para a qual a Igreja utilizará toda sua influência, levando o debate da Nomic, em primeiro lugar, a todas as instâncias da instituição eclesial, das conferências episcopais, das dioceses, das paróquias, das comunidades religiosas, das Comunidades Eclesiais de Base, das Universidades, dos colégios e outros grupos cristãos.

49. Promover a implementação da Nomic significa também juntar esforços, de modo indispensável, com outras Igrejas e com as demais organizações da sociedade civil – sindicatos, partidos políticos, universidades, associações profissionais – e também participar da formulação de políticas culturais em cada país, atuando como força de pressão para conquistar a democratização da produção, distribuição e consumo dos bens culturais.

50. Examinar profundamente a questão das chamadas políticas nacionais de comunicação, de modo que a Igreja proponha alternativas para a democratização dos sistemas de comunicação das novas tecnologias. Isto

significa lutar por uma distribuição mais justa da propriedade dos meios, pela ruptura do monopólio do Estado e dos grupos econômicos para facilitar o acesso das instituições comunitárias, sindicais e associativas à posse dos meios de comunicação de massa, especialmente os eletrônicos. Significa também assegurar a participação dos trabalhadores de Comunicação na gestão dos meios e garantir que os receptores possam exercer influência sobre as respectivas linhas de programação.

51. Alertar para a necessidade de que os sistemas de Comunicação sejam colocados a serviço do desenvolvimento integral, democrático e auto-

suficiente de cada comunidade. Em particular, lutar para que as decisões sobre novas tecnologias, redes de telecomunicações e outros meios técnicos sejam adequados às genuínas necessidades, condições e possibilidades dos povos oprimidos. A Igreja deve favorecer a sensibilização da consciência social diante dessas opções, para evitar que continuem sendo determinadas pelos interesses das elites dominantes e das corporações transnacionais.

52. Contribuir para a defesa da identidade cultural latino-americana diante da crescente invasão cultural transnacional, lutando para que os meios de comunicação se abram a ex-



pressões culturais endógenas na arte, na música, nas notícias, no teatro e em outras manifestações populares. Neste contexto, é importante que a Igreja estimule a criação de centros produtores e distribuidores de bens culturais que expressem as lutas populares e fortaleçam o processo de construção de uma nova sociedade.

53. Incentivar o Povo de Deus a que descubra os conteúdos alienantes e massificadores secularmente introjetados em seus valores culturais, iniciando novos processos de compreensão do mundo e das relações sociais.

54. Promover e apoiar iniciativas que ajudem a desenvolver e a mobilizar a consciência crítica dos setores sociais, especialmente das classes trabalhadoras. Favorecer uma maior compreensão dos processos de produção, distribuição e recepção das mensagens dos meios massivos e incentivar a participação ativa na criação de seus próprios meios de comunicação, tarefa na qual devem participar as universidades com todo o seu potencial intelectual e técnico. Esses centros de estudos frequentemente não estão a serviço das transformações estruturais e da preparação dos novos profissionais exigidos para promover as mudanças na realidade latino-americana.

55. Aos profissionais da Comunicação:

- Compartilhar as experiências de comunicação grupal libertadora, colaborando na formação de comunicadores populares;

- Reivindicar o direito a participar na elaboração de políticas editoriais dos meios e na cogestão dos mesmos;

- Apoiar as classes populares para que conquistem, dentro dos meios, o espaço informativo para a defesa de seus interesses e para a expressão de suas opiniões;

- Fortalecer os sindicatos e federações de trabalhadores da Comunicação e lutar junto ao movimento operário para fazer avançar o processo de democratização da Comunicação, para promover, defender e incentivar as expressões da cultura popular e fazer ouvir a voz dos trabalhadores;

- Reivindicar a participação dos sindicatos e federações nos projetos regionais de Comunicação Libertadora e nas experiências internacionais para a construção da Nomic;

- Trabalhar com os pesquisadores da Comunicação na análise dos impactos produzidos pela aplicação das

novas tecnologias na capacidade produtiva, nas relações de trabalho, nas políticas de emprego, nas estruturas sociais e na elaboração de respostas adequadas.

56. Convidar as diferentes instituições da Igreja para que avaliem criticamente o tipo de comunicação que praticam a fim de superar a visão instrumental e persuasiva, substituindo-a por uma prática efetivamente dialógica. Assim se evitará que a tarefa evangelizadora seja uma atividade de propaganda, com efeitos massificadores.

57. Integrar, no debate e na construção da Nomic, a reflexão teológica da Igreja latino-americana.

58. Promover esforços para que os programas de centros de formação e educação, em todos os níveis, incluam o estudo da Comunicação, a partir da perspectiva da Nomic. Convidar as escolas cristãs de Comunicação para que discutam a Nomic e para que se comprometam com os projetos de democratização da Comunicação e com a pesquisa de sistemas alternativos de produção, distribuição e consumo que sejam dialógicos e libertadores.

59. Garantir efetivamente o direito à comunicação a todos os setores da comunidade eclesial em um clima de pluralismo e participação nas decisões, acelerando assim o processo de democratização na vida interna da Igreja. Colocar em prática os mecanismos de participação já previstos em vários documentos, principalmente ao nível das igrejas particulares e dos seus organismos de base.

60. Convocar os meios de comunicação de massa da Igreja para que iniciem um processo que conduza à efetiva participação da comunidade na produção e no uso das mensagens. Destacar a importância de se capacitar, técnica e conceitualmente, o povo para dirigir, organizar, administrar e produzir recursos de comunicação e informação. Completar este processo, sempre que seja possível, com formas de propriedade social em que sejam incorporados os trabalhadores desses meios, devidamente capacitados, com os participantes da comunidade. Tudo isso com o propósito de alterar a produção vertical e a distribuição unilateral das mensagens, e de possibilitar a expressão concreta e ativa da voz do povo.

61. Sugerir aos responsáveis pelos meios de comunicação da Igreja e de outras comunidades cristãs para que

adotem as propostas da Nomic, colocando-as em prática e para que as divulguem, através de seus respectivos espaços. É importante o apelo às rádios cristãs para que, de acordo com o seu papel que lhes corresponde no estabelecimento da nova ordem, formulem políticas de democratização em suas formas de trabalho.

62. Incorporar, nas celebrações litúrgicas, as manifestações mais autênticas da religiosidade popular, possibilitando a participação ativa dos fiéis e recomendar a criação de condições efetivas para que a assembléia litúrgica possa celebrar sua fé, seu processo de libertação, sua vida, em um encontro onde todos sejam sujeitos, já que o culto é o momento mais expressivo da comunicação do Povo de Deus.

63. Exortar as conferências episcopais para que formem comissões *ad hoc*, encarregadas da elaboração de mecanismos concretos que tornem viáveis as presentes recomendações; é importante que estes trabalhos sejam realizados com a colaboração das associações de profissionais e de pesquisadores da Comunicação que já estão atuando nessa área.

64. Solicitar a Unda-AL, Uclap, SAL-Ocic, UCBC, WACC que estudem as formas de realizar projetos e ações individuais e conjuntas em favor da Nomic, avaliando periodicamente essas experiências. Pedir à Unda, Uclap, Ocic e WACC, que na Unesco, organização de que fazem parte como instituições não governamentais, promovam essas linhas de ação a nível mundial e apoiem iniciativas concretas em favor da Nomic. Que essas mesmas entidades atuem para que a Unesco amplie os critérios que orientam a dotação de recursos da cooperação internacional, sobretudo para que os recursos do Programa Internacional para o Desenvolvimento das Comunicações (PIDC) não sejam canalizados somente através dos governos, mas também que levem em conta as necessidades dos órgãos não governamentais e representativos dos interesses populares.

65. Exortar as organizações patrocinadoras e participantes deste seminário para que façam a maior divulgação do presente documento e planejem ações que julguem pertinentes para dar continuidade às tarefas propostas neste encontro e para promover futuras reflexões sobre as experiências inspiradas por estas linhas de ação. ●

## comunicação

### Telenovelas brasileiras no mercado italiano

Segundo registra a imprensa italiana, os produtos brasileiros começam a conquistar o mercado desse país e criam um novo tipo de espectador cuja vinculação com o meio foi consolidada através dos 174 capítulos de "Dancing Days", estrelado por Sonia Braga.

O estreito mercado internacional, controlado por umas poucas empresas com sede nos Estados Unidos, foi invadido pela produção brasileira que utiliza os mais modernos sistemas de produção. São usados todos os recursos da indústria eletrônica com a eliminação de todos os elementos que "complicam" a produção.

Valendo-se de câmaras fixas e com pouquíssimas tomadas externas, as telenovelas são filmadas e armadas eletronicamente. Um episódio de uma hora de duração pode ser completado em apenas dois dias de filmagem, enquanto que na Itália, só para fazer a dublagem, demora-se de dois a quatro dias.

Segundo declarações do crítico Tullio Kezich, as telenovelas brasileiras são "fortes competidoras da TV *made in USA*, com uma perspectiva que pode ser definida como autárquica e que apresenta uma proposta nacional e popular".

### União de Jornalistas Árabes

A União de Jornalistas Árabes, com sede em Riad, Arábia Saudita, está tratando de estabelecer um diálogo com colegas da América Latina visando um intercâmbio de informação e cooperação.

Saad Qassim Hammoudi, presidente dessa entidade, informou que estava preparando um seminário, a ser realizado em Túnis, sobre segurança e desarmamento na Europa, e um outro sobre a solidariedade para com a luta de libertação da Eritreia.

Em uma segunda instância, a União deverá participar também de um seminário internacional de solidariedade aos povos libanês e palestino, na cidade de Bruxelas.

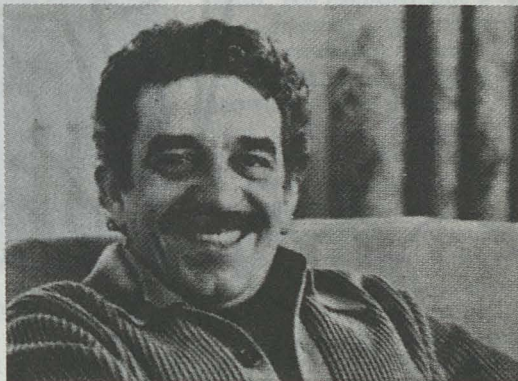
### Bolívia e Reagan: Temas de livros

O pesquisador, escritor e jornalista argentino Gregorio Selser (colaborador de *cadernos do terceiro mundo*) acaba de publicar no México, onde reside, dois livros relativos à Bolívia e aos Estados Unidos, que foram lançados na associação de correspondentes estrangeiros.

"*Bolívia, el cuartelazo de los cocadólars*" e "*Reagan entre El Salvador y las Malvinas*" são os novos títulos desse autor, que também é comentarista do jornal mexicano *El Día* e colaborador da *Inter Press Service* (IPS), a agência de notícias internacionais que veicula informações referentes à luta terceiomundista.

A primeira obra desenvolve o tema do papel do tráfico de entorpecentes nos acontecimentos que se desenrolaram na Bolívia entre 1980 e 1982 e, na segunda, analisa os principais aspectos da política externa do governo do presidente Ronald Reagan com relação à América Latina.

Gregorio Selser é, além disso, professor do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade Nacional Autônoma do México e pesquisador do Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais (Ilet), com sede naquele país.



Gabriel García Márquez

### García Márquez e a América Central

O escritor colombiano havia prometido a si mesmo um silêncio literário enquanto a ditadura militar chilena, chefiada por Pinochet, permanecesse no poder. Mas, nesse intervalo, ele continuou em destaque pelas posições tomadas em favor da independência e da autodeterminação da América Latina, até que quebrou o silêncio com a publicação de "Crônica de uma morte anunciada".

Mais recentemente, por ocasião da entrega do prêmio Nobel de Literatura de 1982 com que foi laureado, ele declarou que "usará de seu prestígio internacional para respaldar a luta dos povos centro-americanos".

OPOSIÇÃO? SÁTIRA?  
 MOLECAGEM? SÓ NO  
**PASQUIM!**

TODA QUARTA-FEIRA  
 NAS BANCAS!

MAS FAZENDO UMA  
 ASSINATURA SAI  
 MAIS BARATO!



EDITORA CODECRI LTDA.  
 Rua Saint Roman, 142 — Copacabana  
 22.071 — Rio de Janeiro — RJ.

quero fazer uma assinatura do PASQUIM. Para  
 isso estou enviando cheque nominal à EDITORA  
 CODECRI LTDA. no valor e prazo anotados  
 abaixo.

**Assinatura  
 anual  
 7.400,00**

**Assinatura  
 semestral  
 4.100,00**

EXTERIOR - 150 dólares

EXTERIOR - 90 dólares

NOME	
ENDEREÇO	
CEP	EST
CIDADE	

## “Os negócios da CIA”



Um produtor norte-americano faz um filme sobre a poderosa Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos, mostrando os depoimentos dos próprios agentes e funcionários

Roberto Bardini

Cinco anos de pesquisa — paciente, difícil — iniciada em 1975 nos arquivos de noticiários de Washington, Nova Iorque, Los Angeles, Londres, Paris e Havana; 180 horas de entrevistas com mais de 60 pessoas, muitas dentre elas consideradas “inacessíveis” à imprensa; 500 horas de filmagem “ao vivo”; problemas

econômicos, dificuldades técnicas; o resultado de tudo isso foi “Os negócios da CIA” (*On Company Business*), filme de três horas de duração que resume 35 anos de atividades da “companhia”, iniciadas no fim da Segunda Guerra Mundial.

Depois, vieram os prêmios em dez festivais internacionais de cinema, entre eles os de Cannes, Berlim, Havana e o do Real Arquivo de Cinema da Bélgica. E também as pressões e as ameaças, provenientes — como era de se esperar — da “estrela” principal do filme: a Agência Central de Inteligência (CIA).

Não era para menos. Quase toda a história da CIA — um dos

principais e mais perigosos instrumentos de desestabilização com que contam os Estados Unidos — é sintetizada em três horas de projeção. Desfilam na tela, o Plano Marshall, a derrubada de Jacobo Arbenz na Guatemala, os assassinatos de Patrice Lumumba, Leonidas Trujillo e Ngo Dinh Diem, o fracasso da invasão da Baía dos Porcos (ou *Playa Girón*, para os cubanos), o papel da AFL-CIO, a agitação democratacristã no Brasil, as tentativas fracassadas de assassinar Fidel Castro, a presença de agentes no Uruguai, a desestabilização no Chile, os mercenários em Angola, o apoio ao xá Reza Pahlevi no Irã, organizações paramilitares, derrubadas de presidentes, torturas de prisioneiros políticos. O “currículo”, em suma, do inimigo número um do Terceiro Mundo.

O espectador toma conhecimento, por exemplo, que a CIA foi a primeira organização que detetou os efeitos do ácido lisérgico (LSD) e que o utilizou para martirizar presos políticos e fazê-los confessar. Ou que o México é considerado um país chave porque possui petróleo e “tem muitos exilados”.

“Fomos de país em país, empossando ditadores, derrubando governos, elaborando golpes de Estado: é o nosso trabalho”, reconhece um dos entrevistados. E os que falam diante das câmaras sabem o que estão dizendo: são ex-funcionários da “companhia”, de simples contadores até diretores, passando por agentes especiais e embaixadores. Aparecem no filme, além do mais, três dos mais conhecidos “renegados” da Agência: Phillip Agee, Víctor Marchetti e John Stockwell. Os demais entrevistados são exibidos ao público pela primeira vez.

### Saber a verdade

O responsável pelo filme chama-se Allan Frankovich, nascido



em Nova Iorque em 1941. Ele passou 20 anos de sua vida na América Latina e viveu na Bolívia, no Chile e no Peru, onde estudou na Universidade de São Marcos, em Lima. Posteriormente, graduou-se em Arte pela Universidade de Notre Dame, Indiana, e cursou o mestrado em Berkeley, Califórnia. Trabalhou como câmera, roteirista e ator.

A idéia de fazer o filme — explicou Frankovich — surgiu em 1975, quando a CIA monopolizou a atenção nos Estados Unidos em decorrência do “escândalo Watergate” — divulgado por Bob Woodward e Carl Bernstein, repórteres do *Washington Post* — que provocou a renúncia do presidente Richard Nixon.

“Existia uma preocupação no país, nos partidos políticos e no Congresso. As pessoas queriam saber a verdade e estavam dispo-

tas a falar. Então tive uma idéia. Mas percebi que não podia fazer nada através dos meios de comunicação existentes”, assinala o produtor do filme.

Frankovich faz o seguinte comentário a respeito das pressões anteriores: “A CIA não se incomoda de que 10 ou 20 mil pessoas tomem conhecimento de seu trabalho. Está habituada. Mas quando suas atividades chegam ao grande público do mundo inteiro, aí ela começa a se inquietar”. E dá alguns exemplos: “Na Austrália, enquanto ‘Os negócios da CIA’ estava em exibição, o embaixador norte-americano ameaçou o Partido Trabalhista — então no governo — com a retirada do apoio nas próximas eleições. Na Nicarágua, a representação diplomática dos Estados Unidos apresentou uma nota oficial de protesto ao governo

sandinista por causa de minha presença no país”. Inclusive, a imprensa de direita e vários políticos acusaram Frankovich de estar financiado “por Moscou” e vinculado ao “terrorismo internacional”.

### Conexões

“A CIA tem jornalistas pagos nas páginas editoriais da imprensa de quase todo mundo”, afirma Allan Frankovich. William Colby, ex-diretor da Agência Central de Inteligência, confirma alguns casos no filme. Menciona, por exemplo, que Joseph Smith financiava em Buenos Aires o *Noticiero Argentino* (cinematográfico) para controlar a linha internacional. Em 1963, Smith trabalhava na Venezuela para a agência *Copy News Service* — vinculada à CIA — e fornecia armas a contra-revolucionários cubanos.

Frankovich citou também os vínculos entre a “companhia” e Sig Mickelson, presidente da CBS, em 1954, o norte-americano Edward Copley e o chileno Agustín Edwards — ambos diretores da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) — e com o atual presidente da Costa Rica, Luís Alberto Monge, na época em que trabalhava para a Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (Orit). “O sr. Otero, adido de imprensa da embaixada do Chile em Washington na época em que Orlando Letelier foi assassinado, trabalha para a UPI e para a CIA. Em geral, a UPI e a AP têm fortes conexões com a Agência”, assinala o cineasta norte-americano.

Allan Frankovich vai continuar trabalhando. Seu objetivo continua sendo o mesmo: denunciar a CIA com o intuito de que essas denúncias atinjam o maior número possível de pessoas. A “companhia” é muito ativa e não respeita fronteiras. Aqueles que a combatem — com meios muito mais modestos — também não conseguem descansar. ●



### Proposta grega: as obras de arte voltariam às suas origens

O pedido da famosa atriz e ministra da Cultura da Grécia, Melina Mercuri, feito oficialmente ao Museu Britânico para que restitua os célebres mármores do Partenon — comprados pela Inglaterra no início do século 19 por Lord Elgin — causou apreensão nos museus de quase todo o mundo. Os museus temem que a iniciativa grega seja levada adiante e imitada por outros governos, pois perderiam grande parte de seus acervos.

Prevê-se, caso a idéia prospere, a formação de uma extensa fila na maioria das capitais europeias, integradas por embaixadores que reclamam a devolução a seus países de origem das obras de arte confiscadas em diferentes épocas, objeto de pilhagens através da história.

### México: ensino bilíngue para crianças indígenas

Segundo dados distribuídos pela Secretaria de Educação Pública do México (SEP) a edição de livros para o ensino bilíngue a grupos indígenas por parte do governo já atinge 40 línguas com 70 variantes dialetais.

Foram publicados nos últimos quatro anos mais de três milhões de exemplares, que servem de base ao ensino primário e pré-escolar em espanhol e em suas línguas nativas a mais de 600 mil crianças indígenas.

O antropólogo Salomón Nahmad, diretor-geral de Educação Indígena da SEP, calculou que durante os últimos quatro anos se chegou a cobrir 85% da educação bilíngue de pré-escolares e escolares indígenas, tarefa levada a cabo por 22 mil professores bilíngues, juntamente com três mil auxiliares.

Por sua vez, representantes de comunidades indígenas e especialistas qualificados classificaram essa ação como "o maior esforço já feito em termos de educação indígena no México". O programa conta com um orçamento que partiu de 720 mil dólares em 1977 chegando, no ano passado, à casa dos 200 milhões de dólares.

Mas, apesar desses avanços significativos, as autoridades mexicanas e os peritos na matéria admitem que falta muito para se atingir os objetivos e para introduzir em textos bilíngues 16 das 56 línguas indígenas e 200 das 270 variantes dialetais existentes em uma população de 8 milhões de pessoas distribuídas em 82 etnias diferentes. Apesar dos esforços realizados, existem ainda 200 mil crianças em idade pré-escolar e escolar marginalizadas da educação bilíngue.

### "As mulheres"

Foi lançada no início de dezembro em São Paulo, pela Editora Global, a coleção "As mulheres", que trata da problemática feminina em geral e principalmente no Terceiro Mundo. A coleção pretende quebrar o silêncio imposto às mulheres e abrir às brasileiras um meio de informação que lhes permita conhecer mais da realidade da mulher de outros países. A coordenação de "As mulheres" está sendo feita por Moema Viezzer, professora e pesquisadora gaúcha, autora, entre outros trabalhos, de "Se me deixam falar...", comumente testemunho de Domitila de Chungara sobre a resistência do povo boliviano em geral e a luta dos mineiros de seu país, em particular, contra as sucessivas ditaduras originadas de golpes de Estado. "Se me deixam falar..." será reeditado na coleção.

Agora, Moema Viezzer publica na coleção "As mulheres" outra obra sua: "Se alguém quiser saber...", na qual trata da situação da mulher operária, do trabalho invisível da dona-de-casa, desvendando mecanismos gerais que mantêm a injusta subordinação da mulher. Outros dois títulos da coleção já prontos são "Estamos despertando" e "A face oculta de Eva". O primeiro, de Margaret Randall — jornalista norte-americana, radicada atualmente na Nicarágua — descreve a complexa luta da mulher nicaraguense, enfatizando seu papel durante a guerra e sua determinação de não perder o espaço conquistado durante a luta de libertação. O segundo, de Nawal El Saadawi — psiquiatra egípcia — tenta desfazer a imagem da mulher árabe transmitida pela literatura — geralmente exótica e inexata — que não aborda os aspectos positivos da cultura islâmica, nem a luta das mulheres para se constituir numa força capaz de conquistar sua emancipação.

O projeto da coleção "As mulheres" prevê o lançamento de quatro livros por ano.

**ESPECIAL**

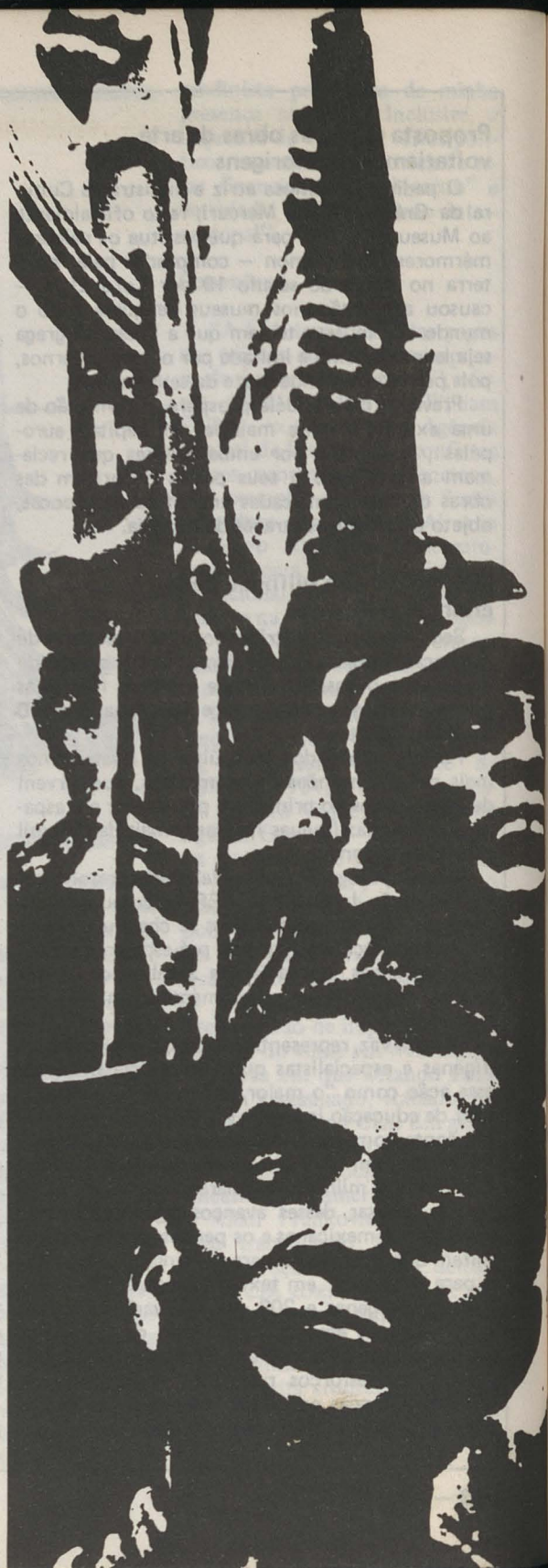
# África Austral

Nos últimos meses, a região da África Austral tem se convertido num dos pontos mais "quentes" do planeta, junto com o Oriente Médio e a América Central.

No caso do sul do continente africano, trata-se da luta dos regimes africanos progressistas — nomeadamente Angola, Zimbábue e Moçambique — por se consolidar e estruturar, enfrentando o desafio da permanente ameaça que sobre eles paira, de uma agressão em grande escala por parte do regime de Pretória.

Os sul-africanos não têm dissimulado o seu descontentamento — e mais ainda, o seu temor — perante as consequências que a consolidação desses regimes democráticos e socialistas fronteiriços poderão acarretar para a sua própria sobrevivência, já que se tornam pontos de referência dos movimentos revolucionários e nacionalistas da própria África do Sul. Assim, os racistas não têm poupado esforços para impedir que esses países se convertam em Estados política, econômica e socialmente independentes e avançados. A sabotagem econômica e as agressões militares passaram a ser o pão de cada dia para os sofridos povos moçambicano, angolano, zimbábueano. . .

Nesse *especial*, oferecemos aos nossos leitores uma avaliação dessas agressões e das consequências que elas estão acarretando para aqueles governos que em Luanda, Harare e Maputo enfrentam o desafio de construir uma sociedade nova e igualitária nas fronteiras do *apartheid*.





## A África do Sul intensifica a guerra não declarada

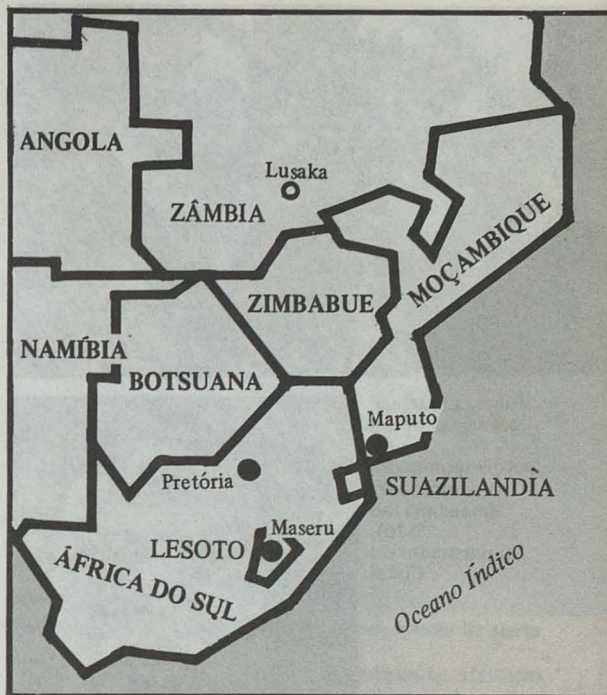
A sabotagem econômica, a agressão militar e os assassinatos maciços são armas usadas por Pretória — cada vez com maior intensidade — para evitar a consolidação dos regimes independentes da África Austral

Etevaldo Hipólito

**D**ando mostras de capacidade de planificação e coordenação, comandos da África do Sul realizaram duas importantes incursões no início do mês de dezembro fora das suas fronteiras. Na mesma madrugada, atacaram casas de refugiados na capital do Lesoto e destruíram, em território moçambicano, depósitos de combustíveis da empresa *British Petroleum*. Essas ações ocorreram poucas semanas após o governo dos Estados Unidos ter indicado, através do seu vice-presidente, George Bush, que o regime de Botha sentia-se ameaçado pelos Estados vizinhos e que se encontrava “prestes a utilizar seu enorme arsenal militar para conter toda ameaça de agressão da parte de guerrilheiros ou de forças convencionais”. O fato de Bush, que se encontrava de visita a alguns países da região, ter retomado as alegações de Pretória sem qualquer manifestação de restrições quanto ao seu absurdo, foi interpretado nos meios diplomáticos locais como um aval da administração Reagan a operações militares visando a desestabilização de regimes que não sintonizem com os seus projetos. “Consentimento moral” veio a ser a expressão mais utilizada para explicar o significado das declarações.

### Sangue de inocentes

Maseru, capital de Lesoto, conta com apenas 50 mil habitantes e os soldados encontraram pouca resistência no seu caminho até os alvos visados. Du-



Verdadeira ilha no interior da África do Sul, o Reino do Lesoto sofre fortes pressões racistas

rante mais de uma hora, o comando atacou 12 prédios situados em subúrbios residenciais e áreas comerciais. No final da operação, 41 corpos seminus jaziam sobre poças de sangue enquanto o general Constand Viljoen, chefe do estado maior do exército sul-africano afirmava que a matança fora necessária para evitar “uma campanha de derramamento de sangue de inocentes durante o Natal”. Contrariando porém essa versão dos acontecimentos, o chanceler do Lesoto, Charles Molapo, afirmaria que o seu país recebe refugiados de acordo com os termos da Convenção de Genebra e toma medidas para que eles não façam do território um trampolim contra a África do Sul. Nem todos os mortos eram cidadãos sul-africanos, ao contrário do que anunciou o governo de Pretória em nota distribuída à imprensa e na qual foram identificados como membros do *African National Congress* (ANC).

O ataque contra os tanques de combustíveis em Moçambique, segundo a agência oficial que divulgou a informação, apresenta “características idênticas e tem a mesma natureza das outras promovidas pelos racistas sul-africanos contra as instalações da refinaria de Luanda, a ponte do Pungue e as bóias de sinalização do acesso ao porto da Beira”.



Jonathan (acima, esquerda) optou pela autodeterminação, ao contrário de Matanzima (ao lado), administrador do Ciskei



O produto neles armazenado destinava-se ao Malawi e ao Zimbábue, tendo a operação sido descrita como uma tentativa para comprometer o desenvolvimento econômico de Moçambique e os êxitos alcançados na cooperação regional.

#### Uma extensão de Pretória

A operação realizada por forças do exército sul-africano contra o Reino do Lesoto nada mais é que um novo episódio na longa série de pressões a que Pretória vem submetendo o governo de Maseru. Os atentados contra altos dirigentes, inclusive o primeiro-ministro Leabwa Jonathan, somam-se aos atos de terror visando militantes anti-apartheid que tiveram que tomar o caminho do exílio. A própria situação geográfica do país — uma “ilha” completamente rodeada pela África do Sul — se por um lado ressalta e valoriza de forma dramática a firme resistência encontrada em áreas sensíveis como a política, a econômica e a militar, por outro, facilita o êxito de tais incursões.

Além das sabotagens realizadas dentro de unidades estratégicas situadas na capital, uma parte apre-

ciável dos ataques foi desfechada a partir da linha de fronteira que separa os dois países. O autodenominado LLA, *Lesotho Liberation Army* (Exército de Libertação do Lesoto) não encontra grandes problemas para disparar de posições assentadas na África do Sul e assim fustigar o território vizinho de diferentes pontos ao seu redor. Sempre ágeis quando se trata de identificar e deter membros da oposição armada ou não, os dirigentes racistas dão mostras de uma surpreendente incapacidade de ação diante dessas operações militares, multiplicando-se em consequência os desmentidos oficiais sobre qualquer tipo de apoio ao LLA.

Os comunicados divulgados pelo governo de nenhuma forma conseguiram negar um fato de há muito comprovado: o seu cada vez maior envolvimento direto em todo o processo de desestabilização que, neste momento, sacode a África Austral. Tanto no Lesoto como em Moçambique, o regime do apartheid tenta chegar a uma situação como aquela criada pela Unita em Angola. Utilizando um punhado de renegados, seria possível, de acordo com o seu raciocínio, montar uma “oposição” forte o suficiente para dar cobertura a agressões de maior vulto. A necessidade de manter ativo todo um aparato militar é explicada pela incapacidade de tais grupos se tornarem, realmente, alternativas politicamente viáveis dentro dos seus próprios países. No plano interno, a sua presença, enquanto organização que reclama respaldo popular, é completamente nula, situação que obriga a uma interferência menos camuflada contra os governos do presidente Samora Machel e do primeiro-ministro Leabwa Jonathan.

#### Agora, os esquadrões da morte

Ao lado da manipulação desses grupos constituídos por marginais e apátridas atuando sob uma determinada sigla, Pretória prepara-se para lançar mão de comandos que em muito lembram os tristemente célebres “esquadrões da morte” utilizados pelas ditaduras latino-americanas. No mês de novembro último, as agências noticiosas davam os primeiros detalhes vindos a público sobre o plano já em marcha. De acordo com as informações disponíveis, destacamentos especiais estão sendo formados nos bantustões do Ciskei e Transkei, sob a supervisão de “instrutores de certos países ocidentais”. Bases secretas encontram-se instaladas no primeiro desses Estados fantoches para a preparação de grupos especializados em luta antiguerilha.

Os dirigentes do Ciskei não escondem que esses destacamentos serão utilizados em parte para conter o descontentamento popular nos territórios

sob a sua administração, devendo por outro lado serem enviados para a execução de missões especiais nos países vizinhos. Desde agora, ficou acertada a sua participação no combate aos militantes do ANC, evidenciando-se assim o caráter reacionário e colaboracionista das administrações nomeadas para os bantustões. O reforço do aparelho repressivo existente nessas áreas é visto pelo regime de Pretória como parte inseparável da sua segurança e estabilidade.

Não constitui nenhuma novidade a denúncia do papel que a CIA norte-americana desempenha em toda essa trama. Como ficou demonstrado por ocasião do ataque realizado há mais de um ano contra residências de refugiados sul-africanos em Maputo, capital moçambicana, agentes dessa organização de espionagem forneceram à Boss (os serviços secretos de Botha) as informações que tornaram possível a operação. Num seminário internacional organizado pelo Conselho Mundial da Paz na Guiné-Conácri em data recente, a Swapo viria uma vez mais referir-se à estreita colaboração existente entre uma e outra instituição. O representante dos patriotas namibianos anunciou durante o encontro que documentos em poder do movimento liderado por Sam Nujoma constituíam importantes provas do envolvimento dos Estados Unidos em ações visando à desestabilização da África Austral. Os serviços de espionagem de Washington e Pretória — segundo acentuou o representante da Swapo — operam de acordo com um plano conjunto desenhado para neutralizar os países da Linha da Frente (Angola, Namíbia, Botsuana, Zâmbia, Zimbábue e Moçambique), e os movimentos de libertação nacional.

Todo o aparato de subversão montado na região — CIA, Boss, quadrilhas armadas e destacamentos especiais, entre outros — indicam o grau de preocupação experimentado pelo imperialismo norte-americano e os seus aliados perante o panorama político existente nessa parte da África. Ao contrário daquilo que sempre tentaram fazer crer, o processo de descolonização não se conteve nos limites de uma independência meramente formal mas caminha a passos largos para uma expressão mais profunda, que passa pela rejeição de qualquer tipo de tutela. Daí a necessidade de tentar torcer por todos os meios a situação a seu favor. O Lesoto optou pela via da autodeterminação, participando ativamente das iniciativas que a nível regional tentam romper os vínculos de dependência existentes com a África do Sul.

### Moçambique sob ameaça

Um estudo, mesmo sumário, da situação em vi-



Mulheres moçambicanas: em permanente estado de alerta

gor hoje na parte austral do continente africano permite verificar que os planos militares do governo de Pretória para a região são bastante ambiciosos. Sobre a sua marcha, porta-vozes oficiais se encarregam de informar os avanços verificados na construção de novas bases e na introdução de novos tipos de armamentos. O coronel G. Neil, por exemplo, responsável pelo comando da área de Walvis Bay, declarou à agência sul-africana *Sapa* que uma nova base será construída nesse enclave situado na Namíbia. O início das obras terá lugar nos primeiros meses de 1984, incluindo o projeto para a reconstrução de instalações do principal centro existente e a construção de mais casas para o pessoal militar.

No tocante à África Oriental, uma notícia que causou grande preocupação refere-se à instalação de uma moderna base aérea em Louis Trichart, na província do Transvaal. De acordo com o jornal sul-africano *Citizen*, os planos contam com o apoio da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, devendo estar concluídos em 1986. O complexo, situado junto às fronteiras de Moçambique, Zimbábue e Botsuana, contará com pistas para todo tipo de aviões de combate.

O *Citizen* disse ainda que o projeto foi acertado em Pretória logo após a chegada do novo adido militar norte-americano. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) espera com essa base contar com um eficiente ponto de apoio no con-

## DESCOBERTA UMA RICA JAZIDA DE SAL EM MOÇAMBIQUE

□ Conhecida como o "celeiro do país" em consequência das perspectivas apresentadas no campo da agricultura, a região do Limpopo viria ganhar notoriedade nos últimos meses com a descoberta da mais importante reserva de sal já feita em Moçambique. Os primeiros estudos indicam que o potencial de extração situa-se em torno dos 50 milhões de toneladas, um apreciável volume de matéria-prima que não só responderá à demanda interna como deverá gerar divisas.

Os estudos que conduziram à localização das jazidas fazem parte de um programa especial planejado pela Secretaria de Estado da Região do Limpopo e Incomati para a realização do levantamento dos recursos econômicos existentes em toda a área. Criado em 1979, ele tem sob a sua responsabilidade 10 milhões de hectares de florestas, pastagens, zonas cultiváveis e efetivamente cultivadas. O projeto diretamente relacionado com a descoberta é conhecido como Esquema Geral e suas pesquisas abrangem os aspectos hidrológicos, pedológicos, climáticos e geológicos.

A análise dos dados levantados permitiu identificar a presença de um lençol subterrâneo de água salgada, um verdadeiro lago subterrâneo, situado a uma profundidade que varia entre 10 e 20 metros e separado da superfície por uma espessa camada de natureza argilosa. A pequena profundidade da jazida e as condições climáticas locais — clima tropical seco e ventos médios de 7 km/hora — permitem prever a extração de água salgada por aerobombas. Calcula-se, com base numa primeira análise, que um hectare da salina produzirá aproximadamente 125 toneladas por ano.

Estima-se em 350 milhões de metros cúbicos o volume de água contida no lençol, que cobre uma área equivalente a 50 quilômetros quadrados, esperando o governo moçambicano dele extrair cerca de 5 milhões de toneladas de cloreto de sódio. Por outro lado, as análises feitas deter-

minaram a existência ainda de carboneto e bicarbonato de sódio, numa concentração média de 0,5 kg por metro cúbico. Do primeiro destes produtos será possível obter-se 150 mil toneladas.

### Economia de divisas

A exploração racional da jazida descoberta permitirá canalizar divisas para outros projetos de desenvolvimento igualmente importantes. O país importa anualmente cerca de quatro mil toneladas de soda cáustica e 750 de PVC — cloreto de polivinilo, um dos subprodutos do cloro — desembolsando em contrapartida algo em torno dos 3 milhões e meio de dólares.

No que diz respeito à exportação para os países vizinhos, para o corrente ano estava programada a venda de 24 mil toneladas, ao preço de 2,6 meticais<sup>1</sup> por quilograma. Os 5 milhões de toneladas potencialmente extraíveis representariam, de acordo com esta cotação, aproximadamente 32 milhões de dólares em divisas.

### Importância para a SADCC

A região onde foi feita a descoberta encontra-se na província de Gaza, no sul do país, não muito distante da zona cortada pela linha férrea que une Moçambique ao Zimbábue. Isto indica que os custos de transporte para os países limítrofes tornarão o produto bastante competitivo no mercado regional.

A exportação da jazida é acompanhada com interesse pelos nove membros da Southern African Development Coordination Conference<sup>2</sup> (SADCC), que nela vêem a alternativa para os preços impostos pelos fornecedores tradicionais. Os países que integram a SADCC — Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue — poderão contar durante os próximos anos com um importante leque de produtos, em estado bruto ou derivados, praticamente às suas portas. (Etevaldo Hipólito)

1) 1 dólar equivale a 39,95 meticais.

2) Fundada em maio de 1980, a SADCC é uma organização de cunho regional que tem como meta romper a dependência econômica existente com a África do Sul. A Comunidade Econômica Européia (CEE) e o Fundo do Kuwait estão entre algumas das organizações internacionais que têm apoiado os seus membros, além dos organismos especializados das Nações Unidas.

trole dos países da região. A consequência imediata das novas instalações será o aumento do fluxo de armas e munições destinadas aos comandos sul-africanos que atuam no interior de Moçambique. As grandes perdas verificadas em homens e material decorrentes da firme atuação por parte das forças de defesa e segurança moçambicanas obrigaram o governo racista do primeiro-ministro Piether Botha a dar maior envergadura a essa autêntica guerra não-declarada.

Na área de equipamentos, fontes oficiais da marinha indicaram que se encontra em curso um vasto programa de ampliação do potencial de fogo existente. Com insistência, foi sublinhado o fato de o país já produzir navios de guerra, carros blindados, mísseis e sofisticados aparelhos de comunicações. Esse armamento vem sendo testado na guerra movida contra o povo namibiano e nas operações levadas a cabo no sul de Angola.

### Violação de fronteiras

É importante ressaltar que há mais de um ano os racistas promovem a concentração de tropas junto à fronteira com Moçambique. Esse fato foi várias vezes denunciado pelo governo de Maputo, que nele viu uma clara manobra de invasão militar direta. No decorrer do ano de 1982, a aviação sul-africana realizou um sem-número de missões sobre a parte sul do território moçambicano, ao mesmo tempo que forças regulares violavam a linha de fronteira entre os dois países. Referindo-se a incidentes montados pela África do Sul, o Estado-Maior das Forças Armadas de Moçambique (FPLM) comentou que eles se assemelham em muito aos pretextos invocados por Hitler, no começo da Segunda Guerra Mundial, para justificar os seus planos expansionistas. Tais manobras têm ainda muito em comum com as que servem de pretexto para novas agressões contra a República Popular de Angola.

Da parte dos dirigentes sul-africanos não há o menor intento de esconder os seus planos agressivos. As declarações do general Magnus Malan, feitas em agosto durante um congresso do Partido Nacional, continuaram a ser repetidas ao longo do ano. Naquela altura, tinha circulado a informação segundo a qual mais de 50 mil soldados encontravam-se concentrados nas proximidades da fronteira com Moçambique. Havia a suspeita de que equipamentos testados durante a guerra das Malvinas tinham sido instalados na área.

O ministro da Defesa afirmou então que as tropas sul-africanas poderiam invadir qualquer país vizinho, bastando para isso Pretória sentir-se ameaça-



Moçambique: alvo de Pretória, como o Zimbabwe

da. Referindo-se aos ataques desencadeados por Israel contra o Líbano, não deixou quaisquer dúvidas quanto aos seus planos para agredir a República Popular de Moçambique.

### Contra o Zimbabwe

O Zimbabwe aparece na lista de preocupações do governo sul-africano como um dos alvos prioritários, ao lado de Moçambique. Enquanto que neste último país se encontram em curso importantes projetos de recuperação econômica (neles se incluindo aqueles determinados pela SADCC — Conferência para a Cooperação e Desenvolvimento da África Austral — no campo das comunicações e transportes), na ex-Rodésia, o ponto principal está na capacidade comprovada no setor agrícola. Os resultados obtidos em produtos como, por exemplo, o milho, tornaram promissores os planos estabelecidos por organizações internacionais logo após a independência para que essa parte do continente africano alcance a suficiência em matéria de alimentos.

Com o objetivo de lançar por terra tal pretensão os sul-africanos intensificaram as pressões de todo tipo sobre os dirigentes de Harare (ex-Salisbury). Atentados contra quadros dirigentes, emboscadas, sabotagens, ondas de boatos alarmistas, todo um sortido arsenal de manobras passou a ser utilizado com audácia crescente. Contra aquelas pessoas que apóiam o governo do primeiro-ministro Robert Mugabe, grupos contra-revolucionários empreendem uma verdadeira onda de terror, destruindo casas, incendiando ônibus e inutilizando vias de transporte.

A magnitude do plano de desestabilização veio

a público quando Emmerson Munangagwa, titular da pasta da Segurança, denunciou a existência de quatro campos nas proximidades de Messina, para o treinamento de quadrilhas armadas. De acordo com a agência de informação zimbabueana *Ziana*, um desses locais está reservado para adeptos de Joshua Nkomo, enquanto que dois outros oferecem treinamento ao exército privado do bispo anglicano Abel Muzorewa. O quarto campo encarrega-se de pessoas recrutadas ou simplesmente raptadas no interior do Zimbabue, enquadrando-as militarmente.

Todas essas instalações encontram-se nas proximidades da fronteira não muito distante de Beitbrigde, numa área entre o rio Limpopo e uma estrada construída pelos sul-africanos ao longo da linha divisória. Essa rodovia está sendo utilizada por Pretória para patrulhar a região, segundo a versão oficial do governo de P. W. Botha. As informações sobre a verdadeira finalidade desses locais foram fornecidas por zimbabueanos que deles conseguiram fugir. No total, cinco mil homens em armas estariam sendo preparados para o desencadeamento de diversos atos de sabotagem em todo o país.

#### Porque o apoio de Reagan

Excetuando-se o nazifascismo, poucos regimes mereceram uma condenação tão unânime como a que vem sendo manifestada em torno do *apartheid*. Um paralelo somente poderá ser estabelecido, em termos de constância e volume de críticas, com a repulsa causada pelas consequências do sionismo, tal como há pouco foi possível presenciar no Líbano. A ideologia do governo de Pretória é rechaçada não só porque coloca a cor da pele como medida entre os homens, mas também por constituir, enquanto base de pensamento de um Estado, um perigo para outras nações.

Essa constatação tão óbvia veio a ser novamente sublinhada durante uma apresentação, na televisão norte-americana, de um documentário de 60 minutos sobre o apoio da administração Reagan ao governo da África do Sul. A conclusão dos produtores do programa é que o complexo industrial-militar necessita dos recursos minerais controlados pelos racistas, tolerando dessa forma, o *apartheid*. A política de "vista grossa" perante prática tão desumana encontra justificativa na urgência de se manter o fluxo normal de material considerado estratégico.

Segundo o jornal sul-africano *The Star*, o programa definiu como minerais estratégicos aqueles que se encontrem em "áreas vulneráveis ou em países inimigos" e sejam essenciais para cobrir as ne-

cessidades dos Estados Unidos. Como exemplo da dependência para com os recursos da África do Sul, foi citado o caso dos aviões F-15 que empregam cerca de sete quilos de cromo por aparelho. A maior parte desse material é fornecido por Pretória.

Outros fatores, além da riqueza do subsolo, foram também apontados para fundamentar as vantagens do mercado oferecido pela África do Sul e, a partir daí, justificar outras formas de intercâmbio. Como não podia deixar de ser, não faltou a referência à "dominação comunista ou sua influência" nos países vizinhos. Também mereceu destaque um pretenso plano dos soviéticos para controlar todo o estoque mundial de minerais estratégicos.

O argumento principal, no entanto, e que de forma clara estabelece o vínculo entre discriminação racial e preço competitivo de um produto está na alegação de que, ao lado da sua capacidade industrial, a África do Sul contaria hoje com a força de trabalho mais produtiva, suficiente e a baixo preço do mundo. Todos esses dados, mais uma bem desenvolvida infra-estrutura de exploração e um sofisticado sistema de transportes, colocariam os minerais extraídos na área a preços verdadeiramente atraentes no mercado internacional. É evidente que não se abordou a questão das disparidades salariais entre negros e brancos e nem se tocou na função dos bantustões como verdadeiros parques de reserva de mão-de-obra farta e barata.

Outro ponto importante e que também não foi mencionado no programa, refere-se às consequências práticas do apoio manifestado pela administração Reagan ao governo de Piether Botha. Apesar das críticas internacionais, o regime racista amplia cada vez mais o seu campo de operações, estabelecendo em determinados casos pouca ou nenhuma diferença entre assuntos internos e externos. De forma alarmante, toma força a política de "ataque preventivo" colocada em prática por Israel e que tão condenáveis resultados já causou. Agindo com crescente desembaraço e impunidade, comandos e forças regulares sul-africanas incursionam contra os territórios de Angola, Moçambique ou Lesoto, sempre contando com a compreensão da Casa Branca.

O apoio oferecido ao regime do *apartheid* significa um aval a toda uma política que, neste momento, caminha para um confronto aberto com outros países da região. Enfileirar-se ao lado de Botha equivale, efetivamente, a definir-se perante um projeto político que traz um potencial explosivo capaz de convulsionar toda a África Austral e abalar as bases do sistema sobre o qual se assenta. ●

## O impasse continua

Apesar do otimismo demonstrado por alguns diplomatas ocidentais, a questão da independência da Namíbia continua sem solução a curto prazo

Carlos Castilho

**P**elas informações que circulam em Washington, não foi bem sucedida a ofensiva diplomática deflagrada pelo Departamento de Estado e pela Casa Branca, na África. Nos últimos três meses de 82, nada menos do que nove emissários de alto nível do governo norte-americano visitaram um total de 12 países da África Subsaariana, incluindo a África do Sul, para tentar vender o plano Reagan para a crise da Namíbia.

O vice-presidente George Bush, o secretário de Estado Assistente para a África, Chester Crocker, o diretor da Agência Central de Inteligência (CIA), William Casey, e personalidades como o ex-secretário de Estado Henry Kissinger foram alguns dos mais destacados participantes desta *blitzkrieg* cujo objetivo foi tentar impor a idéia de que a África do Sul pode sair da Namíbia, se os 20 mil cubanos em Angola também voltarem para casa.

Ainda não estão bem claros os motivos dessa súbita pressa de Washington em achar uma solução para a ocupação ilegal da Namíbia, que já se arrasta por mais de meio século. Por um lado, o presidente Reagan parece interessado em explorar as dificuldades econômicas de Angola, cujas rendas externas sofreram o impacto da redução dos preços das matérias-primas exportadas. O governo angolano procura financiamentos ocidentais no valor de 100 milhões de dólares e a Casa Branca pode estar usando essa necessidade para tentar uma chantagem.

Outro motivo, que parece estar por trás das



Sam Nujoma, líder da Swapo

mais recentes manobras norte-americanas na África, está diretamente ligado às pressões desenvolvidas pelos setores mais reacionários do Congresso dos Estados Unidos. Em outubro, os 30 membros do Comitê de Orientação do Partido Republicano mandaram uma carta para o Assessor de Segurança Nacional da Casa Branca, William Clark cobrando um maior apoio norte-americano ao grupo angolano anticomunista Unita — engajado em ações de sabotagem econômica — e à política racial reformista do primeiro-ministro sul-africano P. W. Botha.

Ian Butterfield, analista político da Fundação Heritage — um dos principais núcleos pensantes da direita norte-americana — e um amigo de Reagan, foi mais incisivo. Ele criticou o que chamou de “otimismo exagerado”, dos funcionários do Departamento de Estado e exigiu que o presidente não envolvesse diretamente o seu nome na questão da Namíbia, porque esta era “uma crise muito difícil”. Butterfield escreveu um artigo para o panfleto *Backgrounder* editado pela Fundação Heritage, afirmando que os Estados Unidos devem “acentuar o apoio a P. W. Botha para evitar que a situação na Namíbia e na África do Sul escape do controle ocidental”.

### O “ovo de Colombo”

Reagan tem se mostrado muito sensível aos ataques da extrema-direita norte-americana. Para o presidente, conseguir que os cubanos saiam de Angola seria alcançar uma grande vitória ideológica



Cena do filme sueco "A luta de libertação da Namíbia"

interna nos Estados Unidos e também do ponto de vista militar. O *staff* da Casa Branca pensou ter descoberto a solução "ovo de Colombo" quando passou a vincular a retirada sul-africana da Namíbia à retirada dos cubanos de Angola. Para os olhos norte-americanos, essa solução era a ideal, porque matava dois coelhos de uma só vez. A questão dos cubanos é essencial, já o problema da Namíbia é um mero apêndice, um jeito de agradar gregos e troianos, na ótica de Washington.

Mas os africanos, mesmo os menos radicais como Kenneth Kaunda, da Zâmbia, e Shehu Shagari, da Nigéria foram unânimes na condenação da barganha norte-americana. O ponto de vista angolano de que o problema dos cubanos não tem nada a ver com a questão da Namíbia é compartilhado pela maioria dos chefes de Estado africanos visitados pelo vice-presidente George Bush. Os governos africanos sabem que o problema da Namíbia, é muito mais antigo e muito mais importante para a unidade continental contra o *apartheid*, do que a presença de tropas estrangeiras em Angola.

O presidente do Quênia, Daniel Arap Moi, disse a Bush que a questão da Namíbia afeta todo o continente negro, enquanto a questão cubana deve ser resolvida pelos angolanos e só por eles. Os chefes de Estado visitados pelo vice-presidente deixaram claro a diferença de pontos de vista, resultante das realidades próprias de cada parte envolvida.

Mas a Casa Branca não desistiu. Continuou insistindo na tese da retirada conjunta, o que levou as

negociações sobre a Namíbia a um impasse total. A França, com o apoio indireto do Canadá, não gosta da idéia de vincular a retirada cubana à saída dos sul-africanos da ex-colônia alemã. O governo Mitterrand passou a sugerir a idéia de que Angola poderia aceitar a saída dos cubanos, se recebesse garantias físicas de que a África do Sul não voltaria a atacar. Garantias físicas foi o eufemismo diplomático usado para vender a idéia de uma força internacional de paz.

#### As dificuldades de Botha

Durante as delicadas negociações diplomáticas desenvolvidas por emissários franceses em Lisboa e Havana foram mencionadas duas hipóteses: a primeira era de uma força multinacional de paz organizada pela ONU; e a segunda, de que a força seria composta por contingentes da Nigéria, Quênia e Portugal, com apoio logístico francês. A África do Sul reagiu negativamente diante de ambas as sugestões. No caso da ONU, os sul-africanos insistem na recusa em reconhecer as Nações Unidas como uma parte diretamente envolvida na questão da Namíbia. E no que se refere à forma mista africana, o regime de Pretória vetou a participação nigeriana sob a alegação de que o governo de Lagos assumiu recentemente uma posição mais militante na luta contra o racismo.

O novo impasse surgido aconteceu no momento em que o primeiro-ministro sul-africano P. W. Botha fracassou em sua tentativa de impor um regime negro fantoche na Namíbia. Depois de tentar, em 1979, a criação de uma administração multi-racial dominada por brancos, o governo de Pretória resolveu trocar o apoio ao branco Dirk Mudge pelo negro Peter Kalangula, com o objetivo de transformar este último numa espécie de "Muzorewa" da Namíbia<sup>1</sup>. A decidida oposição da minoria branca no território dominado pela África do Sul anulou os planos de Botha, que mais uma vez se viu obrigado a apoiar todo o seu esforço colonialista na força militar direta.

Desde março de 82, todos os homens brancos entre 17 e 65 anos de idade estão sujeitos à convocação para o serviço militar a qualquer momento na África do Sul. Além disso, todos os homens brancos devem ficar dois anos no exército e depois

1) O bispo negro Abel Muzorewa foi escolhido para chefiar o governo rebelde da antiga Rodésia, em 1979, na derradeira tentativa dos brancos racistas de manter o poder no país que é hoje o Zimbábue. O governo Muzorewa durou menos de oito meses.





A Assembléa Geral das Nações Unidas enfrenta dificuldades cada vez maiores nas negociações para a independência do povo namibiano

são obrigados a dar um mês por ano de serviço militar durante oito anos. Atualmente, os sul-africanos têm 100 mil homens em armas e seu esforço bélico para manter o domínio sobre a Namíbia custa o equivalente a um pouco menos de um bilhão de dólares por ano.

### Uma política contraditória

Os sul-africanos, pressionados pela realidade interna e pelo agravamento das tensões militares, intensificaram a sua política de dubiedade em relação à Namíbia. Ao mesmo tempo em que mantêm a pressão militar, com o aprofundamento da ocupação de parte do território angolano na região do rio Cunene, e com ataques a todos os países vizinhos, no plano diplomático mostram, segundo a conveniência, posições menos rígidas. Na verdade, trata-se de uma estratégia destinada a confundir os adversários, agradar os norte-americanos e atenuar as pressões domésticas.

O governo de P. W. Botha enfrenta, no momento, fortes pressões do setor mais reacionário da minoria branca. Esse setor, liderado por Andries Treurnicht, é contra todas as tentativas de reformar ou modernizar o *apartheid*. O Partido Nacional "Duro" (HNP) de Treurnicht, vem crescendo sistematicamente nas últimas eleições, embora ainda sem ameaçar o poder do Partido Nacional, de Botha.

Na questão da Namíbia, o HNP, embora extremamente violento na sua linguagem militarista e

antiafricana, mostra-se disposto a recuar as defesas militares sul-africanas do rio Cunene para o rio Orange. Isto é, admite dar a independência à Namíbia. Em vez de arriscar toda a posição do *apartheid* na guerra contra a Swapo, o HNP mostra-se disposto a perder os anéis para conservar os dedos. O HNP não anuncia essa posição em público porque seria acusado de traição pelo Partido Nacional, mas vários de seus líderes já fizeram chegar o recado a Washington.

Esta foi talvez uma das principais razões pelas quais o ministro do Exterior da África do Sul, "Pik" Botha resolveu se encontrar pela primeira vez com um emissário angolano de alto nível. O encontro aconteceu na cidade de Praia, capital de Cabo Verde, nas primeiras semanas de dezembro. Além de Botha, estava na delegação sul-africana o general Magnus Malan, comandante supremo das forças militares do regime racista. O lado angolano era chefiado pelo ministro do Interior, tenente-coronel Alexandre Rodrigues. Nada foi revelado sobre o encontro que durou menos de cinco horas.

Dias depois do encontro Botha/Rodrigues, chegou a Praia o vice-primeiro-ministro de Cuba que veio se reunir com o primeiro-ministro de Cabo Verde, Pedro Pires. O governo caboverdiano foi o principal articulador do encontro entre sul-africanos e angolanos, que apesar de sua importância foi tratado com extrema discrição pelos meios jornalísticos. Apenas o jornal direitista *Tempo* de Portugal se arriscou a fazer prognósticos extremamente otimistas sobre os resultados da reunião. O jornal disse, sem comprovar, que a retirada das tropas cu-

banas era iminente e que logo depois disso haveria um acordo sobre a Namíbia. Porém, essa versão foi logo depois desmentida pelos dirigentes caboverdianos. E no fim da visita do dirigente cubano a Cabo Verde, os dois países assinaram um documento conjunto, no qual condenam a intenção de Pretória e de Washington de sujeitar a independência da Namíbia à retirada das tropas cubanas de Angola.

**Perspectivas**

Dias depois da reunião de Praia, a África do Sul deixou bem claro quem está impedindo um acordo, ao invadir o Lesoto, numa grave e sangrenta ofensiva militar.

Dentro de Angola, a questão da Namíbia também está provocando mudanças políticas. O presidente José Eduardo dos Santos recebeu poderes extras para decidir as questões mais importantes sobre o futuro de Angola.

Os últimos acontecimentos mostram que a questão da Namíbia está, no momento, na depen-

dência de quatro fatores: a situação interna na África do Sul, onde o crescimento dos extremistas de direita pode levar o primeiro-ministro P. W. Botha a ficar ainda mais agressivo no plano externo; a opção de Angola por uma linha de conduta mais ou menos intransigente; a situação de Ronald Reagan em sua discussão com os ultra-conservadores do Partido Republicano; e finalmente a posição de outros países envolvidos indiretamente na questão, como por exemplo Cuba, os países africanos da Linha da Frente, Portugal e os governos do chamado "Grupo de Contato" - França, Inglaterra, Canadá e Alemanha Ocidental.

A soma dessas variáveis indica que no momento a situação é indefinida. Não há motivos aparentes para o ufanismo de alguns jornais e de alguns diplomatas ocidentais. Pelo contrário, o mais realista é o pessimismo resultante da intransigência norte-americana em exigir de qualquer maneira a retirada cubana de Angola e da determinação sul-africana de manter e até acentuar, dependendo das circunstâncias internas, as agressões militares contra países vizinhos.

ASSINE

**BARRICADA**  
INTERNACIONAL



Assinatura semestral:	
América Central	US\$ 4.80
EUA, América do Sul, Caribe e México	US\$ 6.00
Nicarágua	C\$ 36.00
Europa e Canadá	US\$ 9.60
Outros países	US\$ 12.00

**Órgão de difusão para o exterior da Frente Sandinista de Libertação Nacional - FSLN**

Nome: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_  
 Estado: \_\_\_\_\_ País: \_\_\_\_\_

Vale Postal \_\_\_\_\_  
 Cheque nº \_\_\_\_\_ em nome do Diário Barricada  
 Endereço: **BARRICADA Internacional**  
**Apdo. No. 576 Manágua**  
**Nicarágua**  
**Telex: 1705 BARR Telf: 748-85**

# “Este é o momento de atacar”

Para o dr. Franz Lee, nascido no país do *apartheid*, o movimento de libertação se unifica e está disposto a usar novas armas; à guerrilha tradicional soma-se agora a “guerrilha econômica e tecnológica”

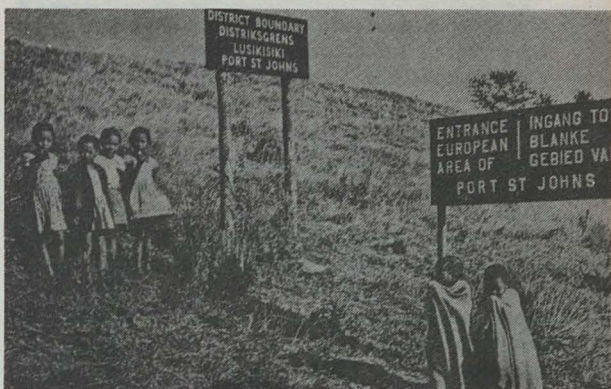
Germán Wettstein

O dr. Franz Lee, pesquisador de tempo integral da Universidade dos Andes, em Mérida, Venezuela, especialista na Guiana, abandonou sua cátedra para se transferir a uma universidade nigeriana. Essa mudança obedece, mais que a motivos pessoais, à intenção de se aproximar de sua pátria sul-africana para melhor contribuir na luta contra o *apartheid*.

Germán Wettstein, nosso correspondente na Venezuela, descobre no professor Lee um verdadeiro “guerrilheiro acadêmico” e revela nesta entrevista aspectos desconhecidos da guerra de libertação no Cone Sul da África, que também é travada nos meios universitários e no seio das próprias corporações transnacionais.

*Sua reaproximação com a África do Sul é apenas uma circunstância pessoal ou reflete uma nova etapa na luta pela revolução?*

— Os processos revolucionários que se desenvolvem atualmente estão inseridos no período de transição, da revolução social à revolução econômica. A partir daí, e levando em conta a situação econômica da República da África do Sul, pode-se falar das excelentes condições para uma revolução. A África do Sul é o país mais industrializado, mais desenvolvido, ao sul da Itália, em todo o hemisfério sul. Tem uma longa história de lutas trabalhistas, de mais de 300 anos, que remonta à época em que o homem branco pôs os pés nessa parte do continente, em 1652.



Limite da zona “européia” de Porto St. Johns

E essa industrialização atual, com uma tecnologia muito desenvolvida, gerou uma elevada consciência no proletariado. Este não apresenta nenhuma dificuldade de identificação — como acontece na América Latina — porque existem exemplos clássicos determinados pela estrutura de classes, descrita na análise marxista.

Pois bem, por que é que essa revolução sul-africana é importante no contexto da Revolução africana global? Porque é a primeira revolução social com uma base econômica para instrumentar o socialismo a nível superior, o que nenhum país do Terceiro Mundo pôde atingir até agora.

*Como uruguaio, estou diretamente preocupado com a situação da África do Sul, pois nunca houve em toda a história dos países do Cone Sul da América Latina tantos vínculos entre as atuais ditaduras e o regime racista sul-africano. Não só através de um intenso intercâmbio comercial, mas até nas emigrações dirigidas de colonos sul-africanos para povoar zonas rurais do Paraguai, da Argentina e do Uruguai.*

— Isso ajuda a situar corretamente o “racismo” da África do Sul. Ele nasceu ao mesmo tempo que o capitalismo e é o próprio reflexo da divisão internacional do trabalho. Portanto, todos os países latino-americanos que mantêm relações com a República da África do Sul — através da emigração, intercâmbios comerciais etc. — são invadidos pelos vírus do *apartheid*, pelo “racismo”. E devemos ser particularmente sensíveis nesse assunto.

E podemos extrair daí alguns ensinamentos: significa que a partir da luta de libertação na África do Sul poderemos aprender no continente latino-americano como lutar em situações futuras contra elementos “racistas”.

*Isso confirma a idéia que eu tenho, de que as*

*razões de fundo para afirmar a animosidade contra o regime sul-africano, não podem ser baseadas exclusivamente na questão "racial".*

— O racismo é essencialmente uma ideologia; e a função de uma ideologia é tutelar, explorar e oprimir. Por isso, nossa luta não é pela igualdade dos direitos das "raças" ou para que essas "raças" sejam tratadas com igualdade. A verdadeira luta, na África do Sul e em todo o Terceiro Mundo, é a *luta de classes*. É esse o fundo do problema. Se ignorarmos essa questão fundamental, os demais aspectos se transformam em elementos dispersivos, diversionistas, cujos efeitos se farão sentir quando se descobrir que a luta contra o "racismo" não é alheia à luta de classes. A luta pela igualdade das "raças", do "sexo" etc., passa necessariamente pela luta de classes.

Isso, além do mais, nos impõe outra tarefa, isto é, a de analisar a validade científica do conceito "raça", que continua sendo utilizado com uma incrível tenacidade, inclusive em círculos científicos.

Dentro desse contexto, é importante destacar que a história do movimento de libertação na República da África do Sul, passou por diferentes fases. No início, desde 1652 até 1900, tivemos uma fase de luta contra a conquista colonial e sua posse de terras; depois, entre 1900 e 1960, viveu-se um período de resistência relativamente passiva, procurando conseguir algumas mudanças dentro do sistema do *apartheid*. O movimento era subdividido em grupos: um para os africanos, um para os indianos, um para a gente de "cor", um para os brancos liberais que eram contrários ao sistema.

Mas em consequência de todas as lutas de libertação do Terceiro Mundo na década dos anos 60, a luta da África do Sul também subiu de nível e, a partir de 1970, todas essas organizações estão procurando se unir, referindo-se somente ao *poder negro*, enquanto grupo oprimido e unido.

Esse nível de conscientização coincide com a transição a uma luta de guerrilhas, apoiada pela luta revolucionária na Namíbia, em Angola, no Zimbábue e em Moçambique. Embora não se tenha maior informação nos *mass-media* internacionais a respeito dessa luta, é bom saber que se trata de uma luta muito, mas muito forte mesmo, localizada especialmente na parte norte da África do Sul. E o movimento atingiu tal grau de sofisticação, que conseguiu penetrar nas grandes cidades.

Tais fatos incidiram sobre o setor branco no poder, e isso pode ser verificado na imprensa: sabe-se que o Partido Nacional, situacionista, ficou dividido: o setor majoritário acompanha o primeiro-ministro Piether Botha, e uma minoria crescente, agrupada em torno de uns trinta parlamentares,

optou por uma linha ultradireitista. De fato, Botha está pressionado pelo capitalismo ocidental que visa através dele eliminar os aspectos mais desagradáveis do racismo e introduzir em seu lugar um *apartheid* econômico. E o setor de ultradireita, liderado por Treurnicht, que defende a continuação da antiga política do verdadeiro *apartheid*.

### "Boers" versus ingleses

*Entretanto, segundo artigos publicados recentemente em nossa revista (edição em espanhol nº 52, dedicada à África), parece que o regime também está perdendo adeptos dentro do capitalismo. Concretamente, empresários de Natal postulam soluções de descentralização regional do governo, com maior participação dos grupos não-brancos. Seria possível falar de uma burguesia nacional também lá?*

— O que o sr. está apontando tem suas raízes históricas nas contradições entre os colonos holandeses e os colonos britânicos. Como é de conhecimento público, a África do Sul era colônia holandesa até 1805; só depois das guerras napoleônicas e da nova divisão da Europa foi que ela se tornou colônia britânica, em 1806. Os conflitos entre o "feudalismo" holandês e o imperialismo britânico nos levaram à famosa Guerra dos *Boers*, no fim do século 19. Mas os novos planos de capitalização da África do Sul obrigaram a incorporar os *boers* (descendentes de holandeses) à superestrutura política. Isto é, para poder governar a África do Sul os ingleses deram aos *boers* um maior poder político, como forma de compensação pelos prejuízos que eles tiveram durante a guerra.

Esse "erro" histórico dos ingleses determinaria, em 1948, que a pequena burguesia holandesa chegasse legalmente ao poder, por meios parlamentares, e que o partido que representava realmente os interesses britânicos e estrangeiros em geral, o Partido Unido, ficasse fora do governo. Essa contradição permanece até hoje: a pequena burguesia fascista está no poder, reconstruindo um capitalismo nacionalista sustentado por regulamentos do *apartheid* e por uma série de leis "racistas"; e por outro lado, estão as corporações transnacionais (especialmente anglo-americanas, com Oppenheimer e toda a indústria de ouro, diamantes etc.) em conflito com aquele capitalismo de Estado.

Contudo, a partir de 1970, dá-se uma mudança das posições do nacionalismo oficialista, em consequência do interesse renovado na África do Sul por parte dos cinco países ocidentais incumbidos de "resolver o problema da Namíbia" (França, Inglaterra, Alemanha, Itália e os Estados Unidos).



Esses países pressionam o governo de Botha para que o Partido Nacional passe a compartilhar o poder político com os grupos não-brancos oprimidos. Mas tem de enfrentar a tenaz oposição da fração radical que se separou do partido do governo e que procura manter o rumo inicial.

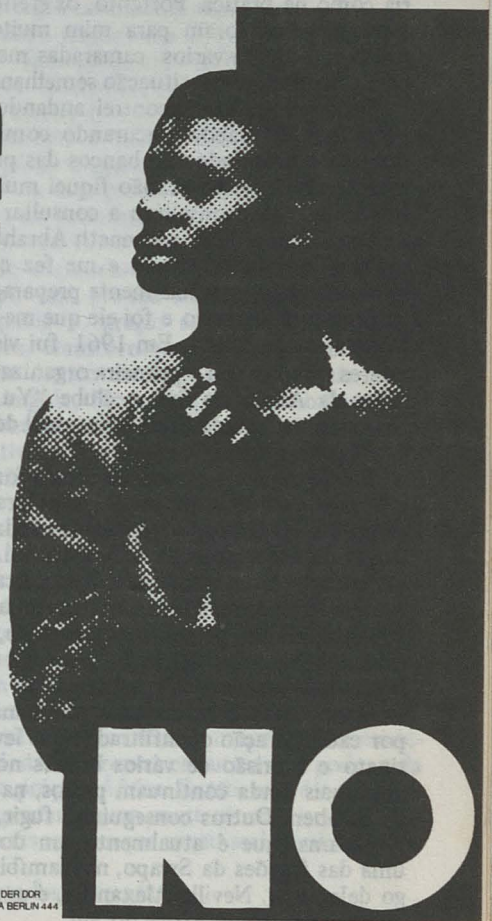
*E qual é sua posição, dadas as suas origens social e política, a respeito desse universo descrito? Acho que isso é importante para compreender o passo que o sr. resolveu dar, retornando à África.*

— Minha própria origem continha as contradições de toda a sociedade sul-africana. Meu pai era inglês e minha mãe uma mulher *amachosa*, do Transkei. Eu vivi permanentemente dentro das contradições da sociedade do *apartheid*. Uma situação difícil para toda a nossa família, porque a metade dos meus tios eram casados com brancas, outra parte com malaiois, outra com “mestiços” e outra com gente “de cor”. Então, devido ao sistema do *apartheid*, com seus dogmas e suas tradições e sua ideologia, para mim foi muito duro e muito difícil entender as realidades dessa sociedade.

#### Um massacre conscientizador

Quando eu fiz 20 anos e já morava na Cidade do Cabo, foi que comecei a compreender o que estava acontecendo na África do Sul. Foi na época da primeira matança de Sharpeville, em 1960. A 21 de março desse mesmo ano, ao voltar do trabalho (era funcionário da *Western Steel Company*) vi milhares de negros marchando para o centro da Cidade do Cabo, em direção aos edifícios do Parlamento. Estavam protestando contra os maltratos do sistema do *apartheid*, contra os baixos salários e as péssimas condições de vida. Dirigi-me até onde

APARTHEID



SOLIDARITÄTSKOMITEE DER DDR  
SPENDENKONTO: PS-114 BERLIN 444

A luta contra a opressão racista  
ganhou a solidariedade da consciência mundial

eles estavam e como conhecia as línguas africanas do Transkei nativo (*zulu, xhosa e sotho*), perguntei o que estava acontecendo. Responderam-me que se realmente eu sabia falar suas línguas devia unir-me a eles e marchar também. No fim da marcha, a única coisa que ouvi foi o assóvio das balas em meus ouvidos e tive de correr para salvar minha vida. Naquele dia, foram assassinados, em toda a África do Sul, 70 africanos. No dia seguinte, ao voltar ao trabalho, encontrei uma carta em cima da minha mesa; eu era apontado como "comunista" e ficava proibido para sempre de entrar naqueles edifícios.

Na verdade, nessa época eu ignorava o que era comunismo e socialismo. Como me acusavam de algo que eu não entendia, resolvi estudar; e há 20 anos que me dedico a esse problema, tanto na teoria como na prática. Portanto, os efeitos dessa terrível matança foram para mim muito positivos, assim como para vários camaradas meus que também estiveram numa situação semelhante.

De repente, me encontrei andando sem rumo pelas ruas do Cabo, procurando comida entre os detritos e dormindo nos bancos das praças. Eu tinha 23 anos. Nessa ocasião fiquei muito doente e um amigo me aconselhou a consultar um médico de "cor": era o doutor Kenneth Abrahams. Aquele médico me ajudou muito e me fez compreender que estávamos potencialmente preparados para um futuro revolucionário e foi ele que me deu para ler a literatura socialista. Em 1961, fui visitar um dos líderes que fundou a primeira organização de guerrilhas da África do Sul: o clube "Yu Chi Chan", chamado mais tarde Frente Nacional de Libertação da África do Sul.

Em 1962, eu já estava tão bem informado sobre a situação política que passei a integrar a primeira célula de 10 pessoas da então chamada Frente Nacional de Libertação da África do Sul. Mandaram-me completar os estudos na República Federal da Alemanha; na realidade, eu era uma espécie de "chanceler" da pequena organização, razão pela qual tinha de solicitar ajuda financeira e obter a solidariedade no plano internacional.

O movimento teve alguns problemas em 1963, por causa da ação de infiltrados que levou ao assassinato e à prisão de vários líderes nossos, alguns dos quais ainda continuam presos, na famosa ilha de Robben. Outros conseguiram fugir, como o dr. Abrahams, que é atualmente um dos líderes de uma das frações da Swapo, na Namíbia, e um amigo dele, o dr. Neville Alexander, é um líder opositor dentro da África do Sul.

Na Europa, entre 1962 e 1970, tive a oportunidade de primeiro estudar e depois completei o

doutorado em ciências políticas. Na Alemanha Ocidental, escrevi uma "História da influência do marxismo na luta de libertação na África do Sul". Primeiro estudei na Universidade de Tübingen, entre 1962 e 1965; depois na de Frankfurt, de 66 a 70. Naqueles anos, a luta não era muito conhecida na Europa. Eu viajava a diferentes países quase todas as semanas para explicar os problemas sul-africanos.

Em 1966, fui convidado para visitar os Estados Unidos e o Canadá, para recolher fundos destinados à luta na África do Sul e receber solidariedade; fiz um giro completo discursando em 30 cidades e no fim fui convidado para uma palestra no comitê especial contra o *apartheid* nas Nações Unidas.

Na África do Sul, essas atividades são consideradas crime passível de condenação a 20 anos de cadeia. Não pude continuar morando na Alemanha, porque eu havia explicado bem as conexões políticas e econômicas entre a Alemanha Ocidental e a África do Sul. As coisas ficaram complicadas para meu lado. Então, sob pressões terríveis, tive que sair da Europa em 1977, e a Guiana foi muito amável em me oferecer um cargo na Universidade.

Entretanto, dois anos depois de trabalhar lá, no Departamento de Ciências Políticas, a situação ficou novamente complicada para mim, porque descobri que "o socialismo cooperativo" da Guiana não tinha nada a ver com o socialismo científico. Meus alunos se rebelaram e eu participei da Aliança do Povo Trabalhador da Guiana (WPA). Pouco antes de sair da Guiana, em 1980, Walter Rodney, fundador da WPA, foi assassinado. Ele era meu amigo fraterno.

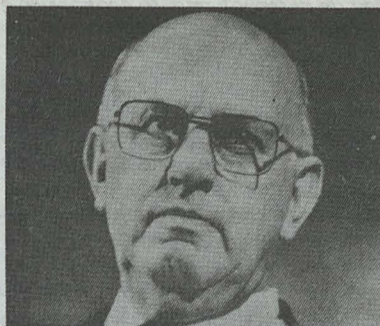
E foi assim que, em 1979, tive de arrumar as malas e voltar para a Europa Ocidental. Mas já tinha contatos com a Universidade dos Andes (ULA), em Mérida, Venezuela, devido à colaboração bilateral no projeto Guiana (existia um convênio entre a ULA e a Universidade da Guiana). E quando a ULA me ofereceu um lugar aqui, em Mérida, voltei rapidamente da Europa.

Enquanto isso, a luta na África do Sul se havia intensificado e foi por isso que meus companheiros me pedem para voltar com urgência, para ajudar na organização da próxima fase da luta.

### A longa marcha para a unidade

*É isso o que o sr. vai fazer na Nigéria, a partir dos próximos meses?*

— A Nigéria foi escolhida por estar estrategicamente afastada da África do Sul e também porque sua Universidade (Port Harcour) mantém contatos com o comitê contra o *apartheid* das Nações Uni-



Importantes setores da população branca estão na luta contra o regime encabeçado por Botha

das e possui nesse campo, uma enorme documentação. Escolhemos essa área, além do mais, por causa da atitude firme da Nigéria contra a política sul-africana; sua política externa é dirigida diretamente contra a África do Sul.

*Se o sr. e seus companheiros resolveram mudar de pouso é porque consideram que a situação é favorável a um salto qualitativo na luta de libertação. A que se deve que seja este o momento escolhido?*

— É evidente que não posso lhe dizer tudo aquilo que nós temos planejado, mas em termos gerais posso procurar explicar a etapa atual ou o nível da luta.

Em primeiro lugar, desde o início dos anos 60 e apesar das diferentes posições políticas mantidas no passado, a unidade da ação tinha aumentado. Refletiam-se no movimento, até pouco tempo atrás, todas as divisões do comunismo internacional; tivemos, por exemplo, setores do estalinismo radical, movimentos trotskistas, maoístas etc., mas é interessante assinalar que há uma grande diferença na luta no exterior — entre os dirigentes — e a luta dentro do país. Devido ao desenvolvimento da luta dentro do país, parece que todas essas diferenças ideológicas e também as que se referem a estratégias e táticas, foram moderadas.

O que elevou o nível da luta na África do Sul é que as pessoas que combatiam, superaram a barreira da *apartheid*. Grandes setores da população branca — isto é, não só a parte indiana mas também uma minoria *boer* inglesa — estão agora diretamente envolvidos na luta de libertação. Há inclusive guerrilheiros descendentes de ingleses e de holandeses. Isso significa que, na etapa atual, já não

se trata mais da luta de uma maioria negra contra uma minoria branca, como no passado, mas de um salto qualitativo, pois é diretamente uma luta de classes que não está dirigida exclusivamente por uma organização tradicional específica.

Outro dado importante é que por motivos nacionais ou ideológicos, um movimento específico, o Congresso Nacional Africano (ANC), é o mais conhecido dentro e fora do país. Um grande líder desse movimento é Nelson Mandela, condenado à prisão perpétua e preso há mais de 20 anos. Por que é que ele está preso? Porque optou pela luta guerrilheira como forma de luta revolucionária.

O ANC, que foi o primeiro movimento de libertação do continente (fundado em 1912), conseguiu atrair uma grande unanimidade em termos de propaganda e, graças ao apoio internacional que recebeu, transformou-se em um movimento muito forte dentro da África do Sul. Mais recentemente, Angola, Moçambique e Zimbábue também resolveram apoiá-lo como o movimento mais representativo e, ao mesmo tempo, estimularam-no a abrir a organização a outras tendências e uni-las.

Muitos líderes sul-africanos que integravam organizações menores, com divergências ideológicas, resolveram se incorporar a esse movimento.

No início dos anos 80, o movimento revolucionário guerrilheiro atingiu um nível mais elevado e esse é o motivo pelo qual todos os revolucionários estão agora unidos sob uma estratégia comum.

Isso foi conseguido após uma análise muito cuidadosa da situação econômica mundial, da crise internacional, das diferentes estruturas do poder e da situação na própria África. Então, este é o momento mais importante para construir uma organização poderosa e atacar, porque senão seria tarde demais.

#### Atacar em todas as frentes

*Qual é, para seu movimento, a maneira mais efetiva de "atacar"? A República da África do Sul*

*tem um alto grau de desenvolvimento econômico e o maior exército de toda a África. A estratégia de vocês passa pela ação de guerrilhas?*

— É evidente que uma revolução social verdadeira, dentro das atuais circunstâncias e especialmente na África do Sul no contexto do sistema internacional, não pode ser do mesmo tipo que em Sierra Maestra ou nas selvas do Vietnã.

Há vários fatores a considerar. A luta guerrilheira, caso ela seja travada na África do Sul, deve ser aplicada com caráter urbano e não rural. Mas há fatores econômicos que definem um fato novo dentro da estratégia global das lutas guerrilheiras no Terceiro Mundo. No contexto sul-africano, devem existir as guerrilhas econômicas e tecnológicas. E isso significa que o mais importante na luta na África do Sul não é só a conquista do poder político, mas é necessário fazer a mesma coisa em relação à estrutura econômica.

Quero lhe explicar o que é que nós entendemos por guerrilha econômica. Por causa da prolongação da luta na África do Sul, dezenas de milhares de sul-africanos emigraram para países de ultramar, a partir de 1959-60; fizeram estudos intensivos, em qualquer lugar do mundo onde pudessem continuar em atividade, em ciências políticas, econômicas, engenharia etc. E nos últimos anos se integraram estreitamente à população desses países de ultramar, onde têm prestígio e influência política. Então, trata-se de responder a esse apelo feito a todos os sul-africanos educados, capacitados, formados. Já não basta continuar fazendo a revolução só com as pessoas de baixo nível cultural, embora elas sempre sejam importantes, mas de dinamizá-la com os emigrados.

Nós, os emigrados, conseguimos entender sempre as implicações do sistema econômico internacional: como a corporação internacional funciona globalmente e como funciona na África do Sul, não só na área econômica mas também na política. Foi por isso que nos convocaram. Por isso e porque ainda existem companheiros ativos dentro da África do Sul, preparando o caminho para a tática da guerrilha econômica e tecnológica. Como o poder central da África do Sul está concentrado em mãos dos brancos, não houve outro jeito senão influir sobre aquelas pessoas que ocupavam cargos de direção e atraí-las para o nosso movimento.

Em outras palavras, da mesma maneira que o capitalismo estrangeiro colaborava primeiro com o capitalismo nacional holandês e depois entrou em contradições, nós aproveitamos também essa contradição para mobilizarmos forças para nossa causa. E agora é, precisamente, a corporação transna-

cional quem está lutando contra o *apartheid*. Isso é o que eu chamo de nível de tecnologia na esfera ideológica, que não consiste em disparar tiros mas em estar capacitado para o futuro governo, que será de coligação. Esse governo deverá assumir conjuntamente o poder político e o poder econômico.

Por trás disso estão, obviamente, os fatores internacionais. Não existe um canto no mundo, nem uma ilha, onde não tenhamos divulgado informações suficientes a respeito dessa luta, inclusive com a ajuda do capitalismo estrangeiro. Então, a solidariedade internacional está assegurada, pois a Revolução Social Sul-Africana é uma parte importante dentro da revolução mundial para derrubar o modelo de produção capitalista.

*Antes de continuarmos, gostaria de conhecer sua opinião sobre as possibilidades de aplicar esse tipo de "guerrilha econômica e tecnológica" a países da América Latina.*

— No Terceiro Mundo, devido à importância de certas matérias-primas (é o caso da Venezuela com seu petróleo) os trabalhadores — todos os trabalhadores agrupados dos países da Opep — têm um papel muito importante a desempenhar na transição do capitalismo ao socialismo. Os trabalhadores vinculados à indústria petrolífera têm um papel de vanguarda, no que diz respeito à classe operária do Terceiro Mundo.

Isso não tem nada a ver com o que habitualmente se entende por revolução e guerrilhas. Significa, em compensação, a proposta de empregar medidas econômicas para que as forças trabalhadoras aprendam a utilizar esse recurso natural como um instrumento de libertação dos povos.

Da mesma forma, vejo uma tarefa transcendental do proletariado venezuelano com relação aos demais países do pacto andino; porque só através da unificação de vários países, com interesses complementares e produtos para colaborar no desenvolvimento mútuo, será possível romper a divisão internacional do trabalho. E esta, repito mais uma vez, é a causa de todos os problemas. É dentro desse contexto que será possível atacar a guerrilha econômica e tecnológica.

Podemos pensar em novas relações, além da América Latina, no caso da bauxita, que existe no Suriname, na Guiana, na Jamaica e também na Guiné e até na China se esta quisesse intervir. Em síntese, trata-se de transformar as matérias-primas estratégicas em ferramentas da revolução, visando à emancipação neste mundo capitalista.

#### Uma única causa

*Nós, na América Latina, nos formamos na con-*



vicção de que as raízes culturais compartilhadas com a África — após a emigração maciça decorrente da escravidão — geraram uma semente em potencial, idônea, para a aproximação mais direta entre a América Latina e a África. Depois de sua experiência na Venezuela e na Guiana, o sr. acha que isso é uma realidade? Porque, por exemplo, eu acho que a solidariedade militante dos cubanos na África se apóia, não só em uma concepção estratégica a favor da libertação do Terceiro Mundo, mas também em assumir a causa africana como própria.

— A verdadeira base para uma cooperação visando à união do chamado Terceiro Mundo, isto é, a forma de medir a unidade da América Latina, da África e da Ásia, é realmente a divisão internacional do trabalho. E sua origem está localizada exatamente no triângulo Europa Ocidental-África-América e no escravismo.

Mas o que aconteceu também ali — assim como na África do Sul — é a famosa política do “divide e reina”. Na África do Sul, essa política é o racismo. Existe, por um lado, uma “raça superior”, com tecnologia e capital; e, por outro, estão aqueles países que devem limitar-se a produzir matérias-primas e a manterem-se em condições de subalternos.

A África do Sul constitui o melhor exemplo: ali, o homem branco foi sempre o melhor, o homem “de cor” não era tão bom, e o negro era o pior de todos. Por isso, a estrutura ideológica aplicada na África fez com que as pessoas se sentissem, subjetivamente, diferentes entre si. Mas, para a difusão do capitalismo e do imperialismo pelo mundo, como modelo de produção, era necessário introduzir previamente, a nível internacional, a contradição entre capital e trabalho. No caso da África do Sul, as pessoas tiveram de aprender no decorrer de 300 anos que o sistema capitalista que funciona nesse país é o mesmo que em qualquer outro lugar do mundo.

Isso significa que a condição de sofrimento, de opressão, de repressão e de discriminação, é um fenômeno mundial, e que o sistema capitalista era o primeiro elemento que unia a partir da base as diferentes pessoas da África do Sul. Também significa que as corporações transnacionais que estão distribuídas pelo mundo todo (*Exxon, Ford, Bayer, General Motors, etc., etc.*) podem ser encontradas em cada cidade da África e principalmente na África do Sul. E conseguimos compreender, através de seu grau de penetração, que já não existe mais esfera nacional em um mundo internacional; um entendimento chave para nós, pois a cooperação internacional também se sustenta nele.



O sofrimento, a opressão e a discriminação são um fenômeno do sistema capitalista

É esse o ponto de ligação entre um trabalhador africano das minas do sul e o das minas de cobre do Chile, o das de estanho na Bolívia ou os da indústria petrolífera venezuelana. Esse é o ponto que é preciso compreender; em primeiro lugar, as verdadeiras estruturas de classe na América Latina, e também entender o sistema econômico em diferentes países e as conexões com a sociedade internacional. Então, as dificuldades decorrem de um nível muito baixo de consciência ou da falta de mobilização política, e também dos conflitos ou das divisões entre os diferentes partidos socialistas.

Nós estamos trabalhando agora na África do Sul para que esse erro não seja cometido novamente. Dentro de um contexto histórico específico, dentro do contexto africano, estamos empenhados na tarefa de reformular, reavaliar, revisar os princípios do socialismo científico. Em outras palavras, chegar a saber o que é o proletariado na África, o que é a “burguesia” em nosso contexto, o que é a luta de classes, o que significa revolução socialista nesses marcos reais e não nos livros. Tudo isso depois de analisar os resultados de nossa série de práticas revolucionárias nos últimos 25 ou 30 anos.

É um trabalho longo e difícil, porque tudo está camuflado pelo nacionalismo e pelas ideologias; e não quero falar sobre a religião, mas ela também interfere. Enquanto subsistirem as camuflagens e a democracia não estiver expressa em uma informação melhor distribuída, não conseguiremos estreitar os vínculos que estão mais além das fronteiras coloniais artificiais.





**TAAAG**

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA  
★  
ANGOLA AIRLINES

*Os diamantes  
de Angola  
são mais  
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo  
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola